UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

JOÃO PAULO DE SOUSA FERREIRA

DISSERTAÇÕES DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL: análise temático-metodológica em instituições associadas do Nordeste

SOUSA/PB
2025

JOÃO PAULO DE SOUSA FERREIRA

DISSERTAÇÕES DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL: análise temático-metodológica em instituições associadas do Nordeste

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Marcleide Maria Macêdo Pederneiras.

Coorientador: Prof. Dr. Vorster Queiroga Alves

SOUSA/PB

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

F383d Ferreira, João Paulo de Sousa.

Dissertações do Mestrado Profissional em Administração Pública em rede nacional: análise temático-metodológica em instituições associadas do nordeste. / João Paulo de Sousa Ferreira - Sousa, 2025.

114 p. :il. Col.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Marcleide Maria Macêdo Pederneiras.
Coorientador: Prof. Dr. Vorster Queiroga Alves.

1. Dissertações PROFIAP. 2. Instituições de ensino superior. 3. Análise temático-metodológico. 4. Pós-graduação no Brasil. 5. Produção científica. 6. Linha de pesquisa. 7. Área de concentração. I. Pederneiras, Marcleide Maria Macêdo. II. Alves, Vorster Queiroga. III. Título.

Biblioteca CCJS - UFCG CDU 35(043.2)

Elaborada por MARLY FELIX DA SILVA – Bibliotecária-Documentalista CRB 15/855.

JOÃO PAULO DE SOUSA FERREIRA

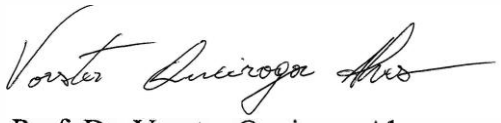
DISSERTAÇÕES DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL: análise temático-metodológica em instituições associadas do Nordeste

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Campina Grande como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Aprovado em: 03/12/2025



Profa. Dra. Marcleide Maria Macêdo Pederneiras
Orientadora e Presidente da banca
PROFIAP/UFCG



Prof. Dr. Vorster Queiroga Alves
Coorientador
PROFIAP/UFCG



Prof. Dr. Luiz Gustavo Sena Brandão Pessoa
Membro interno - Titular
PROFIAP/UFPB



Profa. Dra. Raquel da Silva Pereira
Membro externo – Titular
PPGA/USCS

Dedico esta pesquisa àqueles que me fazem capaz e cujo amor me faz seguir:
Ícaro e Nathalia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mais uma vitória!

Aos meus pais, Josefa e Raimundo (em memória), por terem me ensinado (mesmo não alfabetizados) lições às quais nenhum título, grau ou diploma alcança.

À minha esposa, Nathalia Maria, pela compreensão nos momentos de ausência e silêncio, por me permitir ouvir seus passos, mesmo quando penso caminhar sozinho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Marcleide Pederneiras, pelo cuidado, pela disponibilidade e pela escuta, por acreditar em mim e nesta pesquisa!

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Vorster, pelo acompanhamento durante a elaboração deste trabalho e em outras publicações científicas.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Luiz Gustavo e Profa. Dra. Raquel Pereira, pelas contribuições pertinentes, desde a qualificação do projeto até a versão final.

RESUMO

Considerando os dez anos do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, a contínua ampliação de cursos de pós-graduação operada no país e o aumento da atividade científica na área de Administração Pública, a pesquisa objetivou analisar a configuração temático-metodológica das dissertações do PROFIAP nas três primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) associadas da Região Nordeste (NE): Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Analisaram-se 274 dissertações produzidas no programa entre 2014 e 2024. Em uma pesquisa de objetivo descritivo, natureza qualitativa e procedimento documental, as temáticas foram identificadas a partir da Análise Categorial (AC) de Bardin (2011) associada ao *software* IRaMuTeQ, e o delineamento metodológico foi verificado por meio da Estatística Descritiva e do Microsoft Excel. Os resultados foram discutidos com a literatura da área e cotejados com metaestudos nacionais e estrangeiros. A interpretação considerou a Teoria Institucional. Apontou-se a existência de um padrão temático e metodológico de pesquisa. As temáticas partiram de um núcleo comum (gestão, eficiência, informação, transparência, controle e recursos) e organizaram-se em cinco categorias: "Gestão Fiscal e Políticas Setoriais"; "Transparência e *Accountability*"; "Gestão Pública e Ifes"; "Serviços e Contratações Públicas"; e "Governança e Transformação Digital". No delineamento metodológico, predominou a pesquisa descritiva, qualitativa, com combinações de meios documental, de estudo de caso e de campo, em horizonte temporal majoritariamente transversal. Os achados convergiram com o apontado por outros metaestudos realizados no programa PROFIAP e, em parte, com o panorama da atividade científica em Administração Pública no plano nacional e internacional. Observou-se baixa representatividade de estudos sobre "liderança", "participação cidadã", "avaliação de resultados", "impacto no usuário" do serviço público, "ações coletivas" e "implementação de políticas públicas", bem como espaço para diversificar o tratamento metodológico, em linha com o que se aponta para o campo da Administração. Interpretados à luz da Teoria Institucional, a partir da concepção do PROFIAP como ator de um macrocampo organizacional da "Pós-graduação" e "Pesquisa em Administração" no país, os resultados conduziram à compreensão de que, em certa medida, as semelhanças na configuração temático-metodológica guardam relação com isomorfismos coercitivos, normativos e miméticos. Como produto da pesquisa, foram elaboradas recomendações ao Comitê Gestor Nacional do PROFIAP, posteriormente sistematizadas em um Relatório Técnico Conclusivo, que apresenta os achados, estimula reflexões e sinaliza possibilidades quanto às pesquisas e à gestão acadêmico-administrativa do programa enquanto iniciativa estratégica da pós-graduação em Administração Pública no país.

Palavras-chave: PROFIAP. Dissertações. Temáticas. Delineamento metodológico.

ABSTRACT

Considering the first decade of the National Network Professional Master's Program in Public Administration (PROFIAP), the continuous expansion of graduate programs in Brazil, and the growth of scientific output in the field of Public Administration, this study aimed to analyze the research themes and methodological designs of PROFIAP dissertations from the first three associated Higher Education Institutions (HEIs) in the Northeast region: the Federal University of Campina Grande (UFCG), the Federal University of Sergipe (UFS), and the Federal University of Alagoas (UFAL). A total of 274 dissertations produced in the program between 2014 and 2024 were analyzed. Methodologically, the study was descriptive, qualitative, and documentary. Thematic identification drew on Bardin's (2011) categorical content analysis, in combination with the IRaMuTeQ software, while the methodological designs were examined using descriptive statistics in Microsoft Excel. The results were discussed in light of the specialized literature and compared with national and international meta-studies. The findings were interpreted through the lens of Institutional Theory. The analysis indicated the existence of a recurring pattern of research themes and methodological designs. The themes stemmed from a common core shared by the three HEIs—"management", "efficiency", "information", "transparency", "control", and "resources"—and were organized into five categories: Fiscal Management and Sectoral Policies; Transparency and Accountability; Public Management and Federal Higher Education Institutions (IFES); Public Services and Public Procurement; and Governance and Digital Transformation. Regarding methodological design, descriptive and qualitative research predominated, combining documentary, case study, and field research approaches within a mainly cross-sectional time horizon. The findings converged with those of other meta-studies conducted within PROFIAP and, in part, with the broader landscape of scientific production in Public Administration at the national and international levels. The study identified an underrepresentation of research on "leadership", "citizen participation", "outcome evaluation", "impact on public service users", "collective action", and "policy implementation", as well as room for diversifying methodological approaches, in line with what has been highlighted for the field of Administration. Informed by Institutional Theory and by the conception of PROFIAP as an actor within the organizational macro-field of "Graduate Education" and "Research in Administration" in Brazil, the results support the understanding that similarities in the thematic-methodological configuration are related to coercive, normative, and mimetic isomorphisms. As a practical outcome of the research, recommendations were formulated for PROFIAP's National Steering Committee and subsequently systematized in a Final Technical Report, which presents the findings, fosters reflection, and signals possibilities for future research and for the academic and administrative management of the program as a strategic initiative in Brazil's graduate education in Public Administration.

Keywords: PROFIAP. Dissertations. Research themes. Methodological design.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 – Distribuição geográfica das instituições associadas após expansão do PROFIAP 37
FIGURA 2 - Árvore analítica dos títulos (ranqueamento e nuvens de palavras no corpus global e por IES) 53
FIGURA 3 - Resultado da análise estatística e CHD do corpus de resumos 54
FIGURA 4 - CHD do subcorpus temático 55
FIGURA 5 - Mapa de comunidades do subcorpus temático de resumos 60
FIGURA 6 - Mapa de similitude por instituição associada 62

QUADROS

QUADRO 1 – Instituições associadas à rede PROFIAP 36
QUADRO 2 - Links dos repositórios digitais 43
QUADRO 3 – Estratégia metodológica de pesquisa 45
QUADRO 4 - Regras de normalização de títulos e resumos 46
QUADRO 5 - Ranking bruto de palavras (palavras-chave) 52

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Número de dissertações por ano x IES 51
GRÁFICO 2 - Dissertações quanto aos objetivos mais gerais (todas as IES) 66
GRÁFICO 3 – Dissertações quanto à natureza dos dados (por IES) 67
GRÁFICO 4 - Meios de investigação empregados (todas as IES) 68
GRÁFICO 5 – Instrumentos de coleta de dados empregados (todas as IES) 69
GRÁFICO 6 – Dissertações por horizonte temporal (todas as IES) 71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise Categorial

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

Anpad - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

AS – Análise de Similitude

AT - Análise Temática

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFE – Conselho Federal de Educação

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ebap - Escola Brasileira de Administração Pública

Ebape - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Enanpad - Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD)

ENAPG – Encontro de Administração Pública e Governança

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FGV-EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo

FGV-RJ – Fundação Getúlio Vargas do Estado do Rio de Janeiro

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IDP-BSB – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa de Brasília

IES - Instituição de Ensino Superior

Ifes - Instituições Federais de Ensino Superior

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

Ipes – Instituições Públicas de Ensino Superior

MBA – *Master of Business Administration*

MEC - Ministério da Educação

NE - Região Nordeste

PBA-1 - Programa de Ensino em Administração Pública e de Empresas

PNAP - Programa Nacional de Formação em Administração Pública

PROFIAP - Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

PTT - Produto Técnico-Tecnológico

RAP - Revista de Administração Pública

RSL - Revisão Sistemática de Literatura

Tale - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC – Unidade de Contexto

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

Ufersa - Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

Ufla – Universidade Federal de Lavras

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSJ – Universidade Federal de São João del Rei

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

UnB – Universidade de Brasília

Unilab - Universidade da Integração Intern. da Lusofonia Afro-Brasileira

Unipampa - Fundação Universidade Federal do Pampa

Unifal - Universidade Federal de Alfenas

Unir - Universidade Federal de Rondônia

Univasf - Universidade Federal do Vale do São Francisco

UR – Unidade de Registro

USP – Universidade de São Paulo

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Ufac – Universidade Federal do Acre

Ufam – Universidade Federal do Amazonas

Ufba – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UFDPar – Universidade Federal do Delta do Parnaíba

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

Ufma – Universidade Federal do Maranhão

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Ufopa – Universidade Federal do Oeste do Pará

Ufra – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

Unifesp – Universidade Federal de São Paulo

Unifesspa – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA 16
1.1.1 Objetivo geral 16
1.1.2 Objetivos específicos 16
1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA 16
2 REFERENCIAL TEÓRICO 17
2.1 DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PÓS-GRADUAÇÕES NO PAÍS AO ESTABELECIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÕES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 17
2.1.1 Origem e institucionalização da pós-graduação no Brasil 17
2.1.2 Pós-graduação em Administração Pública: da gênese à consolidação 18
2.1.3 A dicotomia pós-graduação profissional x pós-graduação acadêmica e os mestrados e doutorados profissionais em Administração Pública 20
2.2 PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: METAESTUDOS BRASILEIROS E LITERATURA INTERNACIONAL 23
2.2.1 Os metaestudos pioneiros e as perspectivas da atividade científica no campo da Administração Pública 24
2.2.2 O aumento de uma produção que não contribuía à consolidação como campo do saber 26
2.2.3 O que aponta a literatura internacional 27
2.3 A TEORIA INSTITUCIONAL 29
2.3.1 Institucionalismo e organizações 29
2.3.2 Neoinstitucionalismo: campo, legitimidade, isomorfismos, institucionalização e desacoplamento 31
2.4 O PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE PROFIAP 34
2.4.1 Surgimento, funcionamento e expansão 35
2.4.2 Linhas de atuação e formatos de Trabalho de Conclusão de Curso 38
2.4.3 A produção científica no (do) PROFIAP 39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 42
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA, FONTES E FERRAMENTAS UTILIZADAS 42
3.2 COLETA E PREPARAÇÃO DE DADOS 43
3.3 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE 44
3.3.1 Identificando as temáticas 45
3.3.2 Verificando as metodologias 48
3.3.3 Mapeando padrões, aproximações e lacunas 49

3.4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS 50
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 51
4.1 A CONFIGURAÇÃO TEMÁTICA DAS DISSERTAÇÕES..... 52
4.2 O DELINEAMENTO METODOLÓGICO..... 65
4.3 INTERPRETAÇÃO À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL..... 72
5 RECOMENDAÇÕES..... 75
5.1 QUANTO À FORMAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DAS PESQUISAS..... 76
5.2 QUANTO À GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DO PROFIAP 78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 82
REFERÊNCIAS..... 85
APÊNDICE A – RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO 96

1 INTRODUÇÃO

Com o despertar para a necessidade do ensino em nível de pós-graduação e os consecutivos Planos Nacionais de Pós-Graduação estabelecidos no Brasil, desde a década de 1970, assistiu-se a uma tardia institucionalização de uma Política Nacional de Pós-Graduação que se iniciou pela replicação de modelos estrangeiros e que, por muito tempo, restringiu-se a regiões do país e a áreas específicas do conhecimento. No caso da Administração Pública, principalmente após o advento da Constituição Federal de 1988, na busca pela profissionalização da gestão pública, houve maior atenção à oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área.

Nessa linha, decorridas quase cinco décadas do registro da primeira pós-graduação em Administração, ofertada na área de Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas em 1967, no Rio de Janeiro, e embora existissem em diversas regiões do país universidades dotadas de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, ainda havia a carência de pós-graduações em regiões mais desassistidas, o que motivou a concepção de um mestrado em rede na área de Administração Pública. Assim, em 2014, nasceu o PROFIAP, com o propósito de oportunizar a capacitação de gestores públicos em todo o território nacional e de contribuir para a mitigação de desigualdades regionais (Lima Filho; Carneiro, 2013).

O programa iniciou as atividades em 9 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes); e em 2024, em razão dos resultados alcançados e da contínua expansão, reunia 41 instituições associadas espalhadas pelo país (Andifes, 2024). Nas linhas de atuação de "Políticas Públicas" e "Administração Pública e Organizações", anualmente ele titula mestres que, dentre outros requisitos, produzem um Trabalho de Conclusão de Curso, geralmente uma dissertação[1] e um Produto Técnico-Tecnológico (PTT). Na perspectiva de rede capilarizada, a iniciativa veio somar-se à histórica ampliação da pós-graduação no país.

Em paralelo a isso, há algum tempo se tem discutido a respeito da produção científica no âmbito da Administração e da Administração Pública no Brasil, com estudos meta-analíticos que apontam o aumento da produção científica na área, mas que questionam a qualidade da atividade científica, o embasamento teórico das investigações, a pertinência do que se pesquisa, o rigor metodológico dos procedimentos e as efetivas contribuições para o campo (Bertero; Caldas; Wood Jr., 1999; Silva *et al*., 2013; Corrêa *et al*., 2019).

[1] A partir de 2023, as Normas Acadêmicas Nacionais do PROFIAP passaram a admitir o TCC no formato de artigo científico, publicado ou aceito em revista científica com Qualis estrato mínimo A4 (PROFIAP, 2023c), apesar da recente mudança no estabelecimento de qualis em periódicos pela Capes.

Em vista disso, por ocasião do decênio de funcionamento do PROFIAP e da correspondente produção intelectual desenvolvida na área durante esse interstício, a partir de um recorte geográfico direcionado à região Nordeste (NE), neste estudo, considerou-se pertinente tomar como objeto de pesquisa as dissertações produzidas no programa. Partiu-se da seguinte questão: **qual a configuração temático-metodológica das dissertações do mestrado em Administração Pública PROFIAP nas instituições associadas da Região Nordeste (NE) ao longo dos dez anos do programa?**

O corpus de análise é composto por todas as dissertações produzidas de 2014 a 2024 na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e na Universidade Federal de Sergipe (UFS). O recorte para a região NE deve-se ao pioneirismo dessas três IES na rede e à maturidade acumulada no período de 2014 a 2024, além da inexistência de mapeamentos equivalentes no referido âmbito geográfico, a despeito de pesquisas já realizadas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na Universidade Federal de Rondônia (Unir) e nas instituições associadas de Minas Gerais.

Para a pesquisa, entende-se por temática o núcleo categorial de assuntos reconhecíveis no léxico dos trabalhos, em torno do qual se desenvolve a atividade científica e ocorre a imersão no campo teórico-empírico. Quanto ao delineamento metodológico, à luz de Gil (2017, 2021), compreende-se o conjunto das escolhas metodológicas do pesquisador para o desenvolvimento da atividade de investigação, consideradas na análise desenvolvida as preferências quanto aos objetivos mais gerais, a natureza dos dados, os meios de investigação, os instrumentos de coleta, as técnicas de análise e o horizonte temporal de pesquisa.

A dissertação foi estruturada em seis capítulos, incluída esta introdução. No Capítulo 2, trata-se do estado da arte da produção em Administração Pública, do PROFIAP e da Teoria Institucional. No Capítulo 3, detalha-se o procedimento metodológico e a estratégia de análise, que alinha técnicas tradicionais de Análise de Conteúdo a ferramentas automatizadas (*software* IRaMuTeQ e Microsoft Excel). No Capítulo 4, apresentam-se e discutem-se as temáticas identificadas e os delineamentos metodológicos verificados, mapeando-se padrões, aproximações e lacunas. Ao final do mesmo capítulo, interpretam-se os achados à luz da Teoria Institucional. No Capítulo 5 constam recomendações ao Comitê Gestor Nacional do PROFIAP, enquanto no Capítulo 6 apresentam-se considerações finais sobre a pesquisa, limitações e possibilidades de investigações futuras. Os objetivos, justificativa e relevância constam nas subseções 1.1 e 1.2 seguintes.

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.1.1 Objetivo geral

- Analisar a configuração temático-metodológica das dissertações produzidas nas três primeiras instituições associadas do NE ao longo dos dez anos do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP).

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar as temáticas das dissertações das três primeiras instituições associadas do NE no período 2014-2024;
- Verificar o delineamento metodológico das pesquisas;
- Mapear padrões, aproximações e lacunas no conjunto das dissertações e por IES;
- Interpretar os achados à luz da Teoria Institucional.

1.2 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Em um primeiro momento, a pesquisa é justificada em razão da lacuna de um mapeamento sistemático no Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional no âmbito do NE. Em seguida, pela oportunidade que representa a realização desse mapeamento por ocasião dos dez anos de existência do programa, a partir de um protocolo de pesquisa replicável, que alinhou o emprego de procedimentos consagrados a ferramentas automatizadas para a análise de dados das dissertações produzidas. Há significativa contribuição teórica, prática e social.

Do **ponto de vista teórico**, o estudo é relevante porque traz uma síntese temático-metodológica do campo em um recorte geográfico e institucional e porque traz à tona o alcance dos estudos desenvolvidos no PROFIAP. Ele fornece elementos para o debate a respeito da atividade científica na pós-graduação *stricto sensu* em Administração Pública no país, com um diferencial: no âmbito dos mestrados profissionais, que por muito tempo tiveram importância preterida.

Do **ponto de vista prático**, além de trazer um panorama da pesquisa no âmbito do programa e de fomentar investigações a respeito, consubstancia-se em um Produto Técnico-Tecnológico, do tipo Relatório Técnico Conclusivo, com recomendações ao Comitê Gestor Nacional do PROFIAP. São estimuladas reflexões e sinalizadas possibilidades para as

pesquisas e para a gestão acadêmico-administrativa do programa, incluindo subsídios para a autoavaliação.

Do **ponto de vista social**, é relevante porque representa uma devolutiva à sociedade, em um mestrado que, regimentalmente, tem por escopo capacitar profissionais para práticas administrativas avançadas, contribuir para a produtividade e efetividade das organizações públicas e disponibilizar mecanismos que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública (PROFIAP, 2023a). A pesquisa amplia a transparência sobre a produção acadêmica do PROFIAP na região NE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PÓS-GRADUAÇÕES NO PAÍS AO ESTABELECIMENTO DE PÓS-GRADUAÇÕES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Como salienta Bertero (2006), a implantação de cursos de pós-graduação no Brasil remete ao período de institucionalização das pós-graduações no país, no início da década de 1970. Por isso, compreender o estabelecimento de pós-graduações na área importa também fazer uma digressão histórica da institucionalização das pós-graduações e do ensino da Administração no país.

2.1.1 Origem e institucionalização da pós-graduação no Brasil

A criação de pós-graduações no Brasil esteve atrelada à história da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ao tempo em que, por força do decreto n.º 29.741/1951 e na perspectiva dos ideais desenvolvimentistas do Período Vargas, foi instituída como comissão formativa voltada à promoção da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes preocupou-se em fomentar a implantação de cursos de pós-graduação no país (Cabral *et al.*, 2020).

Dentro da pós-graduação *stricto sensu,* no contexto da reforma universitária de 1969 (Bertero, 2006), e por inspiração do modelo norte-americano de formação em nível de pós-graduação, os cursos de doutorado do país iniciaram-se voltados a formar pesquisadores e produtores de novos saberes, enquanto os cursos de mestrado estiveram direcionados à formação de professores para o magistério ou profissionais para atuarem no mercado de

trabalho (Ikeda; Campomar; Veludo de Oliveira, 2005), mas sempre partindo de uma perspectiva acadêmica comum: enfoque na atividade de pesquisa e rigor científico.

A pós-graduação *lato sensu*, por sua vez, surgiu com a criação de outros cursos formativos que não constituíam mestrados ou doutorados, mas que se destinavam a graduados. Nesse caso, embora presente em outros campos, na Administração ganhou visibilidade, já que exercentes de cargos públicos de áreas diversas do saber careciam de conhecimentos na área administrativa, mas não necessariamente de uma formação acadêmica de pesquisa. Instituíram-se, assim, os cursos de pós-graduação com exigências de 360 horas de duração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, posteriormente criando os chamados MBAs[2].

Como evidencia Frauches (2014), o parecer n.º 977/1965 (Parecer Sucupira) do então Conselho Federal da Educação (CFE), provocado pelo Ministro da Educação da época, foi o marco diferencial de pós-graduações *lato sensu* (especializações) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil. Em seguida, a interpretação atribuída ao artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases Educacionais então vigente (Lei 4.024/1961) foi sedimentada nas resoluções CNE/CES n.º 1, de 03/04/2001 (hoje substituída pela Resolução CNE/CES nº 7, de 11/12/2017) e n.º 1, de 08/06/2007, de modo a institucionalizar a doutrina de pós-graduação no país.

Não estranhamente, a consolidação da pós-graduação no Brasil é considerada recente e resultante do esforço dos Planos Nacionais de Pós-Graduação em instituírem, ao longo do tempo, uma Política Nacional de Pós-Graduação (Araújo; Moraes, 2014). No entanto, até que se chegasse ao atual plano 2024-2028, cinco planos nacionais de pós-graduação foram implantados (1975-1979; 1982-1985; 1986-1989; 2005-2010; 2011-2020), todos contribuindo para a pós-graduação no país, o que se refletiu não apenas na oferta de cursos, mas também no âmbito do ensino em Administração Pública em geral.

2.1.2 Pós-graduação em Administração Pública: da gênese à consolidação

O início do ensino em Administração Pública no país remonta à Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap), hoje Escola Brasileira de Administração Pública e de

[2] Campomar (2002) esclarece que, tomando por empréstimo a nomenclatura americana do *Master of Business Administration*, o Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro denominou "MBA" um destes cursos de Administração *lato sensu* ofertados a graduados. Com o tempo, essa nomenclatura foi empregada equivocadamente em outras áreas não relacionadas a negócios ou administração, naquilo que Bertero (2006) intitulou "Pandemia de MBAs".

Empresas (Ebape), criada em 1944, no âmbito da Fundação Getúlio Vargas (Bertero, 2006). Todavia, foi após o convênio firmado entre Brasil e EUA, em 1959, com a instituição do Programa de Ensino em Administração Pública e de Empresas (PBA-1), que a pós-graduação na área ganhou visibilidade, reunindo outras instituições pioneiras como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal da Bahia (Ufba) (Farah, 2011).

Aponta Farah (2011) que, em 1967, nas 28 instituições de ensino em Administração Pública brasileiras existentes, contabilizavam-se apenas seis pós-graduações. Uma iniciativa que, surgida na efervescência da busca de qualificação na área (1966-1982) – e em certa medida motivada pela imposição da Lei n.º 4769/65 quanto à exigência de diploma em Administração Pública para a ocupação de cargos técnicos de administração, se manteve pelas décadas seguintes, mesmo quando se assistiu a uma retração nos bacharelados da área (Coelho, 2019)[3].

Contudo, se mesmo a Ebape, criada no Rio de Janeiro com claro enfoque para a Administração Pública, "depois de um longo e fecundo itinerário acabou por expandir suas atividades incorporando também o ensino de administração de empresas" (Bertero, 2006, p. 7), também os programas de pós-graduação, inicialmente fundados no ensino de Administração Pública, foram impelidos a uma reorientação de área, afastando-se em parte das origens e descaracterizando a consequente atuação no campo.

Em levantamento realizado, Fadul *et al.* (2014, p. 1341) já ressaltavam serem poucos os cursos de mestrado e doutorado "puro-sangue", isto é, com abordagem tradicional, sem imiscuir-se em áreas afins, contabilizando-se apenas 13 programas de pós-graduação exclusivos em Administração Pública. Segundo os autores, o tímido aumento de pós-graduações *stricto sensu* na área destoava da "amplitude e da diversidade do setor público no país", fruto também da histórica subordinação da Administração Pública à Administração de Empresas.

Apesar do crescimento da pós-graduação *stricto sensu* em Administração entre as décadas de 1980 e final da década de 1990, poucas eram as linhas de pesquisa em Administração Pública (Fadul *et al*., 2014), quase sempre em caráter acessório. O que parece

[3] Ao tratar da história do Ensino em Administração Pública no país, com maior enfoque à graduação na área, Coelho (2019) delimita quatro ciclos: 1952-1965 – marcado pela criação e a disseminação inicial do ensino de graduação em AP no país com a Ebap; 1966-1982 – que vai da efervescência ao recrudescimento dos bacharelados; 1983-1994 – período inicialmente letárgico, mas que reascendeu o ensino após advento da CF/88 e a reforma gerencial dos anos 90; 1995-2006 – marcado pela expansão do ensino no país e pela gestação do denominado "Campo de Públicas".

não ter se alterado, se considerado o que consta nas bases de dados oficiais da pós-graduação *stricto sensu* no país, notadamente na Plataforma Sucupira e no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, na Plataforma Sucupira, na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, contabilizavam-se 187 programas de pós-graduação na área de avaliação de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, disponibilizando um total de 278 cursos. Filtrando-se pela área básica de concentração, observou-se que apenas 13 deles diziam respeito à Administração Pública, em funcionamento nas seguintes IES: UnB, Andifes, UFV, Insper, USP, FGV-EAESP, Ufes, UFRN, Ufla, FGV-RJ, IDP-BSB, UFPB e UFVJM.

Analogamente, em relação aos grupos de pesquisa cadastrados na área, realizada uma verificação parametrizada no portal da Capes na base corrente de dados (aplicando-se a palavra-chave Administração Pública como busca exata e selecionando-se os campos nome e palavras-chave) para todas as áreas do conhecimento, na data de 17/01/2025, foram encontrados 181 registros ativos. Resultado que, quando restringido para a grande área de Ciências Sociais Aplicadas e área de Administração, teve número reduzido para 92 grupos de pesquisa.

2.1.3 A dicotomia pós-graduação profissional x pós-graduação acadêmica e os mestrados e doutorados profissionais em Administração Pública

Como observado, o nascimento da pós-graduação no Brasil ocorreu em torno de mestrados e doutorados acadêmicos, sob o entendimento da necessidade de formação de professores-pesquisadores por excelência, considerando que, como aduz Bertero (2006), a interpretação literal do parecer n.º 977/1965 do Conselho Federal da Educação, por muito tempo conduziu à compreensão de não serem concebíveis mestrados profissionais, equivocadamente alocando o profissional dentro do *lato sensu*.

Em face disso, parte dos autores assevera a recentidade da pós-graduação profissional no país (Ikeda; Campomar; Veludo de Oliveira, 2005). No entanto, em outra perspectiva, pode-se, em verdade, considerá-la tardia. Primeiro porque dependeu da percepção de que uma formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* não necessariamente está adstrita ao plano da docência. Segundo, porque decorreu também da demanda de trabalho por pessoal qualificado no setor público (Ribeiro, 2005).

O marco de institucionalização da pós-graduação profissional no Brasil foi a portaria GAB/Capes n.º 80/1998, por meio da qual o Ministério da Educação (MEC) e a Capes expressamente reconheceram os mestrados profissionais (Pinto *et al.*, 2023; Brasil, 1998). Seguidamente, com a portaria nº 131/2017 (posteriormente revogada pela nº 60/2019) e a portaria n.º 7/2009 (substituída pelas portarias n.º 17/2009 e 389/2017), reconheceu-se o doutoramento profissional e foram estabelecidos objetivos e requisitos para a autorização (Brasil, 2017a, 2017b, 2009a, 2009b, 2019). Porém, até que se chegasse a isso, um longo caminho foi percorrido.

Longe de ter sido um avanço linear, até que ganhassem o espaço devido, os cursos profissionais foram inicialmente rejeitados pelas áreas mais conservadoras e objeto de resistência (Ribeiro, 2005). O parecer CNE/CES n.º 79/2002, por exemplo, emitido por consulta feita pelo então Pró-Reitor de pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), leva a compreender que inicialmente pairavam incertezas quanto ao mestrado profissional conferir capacitação para a docência:

> Somos de parecer que o **título obtido em um Mestrado profissionalizante dá os mesmos direitos**, em termos de carreira acadêmica, do que os usufruídos por detentores de mestrados ditos acadêmicos ou científicos. Dessa forma os diplomas **devem conter sempre o termo Mestre**, podendo indicar a área profissional de atuação (Mestre em Odontologia - Profissional em Ortodontia) ou "Mestre Profissional em Economia". A inclusão do termo "profissional" é desejável por conter informação relevante para os eventuais interessados (Brasil, 2002, p. 1-2, grifos meus).

Na mesma linha, na área de Administração, elucida Bertero (2006, p. 69) que, por inicialmente não haver definições a respeito, várias eram as questões suscitadas sobre o mestrado profissional:

> Qual a **percentagem de doutores** que seria exigida? Admitir-se-iam profissionais sem titulação se fossem capazes de trazer ao curso uma contribuição relevante e necessária? Em que porcentagem? E sobre a **natureza da dissertação** ou **trabalho de conclusão** de um mestrado profissional? Esperam-se trabalhos científicos ou admite-se que os trabalhos **devam ser profissionalmente relevantes**? Neste caso a dissertação se localizaria necessariamente no âmbito da prática administrativa? (grifos meus)

Paulatinamente, a atuação da Capes foi primordial para a superação da concepção do mestrado profissional como “título menor” (Ribeiro, 2006) ou “mestrado facilitado” (Ribeiro, 2012), partindo sempre da compreensão de aproximação entre a pós-graduação e a necessidade de contribuição efetiva para a sociedade. O “Seminário Para além da Academia –

a pós-graduação a serviço da sociedade", evento realizado em 2005, na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), foi outro marco decisivo, dele resultando definições relevantes sobre o mestrado profissional (Barros; Valentim; Melo, 2005).

Dentro da pós-graduação *stricto sensu*, assim como o mestrado acadêmico, o mestrado profissional proporciona um "salto qualitativo na formação" (Ribeiro, 2006, p. 314). Não se confunde com uma especialização, qualificação, atualização ou mero acréscimo de conhecimentos, que não adentra esse critério formativo, mas apenas informativo ou de treinamento. Ademais, ele igualmente conduz a uma imersão na pesquisa, voltada a formar um pesquisador que "saiba localizar, reconhecer, identificar e, sobretudo, utilizar a pesquisa de modo a agregar valor a suas atividades" (Ribeiro, 2005, p. 8).

Na mesma linha, em relação aos doutorados profissionais, se cotejadas as características com os doutorados tradicionais (e mesmo que se tome por exame e discussão o exemplo de outros países), pode-se verificar que estará sempre relacionado ao caráter de proficuidade e atualidade. Desenvolvidas em profundidade, as investigações conduzidas em doutorados profissionais geralmente trazem contribuições práticas e relevantes, aplicáveis no campo de atividade profissional (Alves, 2022).

No tocante à pós-graduação *stricto sensu* na área da Administração em geral, Bertero (2006, p. 83-84) esclarece que

> [...] apenas no final da década de noventa [...] a CAPES, agência governamental responsável, entre outras coisas, pelo estabelecimento de critérios e pela avaliação dos programas de mestrado e doutorado, acabou aplicando os critérios de avaliação, que vigiam para todas as demais áreas, também à administração. Até então ainda eram mais lenientemente adotados pelos programas de administração. O resultado foi o imediato fortalecimento de linhas de pesquisa e o redirecionamento de programas. **Levou a uma separação mais nítida entre programas acadêmicos, ou seja, voltados à formação de professores e pesquisadores e de programas profissionais** (grifo meu).

Inspirado no MBA norte-americano, o primeiro mestrado profissional em Administração foi criado junto à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas, no início da década de 1990 (FGV, 2023). Waiandt e Fischer (2013), por sua vez, em levantamento realizado a respeito dos primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros na área de Administração, apontam que o primeiro mestrado de administração do país foi ofertado na área de Administração Pública, ainda em 1967, junto à Escola do Rio de Janeiro/FGV.

Considerado todo esse percurso histórico, é certo que a atividade científica na pós-graduação profissional *stricto sensu* (mestrado e doutorado) apresenta maior aproximação com pesquisas aplicadas. Isso porque o público dos mestrados profissionais, mesmo heterogêneo, geralmente integrado por diferentes áreas de formação, tem o interesse comum de capacitação para a resolução de problemas no ambiente de trabalho e de melhoria de práticas nos organismos que estão incluídos (Barros; Valentim; Melo, 2005). No caso da Administração Pública, nomeadamente, buscam-se práticas de gestão administrativa.

Ademais, tal peculiaridade em nada diminui a relevância da modalidade profissional. Do contrário, muito tem a agregar, principalmente considerando que o sistema nacional de pós-graduação no país (e a própria Capes) tem reclamado um impacto societal da pós-graduação, com a geração de conhecimento que efetivamente contribua à resolução de problemas da sociedade. Uma orientação que faz ainda mais sentido dentro da grande área de Ciências Sociais Aplicadas e de programas de pós-graduação em Administração (Costa; Machado; Câmara, 2022).

Não se pode perder de vista que, no âmbito da pesquisa em Administração Pública, em relação "à velha visão de acadêmico como neutro e descolado da realidade, deve-se substituir a solidez da compreensão histórica e o radar das transformações" (Pacheco, 2003, p. 71). Do mesmo modo, não se concebe mais que o objetivo da pesquisa na pós-graduação esteja voltado à mera retroalimentação acadêmica, paroquialismo, vaidade ou enriquecimento curricular (Bertero, 2006; Bertero; Caldas; Wood Jr., 1999).

Desse modo, os mestrados profissionais ganham espaço, devotados (no campo da Administração Pública) à capacitação de gestores e agentes públicos diversos para o enfrentamento de complexos desafios da administração pública atual. Como salienta Sarfati (2021, p. 1), mais que uma inovação genuína, uma "jabuticaba brasileira", com a devida estruturação e o suporte institucional que requerem, manifestam-se como um "modelo viável para diminuir a lacuna entre teoria e prática".

2.2 PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: METAESTUDOS BRASILEIROS E LITERATURA INTERNACIONAL

Nas décadas seguintes à criação dos programas de pós-graduação no país, análises sobre a atividade científica nacional ganharam evidência. Esses estudos, porém, inicialmente não voltavam o olhar à Administração Pública, cujo reconhecimento tardio como área fez com que suas contribuições estivessem sempre associadas à Ciência Administrativa em geral.

Historicamente, como elucidam Fadul, Silva e Cerqueira (2011, p. 152), a atividade acadêmica na área foi "colocada em plano secundário [...], no interior dos próprios cursos e entre os próprios alunos das escolas de Administração".

Desse modo, verificar a investigação científica sobre a produção na área da Administração Pública no Brasil requer primeiro considerar estudos desenvolvidos a partir da década de 1990, quando houve um evidente aumento da atividade científica (Hocayen-da-Silva; Rossoni; Ferreira Júnior, 2008) e a correspondente necessidade de avaliação da qualidade das produções, o que há muito era realizado em outros países, como os Estados Unidos (Souza, 1998).

2.2.1 Os metaestudos pioneiros e as perspectivas da atividade científica no campo da Administração Pública

Dado o aumento da produção científica nacional, há mais de vinte anos metaestudos se propõem a caracterizar o que se produz sobre Administração e a verificar a organização da comunidade de pesquisadores nas subáreas, considerando-se precursora a investigação desenvolvida por Machado-da-Silva *et al.* em 1990 sobre organizações (Fadul; Silva; Cerqueira, 2011). Em relação à Administração Pública, um dos primeiros mapeamentos de referência é o de Celina Souza, veiculado na Revista de Administração Pública (RAP) antes dos anos 2000 (Corrêa *et al.*, 2019).

Analisando a qualidade da atividade científica e os principais problemas enfrentados no final dos anos 1990, Souza (1998) apontava para a necessidade de um maior aprofundamento e acurácia teórico-metodológica nas produções sobre Administração Pública. Atribuiu a fragilidade dos estudos à recência do campo no país e sugeriu que os programas de pós-graduação prezassem por maior solidez teórica, contribuição prática, pertinência temática e rigor metodológico. Ressaltou, ainda, haver enfoque em "políticas públicas", em detrimento de temas como "processos" e "ações coletivas"[4] (Souza, 1998).

Seguindo esse estudo, em paralelo às investigações que se desvelavam no país nas mais diversas áreas do conhecimento, outras análises a respeito da produção científica na Administração Pública surgiram.

No ínterim 1937-1997, tomando as duas principais revistas da área do país (Revista do Serviço Público e a Revista de Administração Pública), no ano 2000, Tânia Keinert apontava

[4] Para Souza (1998), ações coletivas não estão relacionadas ao sentido jurídico mais usual no português brasileiro, mas sim a temas e pesquisas que analisam processos decisórios, coordenação entre múltiplos atores e arranjos de atuação conjunta em torno de problemas públicos.

que as temáticas e as teorias dos artigos publicados acompanhavam a agenda da Administração Pública brasileira. Para ela, até a década de 1970, os estudos focalizavam a Ciência Administrativa e o aparelho do Estado (Paula, 2001). Na passagem entre os anos 1970 e 1990, temas e teorias refletiam a ruptura paradigmática de um sistema estadocêntrico para um sistema sociocêntrico (Corrêa *et al.*, 2019).

Com relação à produção dos mesmos periódicos analisados por Keinert (2000) e dos Anais dos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (todos de 1998-2002), Pacheco (2003) expunha a persistência de impasses que levantamentos anteriores expectavam serem superados com a consolidação da Administração Pública como campo do saber. Autorreferenciamento de autores, setorização de estudos, diluição e fuga temática e o empréstimo de teorias de outros campos de forma acrítica se mantinham presentes, além da prevalência de estudos qualitativos e de caso (Pacheco, 2003).

Na tendência de se tratar "de tudo um pouco", atribuída por Pacheco (2003), nos estudos desenvolvidos na RAP (1995-2002), por exemplo, encontravam-se temas como: organizações, estudos setoriais, reforma gerencial do Estado, sociologia, política, demografia, finanças públicas, ferramentas administrativas, perspectivas dos funcionários ou empregados, estudos empresariais e até "temas curiosos ou isolados". Ao passo que, em meio a essa miscelânea, "governança" e "implementação das políticas" se mantinham em segundo plano de investigação (Pacheco, 2003, p. 70).

Da análise dos artigos publicados entre 2000-2005 nos Anais do Encontro da Anpad (Enanpad), Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Júnior (2008) chegaram a conclusões semelhantes. O aumento de artigos publicados na área de Administração Pública foi acompanhado do predomínio de trabalhos teórico-empíricos, com pesquisas de abordagem qualitativa e estudos de caso. Notou-se concentração geográfica e institucional dos autores, a rigor no sudeste do país. Quanto às temáticas, dentro das subáreas dos Enanpads (2000-2005), mantida a produção elevada em "políticas públicas", evidenciou-se expansão em "gestão social e ambiental" e "gestão pública e governança".

Assim, conquanto questionassem a qualidade do que se produzia cientificamente no Brasil a respeito da Administração Pública, em maior ou menor medida, essas meta-análises atribuíam a fragilidade dos estudos ao nascente amadurecimento do campo (Hocayen-da-Silva; Rossoni; Ferreira Júnior, 2008), à falta de apoio institucional e à recentidade da disciplina (Souza, 1998). Nas palavras de Pacheco (2003), eram "balanços otimistas", que supunham superação ao longo do tempo.

2.2.2 O aumento de uma produção que não contribuía à consolidação como campo do saber

Em continuidade à preocupação sobre a qualidade do conhecimento produzido em Administração Pública no Brasil, Fadul, Silva e Cerqueira (2011), tomando os manuscritos publicados nos anais dos Encontros de Administração Pública e Governança (EnAPGs), bienalmente realizados entre 2004 e 2010, verificaram que, nos anos 2000, não havia continuidade e sistematização de conceitos, teorias ou objetos nas pesquisas desenvolvidas. Dentre os oito eixos temáticos de submissão, mais da metade dos trabalhos direcionavam-se a "Organizações públicas e as funções gerenciais" ou "políticas públicas e sociais", sobrepujando temas como "transparência, controle, *accountability* e responsabilidade fiscal".

Apesar de abundante, a produção não contribuía significativamente para o reconhecimento da Administração Pública como campo do saber, tampouco apresentava aderência temática. Agendas de governo e modismos de pesquisa influenciavam o que se investigava. Sem maiores aprofundamentos, as organizações públicas eram referenciadas apenas como o local de pesquisa e a aderência de muitos trabalhos com a área também se mostrava sensível, parecendo ter sido escolhida pelos pesquisadores em razão da facilidade de comunicação com o tema (Fadul; Silva; Cerqueira, 2011).

Aprofundando o escopo, no mesmo sentido também se encaminhou a compreensão dos autores em relação à produção científica dos Anais do Enanpad e do Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG), ocorridos entre 2009-2012. Houve também aumento no número de 2449 estudos submetidos e 927 publicados na área temática da Administração Pública, mas muitos apresentavam duas conhecidas e graves inconsistências: frágil sustentação teórico-metodológica e tangenciamento do tema da Administração Pública (Fadul *et al.*, 2014).

Em relação à produção veiculada em periódicos científicos, Smolski *et al.* (2017) verificou os artigos publicados entre 2003-2016 na RAP, a terceira mais antiga da área (Martins, 2007). A bibliometria sinalizou a consolidação do campo, com ênfase temática nas ciências administrativas e, no lócus, em estudos organizacionais, que perderam espaço ao longo do período. Os autores majoritariamente eram brasileiros, ao longo do tempo passou-se a publicar em regime de colaboração e houve diversificação de vínculos institucionais. O tipo de pesquisa aplicada prevaleceu, com considerável aumento no número de estudos de caso e abordagem quantitativa em relação ao intervalo 1994-2002 (Smolski *et al.*, 2017).

Por fim, dentre outros metaestudos, recentemente, levantamento realizado por Corrêa *et al.* (2019) nos principais eventos e periódicos da área da década 2000-2010 ratificou a persistência da falta de identidade, da insuficiência de delimitação do campo do saber e da dispersão temática na maior parte dos estudos. Os autores concluíram que a expressiva produção científica do campo não necessariamente resultava do aumento de pós-graduações, grupos ou linhas de pesquisa, mas da atividade científica de pesquisadores de áreas funcionais que "visitavam" a Administração Pública como objeto empírico, não como referencial teórico.

Desse modo, excetuando o apanhado de Smolski *et al.* (2017), historicamente, as análises sobre a produção científica em Administração Pública no país geralmente conduzem a gargalos listados por Corrêa *et al.* (2019): falta de identidade, delimitação, rigor metodológico e apoio institucional, autorreferências, modismos e "vale tudo temático". Impasses que, na visão dos autores, conduzem à fragilidade e à fragmentariedade do campo do saber em Administração Pública, tornando contraproducente a expansão da produção acadêmica na área.

2.2.3 O que aponta a literatura internacional

No plano internacional também se encontram investigações sobre a produção científica na área de Administração Pública. Estudos indicam padrões e tendências teórico-metodológicas, frequentemente recorrendo à bibliometria como metodologia de análise da produção científica ou lançando mão da revisão sistemática de literatura, como é o caso de Ismail e Hartati (2023); Wei, Liu e Lyu (2024); Dias, Silva e Gianordoli (2024); Ospina, Esteve e Lee (2018); e Hansen e Tummers (2020), estudos estrangeiros publicados na língua inglesa e disponibilizados em rede de acesso aberto.

Na Indonésia, a fim de verificar a evolução das pesquisas em Administração Pública no contexto global e as perspectivas para o campo, Ismail e Hartati (2023) realizaram análise bibliométrica e revisão sistemática dos arquivos indexados na base de dados Scopus entre 2010 e 2021. Empregou-se o descritor "*Public Administration*" no título ou nas palavras-chave e, a partir dele, procedeu-se à seleção mediante critérios. Observou-se concentração geográfica de produção científica na China e nos Estados Unidos, com crescimento no número de publicações após o ano 2015. Maior parte das pesquisas versava sobre "*big data*", "eficiência" e "governança pública", além de "redes na administração pública" e "governança colaborativa". Os autores destacaram lacunas entre o desenvolvimento teórico e a aplicação prática, recomendando maior enfoque em implicações práticas e digitais (Ismail; Hartati, 2023).

Na mesma linha, um mapeamento chinês realizado na School of Public Administration da Sichuan University confirmou haver concentração geográfica nos Estados Unidos, Reino Unido e China, mas indicando uma recente expansão das pesquisas em países emergentes da América Latina e Ásia. Foram analisados mais de 80.000 escritos produzidos na língua inglesa, disponibilizados na base de dados Social Sciences Citation Index (SSCI) entre 1920 e 2020. Verificou-se variação temática ao longo do tempo (Wei; Liu; Lyu, 2024).

Para o estudo chinês, as investigações inicialmente tratavam da "eficiência administrativa" e da aplicação de "princípios do setor privado", passando-se em seguida à "Nova Gestão Pública", "sustentabilidade" e "inovação" na administração. Modernamente, os assuntos se atrelavam às "tecnologias emergentes", "inteligência artificial", "*big data*" e "internet das coisas". Com isso, estruturaram-se grupos temáticos: 1) Bem-estar social, economia e saúde pública; 2) Políticas ambientais e climáticas; 3) Foco em inovação e gestão organizacional; 4) Relação entre democracia e Administração Pública; 5) Avaliação de programas e implementação de políticas públicas (Wei; Liu; Lyu, 2024).

O estudo de Dias, Silva e Gianordoli (2024), a partir de bibliometria realizada com 847 artigos extraídos da base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), comparou investigações científicas de práticas de gestão pública desenvolvidas no Brasil e Portugal entre 2002 e 2023. Foi identificado um aumento no número de publicações entre 2009-2022. A metodologia era predominantemente qualitativa e as temáticas se relacionavam à "saúde" e às "políticas públicas". Uma tendência que, segundo os autores, resultava da Pandemia da COVID-19 e do fator de impacto dos periódicos da área. Concluíram que a prática científica reafirmava o compromisso adotado pelos países com a modernização do setor público, mas que reclamava transferência do conhecimento produzido nas academias para o setor público (Dias; Silva; Gianordoli, 2024).

Em Singapura, Ospina, Esteve e Lee (2018) avaliaram a prática de pesquisa qualitativa em Administração Pública e metodologias a partir da revisão sistemática e bibliometria de publicações internacionais no banco de dados ProQuest e de periódicos de alto impacto. Verificaram que, dos 129 artigos publicados entre 2010 e 2014, apenas 7,57% efetivamente utilizavam metodologias qualitativas, das quais 83,7% recorriam ao método do estudo de caso. Em regra, não havia explicação das escolhas metodológicas, nem mesmo das estratégias de análise de dados. Os estudos tendiam à linha positivista, apresentavam escrita similar e pouca inovação nos formatos. O que, segundo os autores, demandava maior transparência no rigor metodológico adotado, investimento em outros formatos que não estudo de caso (como

etnografia e pesquisa-ação) e adoção de outras linhas de orientação teórica, como a interpretativista (Ospina; Esteve; Lee, 2018).

Ainda no aspecto metodológico, outra revisão sistemática de 186 estudos internacionais publicados entre 2010 e 2018 em periódicos de alto impacto foi desenvolvida nos Estados Unidos por Hendren *et al.* (2022). Os autores objetivaram explorar a profundidade da utilização qualitativa nas pesquisas de métodos mistos na área de Políticas Públicas e Administração Pública.

Apesar do aumento de estudos mistos, observou-se predomínio da abordagem quantitativa e falta de transparência nas decisões metodológicas. Raras pesquisas demonstravam integração estratégica de métodos qualitativos e quantitativos, com baixa referência à literatura metodológica e subutilização do método qualitativo. Recomendou-se, em razão disso, maior integração entre os dois métodos, a fim de não descaracterizar a essência da pesquisa quanti-qualitativa no âmbito da Administração Pública (Hendren *et al.*, 2022).

O estudo de Hansen e Tummers (2020), por sua vez, também com base em uma revisão sistemática, analisou 42 artigos internacionais de pesquisas de campo em Administração Pública, disponibilizados na base de dados Scopus entre 2010 e 2018. Todos os artigos eram publicados em inglês, revisados por pares e abordavam investigações empíricas sobre gestão governamental.

Os achados apontaram para o aumento no número das pesquisas a partir de 2010, com predominância das temáticas: desempenho (19%), liderança (17%), coprodução/participação cidadã[5] (14%), transparência (14%), motivação (10%) e discriminação (10%). A maioria das pesquisas apresentava abordagem quantitativa e era originada em ambientes naturais ou realistas, de autoria de prestadores do serviço público. Os autores sugeriram a investigação de temas como "inovação no setor público" e "redes de informação".

2.3 A TEORIA INSTITUCIONAL

2.3.1 Institucionalismo e organizações

Apesar do dissenso sobre a datação dos primeiros estudos organizacionais, não há dúvidas de que, já na segunda metade do século XIX, eles se tornaram evidentes. As

[5] A tradução literal da expressão inglesa "*coproduction*" corresponde ao vocábulo "coprodução". Mas, na perspectiva da Administração Pública, está relacionada à "co-gestão" ou "participação cidadã", envolvimento direto de cidadãos na provisão e na gestão de serviços (Brudney; England, 1983).

transformações do nascente capitalismo chamaram a atenção para o estudo das organizações, a partir de diversas perspectivas e nas mais distintas áreas do conhecimento, sobretudo nas Ciências Sociais. Com isso, dentre os paradigmas teóricos que se propuseram a estudar as organizações, surgiu a abordagem institucionalista (Reed, 1998).

Pouco tratado nas faculdades e nas organizações brasileiras (Quinello, 2007), o institucionalismo pode ser compreendido como uma construção teórica que explica o funcionamento e a evolução da sociedade das organizações pela tentativa de compreender as transformações por elas experienciadas (Carvalho; Vieira; Silva, 2012). Parte-se do pressuposto de que há uma distinção fundamental entre organização (entidade) e instituições (regras, normas, valores), voltando-se à formação, manutenção e mudança dessas estruturas.

A doutrina institucionalista disseminou-se na Economia, na Ciência Política e na Sociologia (Carpes *et al.*, 2015). Por isso, quando se trata de Teoria Institucional, é preciso concebê-la como corrente teórica tripartite que apresenta as facetas: política ou histórica (o institucionalismo histórico), econômica (a Nova Economia Institucional) e sociológica (a organizacional), esta última nas vertentes clássica e neoinstitucionalista. Além disso, trata-se de uma perspectiva tardia no âmbito da Administração (Quinello, 2007).

Apesar de o conceito de instituição geralmente ser atribuído a Everett Hughes (1936) ou a Durkheim (1895), enquanto novo paradigma organizacional, o institucionalismo sociológico propriamente dito remete a Philip Selznick, quando, em 1948, concebeu a base do que viria a ser o institucionalismo organizacional clássico. Ele enxergou as organizações como sistemas sociais moldáveis, que não atuam apenas em função da estruturação formal interna que apresentam (Fachin; Mendonça, 2003).

Nas palavras de Quinello (2007, p. 38), Selznick preocupou-se em "explicar as relações das organizações com a estrutura externa" e a observar a incorporação de elementos não racionais. Assim, entendeu por instituição o resultado da adequação das organizações às pressões do ambiente, fruto de um processo de desenvolvimento de práticas e regras, que denominou institucionalização. A organização ganha estrutura e caráter distintivo, isto é, passa a ter valor infundido (Fachin; Mendonça, 2003).

A partir da década de 1970, o institucionalismo adquiriu uma nova roupagem, a abordagem neoinstitucionalista ou novo institucionalismo organizacional, que interessa a este estudo enquanto aporte teórico, principalmente nas contribuições de Tolbert e Zucker (1999), Meyer e Rowan (1986) e DiMaggio e Powell (1983). No entanto, velho e novo institucionalismo partem sempre da perspectiva selznickiana da organização como "ente

orgânico adaptativo" e da "infusão de valor" como produto da institucionalização, base para a compreensão dos pressupostos neoinstitucionais.

2.3.2 Neoinstitucionalismo: campo, legitimidade, isomorfismos, institucionalização e desacoplamento

A teoria neoinstitucional nasceu no contexto das mudanças ocorridas a partir de 1960 nas organizações, no período de transição para a sociedade pós-industrial (Scott, 2014). Contrapondo-se ao estruturalismo-funcionalismo, que explica a organização pela função das partes e pela manutenção do equilíbrio com ênfase na estrutura formal, o neoinstitucionalismo alinha-se ao construcionismo social como perspectiva fundante (Peci, 2006). Nele, contesta-se a "distinção tradicional entre a esfera do mundo social e as esferas influenciadas por um conjunto de práticas associadas à cultura" (Pereira, 2012, p. 281).

Tanto para o institucionalismo clássico de Selznick apresentado na subseção anterior, quanto para o neoinstitucionalismo, o ambiente não é compreendido apenas como a "fonte e destino de recursos materiais (tecnologia, pessoas, finanças, matéria-prima), mas também de recursos simbólicos (reconhecimento social e legitimação)" (Carpes *et al.*, 2015, p. 128). Reconhece-se que há um complexo processo em que as práticas da organização passam a ser infundidas de valores e são manifestadas de modo não questionado, aceito ou mesmo incentivado (Quinello, 2007).

Todavia, enquanto no institucionalismo clássico o reconhecimento organizacional é buscado na assunção de valores e no estabelecimento de alianças, para a nova abordagem institucional as organizações são conformadas pelo ambiente externo também no plano simbólico (Bonazzi, 2000). Assim como o jogo político e os acordos de poder, as normas, os mitos e as formas cognitivas passam a definir e explicá-las. Há elementos que moldam e homogeneizam suas práticas, ainda que de modo não visível e estruturado (Quinello, 2007). A infusão de valor excede o plano interno e histórico e passa a envolver fatores ambientais.

De tal modo, a compreensão da teoria institucional, que inicialmente pode aparentar ser complexa, torna-se mais elucidada quando considerados cinco conceitos basilares: campo organizacional, legitimidade, institucionalização, isomorfismos e *decoupling*.

Para DiMaggio e Powell (2005), o **campo organizacional** é a unidade formada por atores sociais interdependentes em mesma área de vida institucional (fornecedores, usuários/beneficiários, reguladores, financiadores, pares e organizações congêneres), cujas interações estabilizam regras, rotinas e significados compartilhados. No campo, as

organizações são conduzidas do isolamento a um estágio final altamente enlaçado e de compartilhamento axiológico (Vieira; Carvalho, 2003). Elas passam a ter reconhecimento mútuo, interdependências e regras compartilhadas (Machado-da-Silva; Guarido Filho; Rossoni, 2006).

Formado pela reunião de diversas organizações, o campo organizacional é dinâmico e aberto. Nele há entradas e saídas de atores, eventos críticos e intervenções. Por isso, partindo da concepção de sistema aberto, que recebe *inputs* e emite *outputs*, como organismos complexos, as organizações sofrem influência de pressões, que podem ser externas ou internas. Consequentemente, direta ou indiretamente, tais pressões instigam a organização a buscar o que os neoinstitucionalistas denominam legitimação ou **legitimidade** (Silva, 2020).

A legitimidade é a aceitação que "resulta da conformidade entre normas sociais gerais e legislação formal" e da percepção da adequação (Araújo *et al.*, 2019, p. 40). Nas palavras de Silva (2020, p. 12), trata-se da "condição que permite a manutenção ou a mudança das instituições, compreendendo a adequação de práticas, normas e procedimentos". Por isso, ela pode ser compreendida como a adequação e aceitabilidade dos valores da sociedade (Guarido Filho; Machado-da-Silva; Gonçalves, 2009) e pode estar fundada em elementos distintos.

Para Scott (2014), existem três pilares ou fontes da legitimidade: regulativo, normativo e cultural ou cognitivo. O pilar regulativo está relacionado às regras ou sanções, que não dependem da vontade do organismo, mas são impostas ao campo. O normativo provém dos valores, envolvendo assim um processo participativo de assimilação. Já o cultural-cognitivo envolve a compreensão daquilo que é tido por certo, óbvio ou natural para uma determinada organização ou complexo de organizações e que pode diferir de uma organização para outra.

À luz do neoinstitucionalismo, a **institucionalização** organizacional pode ser entendida como o processo de "definição institucional" ou "estruturação" em que regras e rotinas são estabelecidas em três fases. Inicialmente, soluções locais empregadas para a resolução de um problema da organização (dado o êxito gerado) tornam-se reiteradas - habitualização. Paulatinamente, como hábito organizacional, tais práticas são justificadas, nomeadas e categorizadas, comunicando-as aos demais setores - objetivação. Por fim, há a aceitação dos procedimentos, admitindo-se mecanismos sancionatórios para condutas desviantes e compensatórios para condutas esperadas – sedimentação (Tolbert; Zucker, 1999).

No processo de institucionalização, para garantir a subsistência no campo organizacional, as organizações são condicionadas pelas características gerais do ambiente e pelas demais instituições nele já estabelecidas (Meyer; Rowan, 1986). Com isso, relacionadas a dois ambientes condicionadores, um interno e outro externo, não resta alternativa senão

assemelhar-se às demais organizações. Nisso consiste o **isomorfismo** (Nascimento; Rodrigues; Megliorini, 2010).

Como ressaltam Machado-da-Silva *et al.* (2003, p. 180), o isomorfismo representa a "conformidade com as características ambientais". Fruto da assimilação de valores, símbolos, estratégias e estruturas, ele favorece a homogeneização, torna as organizações similares e as adequa a modelos eficientes (Pereira, 2012; Quinello, 2007). Assume, ademais, as formas coercitiva, mimética ou normativa, a depender da natureza das pressões externas exercidas, que podem atuar simultaneamente e em intensidades distintas (DiMaggio; Powell, 2005).

No isomorfismo **coercitivo** a pressão é exercida formal e informalmente por outras organizações das quais a organização depende, pela influência política e pelas expectativas culturais da sociedade em que está inserida (leis, contratos, delegações de governo...). A organização se conforma às regulamentações governamentais e às expectativas que impõem uniformidade para atender a uma condição necessária à sobrevivência e reconhecimento no campo (DiMaggio; Powell, 2005).

No isomorfismo **mimético**, como se depreende da nomenclatura, a organização molda-se por imitação, com a intenção de alcançar o êxito, seja por conta de possuir tecnologias pobres e objetivos ambíguos, seja por incertezas simbólicas que conduzem à imitação de "casos de sucesso". A partir desse tipo de pressão, o organismo assimila processos semelhantes aos de outras entidades. Diante da insegurança da própria organização, buscam-se arquétipos técnicos que legitimem ações e decisões (Quinello, 2007).

Já no isomorfismo **normativo**, a pressão decorre da profissionalização, da educação formal e da formação de especialistas (Fonseca, 2003). A legitimação é buscada na criação de base cognitiva, por conselhos ou profissões, não por imitação ou por influências político-culturais (DiMaggio; Powell, 2005). Por isso, as especializações acadêmicas são vistas como contribuintes desse isomorfismo (Quinello, 2007); e as universidades, como entidades de treinamento, veículos de transmissão desse mecanismo (Fonseca, 2003).

Na dinâmica de pressões recebidas e emitidas por diferentes atores do campo, os mecanismos isomórficos de homogeneização se aproximam dos três pilares fundantes da legitimação previstos por Scott (2014) como conceitos complementares do neoinstitucionalismo. Dentro da dinâmica organizacional, passa a haver certa correspondência entre mecanismos e pilares: regulativo–coercitivo, normativo–normativo, cultural-cognitivo–mimético; uma articulação que corrobora a difusão e a homogeneização no campo organizacional (Oyadomari *et al.*, 2008).

No entanto, embora no neoinstitucionalismo haja grande evidência no processo de semelhança entre os organismos, outro relevante fenômeno observado na vertente é o de ***decoupling*** – traduzido como desacoplamento ou desarticulação (Meyer; Rowan, 1986). Observou-se que, a despeito dos mecanismos e pilares, há organizações que se apresentam como legitimadas no campo organizacional em relação às regras e pressões sofridas, mas que não modificam a realidade operacional ou valores. Políticas, procedimentos e protocolos são ditos como adequados, mas não são efetivamente empregados (Meyer; Rowan, 1986).

No *decoupling* ocorre uma nítida cisão entre o que é apresentado e o que é efetivamente feito pela organização. Se por um lado há conformidade formal para ganhar legitimidade, preservando o núcleo técnico; por outro, os valores declarados e demais manifestações não correspondem aos reais intentos e práticas. Com efeito, tal fenômeno também pode ser visto enquanto uma forma de resistência às pressões institucionais, resposta estratégica ao processo institucional e às pressões sofridas (Fonseca, 2003).

Nesse aspecto, importa considerar que a institucionalização confere ao ator social uma condição especial e singular, mas que "um mesmo programa dentro da mesma organização pode influir por caminhos diferentes dentro do processo de institucionalização" (Quinello, 2007, p. 91). No Brasil, tal é o caso da prevalência do formalismo enquanto mecanismo institucional coercitivo de mudança social apontado nos estudos de Machado-da-Silva *et al.* (2003), manifestado no uso frequente pelas organizações de instrumentos de imposição legal (leis, decretos, portarias, resoluções, contratos), o que muito aproxima (na prática) do citado conceito de desacoplamento.

Esses são, em síntese, os conceitos fundantes da Teoria Institucional na perspectiva neoinstitucionalista, a partir dos quais se procede à interpretação dos resultados da pesquisa em relação ao PROFIAP, na seção 4.3.

2.4 O PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE PROFIAP

Os estudos de elaboração da proposta do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional ocorreram em 2009, durante o desenvolvimento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), quando inicialmente se discutia a implementação de um mestrado na modalidade de ensino à distância. Apesar da não aceitação do formato remoto, em 2013, o projeto foi recomendado pela Capes e, em 2014, as atividades se iniciaram em 9 instituições associadas, com 212 ingressantes na primeira turma (PROFIAP, 2024).

Paulatinamente, com ajustamentos em regimento, diretrizes e normas acadêmicas, alinhando-se ao que dispõe a Capes, o PROFIAP estruturou-se e tem-se consolidado no âmbito da pós-graduação em Administração Pública no país (Picoreli, 2024). Ademais, além do compromisso com a capacitação de profissionais e o aprimoramento da gestão pública, tem contribuído com o desenvolvimento da pesquisa na área, podendo-se encontrar metaestudos a seu respeito.

2.4.1 Surgimento, funcionamento e expansão

O PROFIAP foi instituído pela Portaria n.º 922 de 24/10/2014, inicialmente integrando 9 Ifes: Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Alfenas (Unifal) e Universidade Federal de Rondônia (Unir) (PROFIAP, 2024).

No contexto da distribuição de competências de gestão aos Estados e Municípios adotada pela Constituição Federal de 1988, com o modelo de federalismo cooperativo e a decorrente demanda pela formação de servidores e profissionais qualificados, a criação do programa veio somar-se a outras iniciativas oriundas do PNAP, voltadas à capacitação de pessoal, mas desta vez no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (Lima Filho; Carneiro, 2013).

De oferta nacional, com o objetivo de "capacitar profissionais para o exercício da prática administrativa avançada nas organizações públicas", "contribuir para aumentar a produtividade e a efetividade das organizações públicas" e "disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública" (PROFIAP, 2023a, p. 1-2), o PROFIAP possui estruturação e gestão acadêmico-administrativa diferenciadas.

A estrutura em rede veio ao encontro da dificuldade de cada uma das Ifes, sozinha, instituir uma pós-graduação; o alcance nacional de oferta, ao encontro da democratização do ensino. O programa surgiu da integração de entidades educacionais, cada uma com atribuição específica: à Andifes coube a coordenação; à Capes, apoiar a formação e a gestão de redes de Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) para oferta de cursos de graduação e pós-graduação; às Ifes, o fornecimento da infraestrutura e do corpo docente necessário (Lima Filho; Carneiro, 2013).

Em razão dos resultados alcançados, iniciando o processo de expansão do programa, em 2015, foi instaurado o edital n.º 001/2015, com chamada para proposta de adesão por parte de IES interessadas. Das 28 inscritas, 12 instituições incorporaram a rede (PROFIAP, 2015, 2023b). Atualmente, após o edital n.º 17/2023, o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional é ofertado em 41 instituições associadas distribuídas pelo país, discriminadas no Quadro 1.

QUADRO 1 – Instituições associadas à rede PROFIAP

	INSTITUIÇÃO ASSOCIADA	**INGRESSO**
1.	Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	2014
2.	Universidade Federal de Alagoas - Ufal	2014
3.	Universidade Federal de Alfenas - Unifal	2014
4.	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	2014
5.	Universidade Federal de Goiás - UFG	2014
6.	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	2014
7.	Universidade Federal de Rondônia - Unir	2014
8.	Universidade Federal de Sergipe - UFS	2014
9.	Universidade Federal de Viçosa - UFV	2014
10.	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	2015
11.	Universidade Federal de Pelotas - Ufpel	2015
12.	Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ	2015
13.	Universidade Federal do Piauí - UFPI	2015
14.	Universidade Federal do Rio Grande - FURG	2015
15.	Universidade Federal do Tocantins - UFT	2015
16.	Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	2015
17.	Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf	2015
18.	Universidade Federal Fluminense - UFF	2015
19.	Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	2015
20.	Universidade Federal Rural do Semiárido – Ufersa	2015
21.	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2015
22.	Universidade Federal do Acre - Ufac	2024
23.	Universidade Federal do Amazonas - Ufam	2024
24.	Universidade Federal da Bahia - Ufba	2024
25.	Universidade Federal do Ceará - UFC	2024
26.	Universidade Federal do Cariri - UFCA	2024
27.	Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar	2024
28.	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	2024
29.	Universidade Federal do Maranhão - Ufma	2024
30.	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	2024
31.	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	2024
32.	Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa	2024
33.	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	2024
34.	Universidade Federal Rural da Amazônia - Ufra	2024
35.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	2024
36.	Universidade Federal de Roraima - UFRR	2024
37.	Universidade Federal de Uberlândia - UFU	2024
38.	Universidade Federal de São Paulo - Unifesp	2024
39.	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa	2024

40.	Universidade da Integração Intern. da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab	2024
41.	Fundação Universidade Federal do Pampa - Unipampa	2024

Fonte: elaborado a partir de dados do Portal PROFIAP (2024)

Ao longo dos dez anos de existência, a rede PROFIAP capilarizou-se em 5 IES da Região Centro-Oeste do país, 16 da Região Nordeste, 8 da Região Norte, 7 da Região Sudeste e 5 da Região Sul, conforme se verifica no mapa de distribuição geográfica exposto na Figura 1. Na perspectiva do processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil, o programa atingiu campi menores e regiões interioranas, de forma a dar continuidade à descentralização do acesso ao ensino superior, tônica das últimas décadas.

FIGURA 1 – Distribuição geográfica das instituições associadas após expansão do PROFIAP



Fonte: site do PROFIAP (2024)

Desde que criado, o PROFIAP tem possibilitado a formação de diversos profissionais. No entanto, mais que conceder a titulação de mestre em Administração Pública, a pós-graduação contribui significativamente para o desenvolvimento da Administração Pública brasileira de excelência, a partir da atuação dos profissionais que por ele passam (Picoreli, 2024). O compromisso com uma gestão de qualidade permeia a estruturação do curso, a começar pelos objetivos dispostos em regimento.

O ingresso no programa ocorre por meio do Teste Anpad, realizado na modalidade remota. Ao ingressar, o mestrando cumpre a carga horária mínima de 480 horas, organizadas

em disciplinas com 32 créditos. Como componentes obrigatórios, o mestrando cursa as disciplinas de “Estado, Governo e Administração Pública”, “Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicadas à Administração Pública”, “Oficina de Elaboração de Projeto, Trabalho de Conclusão de Curso, Produto Técnico e Artigo Científico” e “Políticas Públicas”. Para a integralização do curso, opta por três disciplinas que permitem o aprofundamento em áreas específicas, conforme o interesse e objetivo pretendidos na área (PROFIAP, 2025a).

2.4.2 Linhas de atuação e formatos de Trabalho de Conclusão de Curso

Desde o nascimento, o PROFIAP foi estruturado na linha de concentração “Administração Pública”, mas não se encontrando em qualquer dos primeiros regimentos ou normas acadêmicas do programa as duas linhas de atuação hoje previstas: 1) Políticas Públicas; 2) Administração Pública e Organizações (PROFIAP, 2025a). Nos regimentos nacionais de 2019, 2020 e 2021, por exemplo, constava apenas a concentração na área de “Administração Pública” (PROFIAP, 2019, 2020, 2021), nada registrando a respeito de linhas de atuação ou pesquisa.

Apesar disso, em razão da constituição do programa em rede, desde o princípio há uma natureza colaborativa para aperfeiçoamento da proposta do programa, de modo a permitir que as associadas, complementarmente, estabeleçam regimento interno e disciplinem nesse sentido (PROFIAP, 2024). O que não necessariamente ocorreu em todas as IES porque, até 2023, das 21 associadas, 43% não possuíam regimento local, conforme apontado por Picoreli (2024).

De Deus, Paula e Paiva (2024) esclarecem que, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), uma das primeiras a integrar a rede, até 2021, o regimento interno do programa previa quatro eixos de pesquisa, substituídos pelas duas linhas recentemente adotadas no 2º Fórum de Reunião de Coordenadores do PROFIAP em 2022: 1) Atuação do Estado e sua relação com o mercado e sociedades; 2) Políticas públicas: formulação e gestão; 3) Práticas de gestão sustentáveis; 4) Transformação e inovação organizacional.

Com isso, a despeito das peculiaridades por IES, hoje estão formalmente estabelecidas em nível nacional as duas citadas linhas de atuação.

Nas Normas Acadêmicas Nacionais vigentes, a linha de atuação “Políticas Públicas” trata da análise de políticas públicas, formulação, implementação e avaliação de políticas setoriais em diversas áreas (educação, saúde, segurança pública, habitação, geração de emprego e renda, dentre outras). Por outro lado, “Administração Pública e Organizações”

abrange “instituições públicas e a gestão de organizações”, com estudos voltados à “formulação, implementação e avaliação/acompanhamento de práticas de gestão e estratégias organizacionais autossustentadas, a partir de uma perspectiva interdisciplinar” (PROFIAP, 2025a, p. 4).

Em relação aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), por muito tempo, a dissertação, a ser defendida em até 24 meses do ingresso no curso, foi exigida como requisito para a obtenção do grau de mestre. Os regimentos nacionais de 2019, 2020 e 2021 especificavam que ela deveria versar sobre “temas relacionados à Gestão Pública”, constituindo-se em três tipos de análise da situação-problema: 1) análise situacional e recomendações, 2) análise situacional e plano de ação; 3) análise situacional e Produto Técnico-Tecnológico (PROFIAP, 2019, 2020, 2021).

Todavia, ao longo do tempo, as diretrizes acadêmicas previstas em regimento migraram para as Normas Acadêmicas Nacionais e passaram por alterações. Nas Normas Acadêmicas de 2023, mantidos os três tipos de análise de situação-problema, passou-se a admitir o TCC no formato de artigo científico, publicado ou aceito para publicação em periódico com estrato mínimo A4 do Qualis Capes vigente e de autoria exclusiva do discente, do orientador e do coorientador, quando existente (PROFIAP, 2023c). Mantém-se idêntica previsão nas Normas Acadêmicas de 2025, acrescida da elaboração de um Relatório Técnico Conclusivo.

2.4.3 A produção científica no (do) PROFIAP

Ao longo do tempo, no contexto do aumento da produção científica na área da Administração Pública, em mais de um decênio de existência do programa PROFIAP desde que aprovado em 2013, alguns estudos tomaram-no por objeto de análise (Barbosa, 2014; Lima Filho; Carneiro, 2013), sendo possível encontrar, nas bases de dados científicas, pesquisas que tratam do programa a partir de diferentes enfoques e embasamentos teórico-epistemológicos.

Estudos se voltaram a compreender a incorporação das tecnologias virtuais no *stricto sensu* a partir do curso (Oliveira, 2014), a examinar a implantação em uma instituição associada (Rodigheri *et al.,* 2016), a verificar a percepção discente quanto à qualidade do programa (Assunção; Zuin, 2020), a identificar o perfil discente (Lamas; Rezende; Mendonça, 2021), a analisar a inserção na agenda governamental (Pereira; Silva; Rezende, 2023) e até a elaborar proposta de regimento local de instituição associada (Picoreli, 2024).

Somando-se a essas análises, recentemente, outras investigações tratam especificamente da produção científica no âmbito do PROFIAP. Espécies de metaestudos ou meta-análises, são pesquisas que caracterizam as pesquisas desenvolvidas, principalmente a partir da verificação das dissertações do programa. Dentre elas, destacam-se Pinto *et al.* (2023), Lauros e Silva (2023) e De Deus, Paula e Paiva (2024).

Na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), o estudo de Pinto *et al.* (2023) identificou que, nas dissertações produzidas entre 2019 e 2023, as pesquisas, em sua maioria, adotavam abordagem qualitativa (67%) e eram do tipo descritiva ou exploratória (51%). Em 33 dos 42 estudos, os pesquisadores lançaram mão do procedimento documental, mesmo que aliado a outros métodos de coleta de dados; a técnica de análise, primordialmente, foi a Análise de Conteúdo.

Em relação ao campo empírico de investigação, os autores verificaram que o principal objeto analisado nas pesquisas foram as próprias Universidades Federais (52% dos estudos), notadamente a própria IES de oferta do curso. A UFMS foi contemplada em 45% dos estudos, fato atribuído pelos pesquisadores ao "interesse [...] em fomentar as pesquisas e propor ações de melhorias para a universidade, local onde é realizado o curso de pós-graduação" (Pinto *et al.*, 2023, p. 7).

Relacionados à Gestão Pública e à atualidade, os temas prevalentes foram: "tecnologia e tecnologia da informação" (19%), "gestão de pessoas" (12%), "políticas públicas" (12%), "governança" (10%) e "sustentabilidade" (10%)[6]. Atribuiu-se a preferência por pesquisas qualitativas à aproximação dos pesquisadores com o objeto analisado. Ao passo que, sobre as temáticas mais evidentes, concluiu-se haver relação com a preocupação do pesquisador em, atendendo aos objetivos regimentais, "disponibilizar instrumentos, modelos e metodologias que sirvam de referência para a melhoria da gestão pública" (Pinto *et al.*, 2023, p. 12).

Ampliando o espectro de análise, o estudo de De Deus, Paula e Paiva (2024) caracterizou 178 dissertações defendidas entre 2014 e 2021 no âmbito das cinco instituições associadas ao programa PROFIAP no estado de Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal de Viçosa (UFV); e Universidade Federal de Alfenas (Unifal).

[6] No estudo, foram listados treze temas: auditoria; confiança; gastos e orçamento; gestão de pessoas; gestão de processos; governança; internacionalização; licitações; políticas públicas; sustentabilidade; tecnologia e tecnologia da informação; teletrabalho; terceirização.

Os autores notaram que, majoritariamente, os mestrandos eram servidores federais (83,71%), pertencendo a instituições federais de ensino (80,8%)[7]. Maior parte das dissertações datava de 2018 e 2019 e concentrava temas relacionados à "transformação e inovação organizacional" (30,90%)[8], dentre os quatro eixos temáticos utilizados até 2021. Pela análise dos títulos e palavras-chave, 67,42% dos textos descendiam da linha de atuação "Administração Pública e Organizações" e 32,58% da linha de "Políticas Públicas" (De Deus; Paula; Paiva, 2024).

No estudo, as palavras-chave prevalentes revelaram dispersão de assuntos, embora relacionados à área de concentração "Administração Pública" e ao eixo temático "Políticas Públicas". Já os títulos, apontavam para o desenvolvimento de pesquisas em instituições públicas de ensino superior (67,98%). Maior parte dos estudos era de abrangência local (74,72%) ou regional (15,73%), com apenas 9,55% deles com cobertura nacional (De Deus; Paula; Paiva, 2024). À semelhança do encontrado por Pinto *et al.* (2023), predominou a abordagem qualitativa (43,82%) e o objetivo descritivo (74,16%). Quanto aos meios de investigação, despontaram documental (77,53%), estudo de caso (51,69%) e bibliográfico (39,33%).

A partir das associadas de Minas Gerais, De Deus, Paula e Paiva (2024) sugeriram uma nova categorização das linhas de pesquisa[9] do programa e destacaram o seu papel enquanto instrumento que contribui para o aprimoramento da gestão pública, principalmente no âmbito das universidades do país, considerado o perfil dos ingressantes e a caracterização das pesquisas. Definiram-no, ainda, como um "importante gerador e difusor de novos saberes na área de Administração Pública" (De Deus; Paula; Paiva, 2024, p. 8).

Semelhantemente, Lauros e Silva (2023) analisaram 59 dissertações produzidas na Unir entre 2014 e 2019. Encontrada apenas uma pesquisa de abrangência nacional, o escopo se concentrava no próprio estado de Rondônia (72%) e nas duas principais IES do estado, a própria Unir (51%) e o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) (12%). Das 37 palavras-chave listadas prevaleceram "Administração Pública" (7), "Governança" (7), "Planejamento

[7] UFV (22,15%), Unifal (15,44%), UFJF (11,41%).

[8] Temas como: "inovação em serviços públicos; empreendedorismo público; cooperação e redes de organizações públicas; inclusão social e políticas, ações institucionais e incentivos à ciência, tecnologia e inovação" (De Deus; Paula; Paiva, 2024, p. 21).

[9] Sugestão de cinco linhas de pesquisa: Governança e Administração Pública; 2. Políticas Públicas; 3. Eficiência, Estratégia e Práticas Sustentáveis em Organizações Públicas; 4. Inovação, Empreendedorismo e Governança Digital em Organizações Públicas e 5. Gestão de Pessoas em Organizações Públicas.

Estratégico" (5), e "Sustentabilidade" (5), sendo esses os assuntos mais repetidos, segundo os autores. Dentre as 29 temáticas identificadas, sobressaíram "Tecnologia da Informação", "Compras Públicas", "Área Acadêmica e Governança", "Sustentabilidade", "Relatórios de Gestão", "Meio Ambiente" e "Orçamento" (Lauros; Silva, 2023).

No tocante à metodologia, Lauros e Silva (2023) observaram que a maioria dos estudos apresentava abordagem qualitativa (66%) ou quali-quantitativa (27%). 24% deles eram do tipo aplicado. Em relação ao objetivo, 46% eram descritivos, 15% exploratórios e apenas 2% explicativos. A técnica de coleta de dados prevalente foi a documental (17%), seguida de "documental e estudo de caso" (13%), "bibliográfico e estudo de caso" (12%) e "bibliográfico e documental" (12%). Além de apontarem a falta de padronização como limitação, em parte dos trabalhos, registraram "a falta de clareza na definição da metodologia utilizada" (Lauros; Silva, 2023, p. 13).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Compreendendo a pesquisa como um procedimento racional e sistemático em busca da verdade (Gil, 2017, 2021) e o método científico como o caminho dentro do "corpo de regras e procedimentos estabelecidos" (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 26), nesta seção discorre-se sobre o caminho racional percorrido para o desenvolvimento deste estudo: a caracterização da pesquisa, as fontes, as ferramentas de coleta e de preparação dos dados, a estratégia de análise e a forma de interpretação dos resultados.

Como a pesquisa não envolveu diretamente seres humanos, nem dados sensíveis das instituições de ensino, mas fontes documentais de caráter público e acesso aberto, não foram necessários Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Tale). Dispensou-se, pelos mesmos motivos, a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA, FONTES E FERRAMENTAS UTILIZADAS

A partir da abordagem indutiva, realizou-se uma pesquisa descritiva, qualitativa, documental e com horizonte temporal transversal. Descritiva porque envolveu a exposição e a verificação de características do material tomado para análise sem explicar causas ou fenômenos envolvidos (Vergara, 2016) e qualitativa em razão da natureza dos dados (Gil,

2021) e do caráter indutivo da análise construída (Creswell, 2010). A verificação de padrões e aproximações, por meio da Lexicometria e da Estatística Descritiva, teve função instrumental, sem prejuízo à abordagem qualitativa, já que "apenas o fato do pesquisador utilizar estatística descritiva não caracteriza uma pesquisa como quantitativa" (Siena *et al.*, 2024, p. 54).

Caracterizou-se como estudo documental pelas fontes de dados (dissertações) não terem sido consultadas como bibliografia, mas enquanto objeto que não recebeu tratamento analítico a priori (Gil, 2017). Foram textos não previamente organizados e sistematizados, reunidos em um corpus apenas quando tomados para tratamento, exploração e análise. O horizonte temporal do estudo foi transversal, pois o período 2014–2024 funcionou como recorte da coleta, realizada em um único momento e sem a análise de séries históricas (Kruger, 2023).

Por fontes de dados, tomaram-se as dissertações das três primeiras Ifes da região Nordeste que, desde o ano de 2014, estão associadas ao programa de mestrado PROFIAP: a UFCG, a UFS e a UFAL. Como ferramentas, empregaram-se os *softwares* IRaMuTeQ (versão 0.8 alpha 7), R (versão 4.5.0-win) e Microsoft Excel (versão 2021). As técnicas de análise, em estratégia desenvolvida para a investigação, constam na subseção 3.3.

3.2 COLETA E PREPARAÇÃO DE DADOS

Procedeu-se à coleta e preparação dos documentos como etapa necessária para a extração dos dados. Para tanto, adotou-se como critérios de seleção dos documentos: i) dissertações produzidas em uma das três primeiras instituições associadas do NE: UFCG; UFAL e UFS; ii) dissertações integralmente disponibilizadas nos repositórios digitais oficiais (Quadro 2), sem reserva de acesso ou embargo de depósito; iii) dissertações defendidas entre janeiro/2014 e dezembro/2024, independentemente da data de disponibilização do texto, do ingresso do autor no programa ou do formato do arquivo nos repositórios (.doc ou .pdf).

QUADRO 2 - Links dos repositórios digitais

IES	**LINK REPOSITÓRIO**
UFCG	http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/790
UFS	https://ri.ufs.br/handle/riufs/11276
UFAL	https://feac.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/dissertacoes

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Assim, a escolha dos documentos foi previamente determinada. Seguindo a regra da taxatividade (Bardin, 2011), atendidos os critérios de inclusão, os textos extraídos dos

repositórios foram reunidos, organizados e preparados para as etapas seguintes. A opção pelo universo das dissertações partiu da compreensão de que a representatividade por amostra não asseguraria a real identificação das temáticas e metodologias das dissertações do programa.

A coleta ocorreu entre fevereiro e março de 2025. Nos repositórios das instituições encontraram-se 68 dissertações da UFS, 112 da UFCG e 97 da UFAL. Realizada a transferência dos arquivos e a organização por IES, passou-se à triagem preliminar, com conferência de integridade, padronização de identificação e verificação de duplicatas. Excluíram-se 3 arquivos porque constituíam projeto de qualificação e não a dissertação propriamente dita, todos pertencentes à UFCG.

Não havia dissertações com disponibilização parcial por reserva de acesso ou embargo de depósito e todas tinham sido defendidas entre janeiro de 2014 e dezembro de 2024, totalizando duzentas e setenta e quatro dissertações (UFS=68; UFCG=109; UFAL=97) aptas. Alguns arquivos apresentavam o formato .doc. Todos foram renomeados no padrão "IES_AAAA_Sobrenome-Título.pdf" e armazenados em pastas por IES/ano. Um ID único foi atribuído a cada dissertação para rastreabilidade em planilha.

Feito esse tratamento inicial, por meio da leitura flutuante dos documentos (Gil, 2017; Bardin, 2011), passou-se à extração e organização dos dados em uma planilha de análise no *software* Microsoft Excel 2021. Por inspeção direta, documento a documento, foram recortadas e transpostas para a planilha as seguintes unidades de análise de cada uma das dissertações: i) instituição associada; ii) autor; iii) ano de defesa; iv) título; v) palavras-chave; vi) resumo; vii) metodologia.

3.3 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

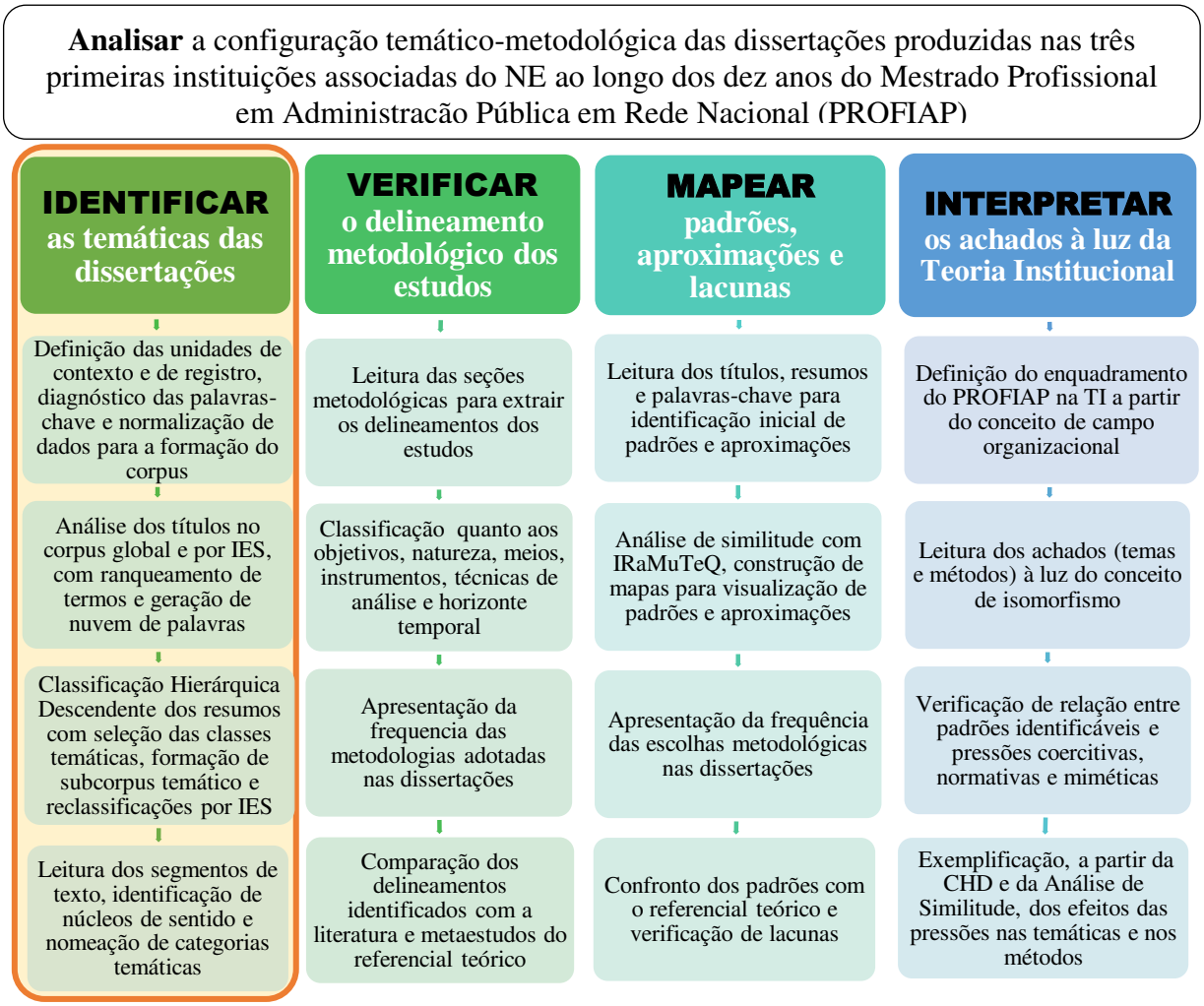
Embora inicialmente atrelada à pesquisa de abordagem quantitativa, há muito a Análise de Conteúdo, especialmente pela técnica da Análise Categorial (AC), tem sido utilizada para o desenvolvimento de estudos qualitativos e nas mais diversas áreas do conhecimento, incluída a área da Administração. Nesse campo específico, ela é eficazmente empregada porque possibilita o tratamento de grande quantidade de dados e a verificação segundo critérios objetivos (Vergara, 2016).

Além disso, dentre outras possibilidades de análise de dados, também a Estatística Descritiva tem relevância e ocupa espaço. Como salientam Sampaio e Lycarião (2021, p. 113), mesmo se empregada em caráter elementar e a partir de técnicas usuais, como frequências e gráficos, a Estatística Descritiva eficazmente estende-se à Administração,

permitindo “estabelecer a análise quantitativa de eventos e as características de uma população”.

Assim, alinhando essas duas técnicas (categorial e estatística) a ferramentas digitais automatizadas, foi estabelecida a estratégia de análise resumida no Quadro 3 seguinte, a partir da qual, nas subseções seguintes (3.3.1, 3.3.2 e 3.3.3) são pormenorizados os procedimentos adotados para o alcance de cada um dos objetivos específicos estabelecidos.

QUADRO 3 – Estratégia metodológica de pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

3.3.1 Identificando as temáticas

Para a identificação dos temas, com adaptação da técnica da AC prevista no método de Bardin (2011), os títulos e resumos das dissertações foram considerados como Unidades de Contexto (UC), enquanto as palavras-chave prevalentes como Unidades de Registro (UR). As

palavras-chave serviram como insumo diagnóstico do vocabulário na fase da **pré-análise** e permitiram verificar a pertinência da estratégia metodológica estruturada.

Elas foram analisadas como apresentadas nos estudos, procedendo-se a um ranking bruto das 25 mais frequentes (considerados substantivos, verbos, advérbios e adjetivos). A fim de se obter um panorama geral, não houve inicialmente normalização de dados. Em seguida, verificada a existência de ruídos morfológicos e variacionais, procedeu-se à normalização dos títulos e dos resumos pelas regras de preferência e agrupamento descritas no Quadro 4.

QUADRO 4 - Regras de normalização de títulos e resumos

TIPO	FORMA ORIGINAL	FORMA PADRONIZADA	MOTIVO	EXCEÇÃO
Topônimos e Identificação geográfica	Paraibano, Alagoana, Potiguar […]	paraíba; alagoas, rio_grande_do_norte [...]	Reconhecimento do *software*	Não
	PB, RN, CE, João Pessoa, Campina Grande	paraíba; rio_grande_do_norte; ceará; joão_pessoa, campina_grande [...]	Homonímias toponímicas	Não
Palavras compostas e bigramas	Política pública; Gestão por competência, Administração pública, Contratação pública [...]	política_pública; gestão_por_competência; administração_pública; contratação_pública [...]	Termos compostos (n-gramas)	N-gramas não relacionados ao campo de pesquisa
Siglação de controle	Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal de Sergipe, Instituto Federal de Sergipe [...]	ufcg; ufs; ifs [...]	agrupamento por sigla (*underscore)*	Para "Institutos Federais de Ciência e Tecnologia", adotou-se "institutos_federais".
	Instituições de Ensino Superior; Instituições Superiores de Ensino	ies	Uniformização	Não
	Instituições Federais de Ensino Superior	ifes	Uniformização	Não
	Tecnologias digitais da Informação, Tecnologias digitais da informação e comunicação	tdic	Agrupamento terminológico	Não
Padronização ortográfica e morfológica	On-line	online	Uniformização	Não
	Covid-19; covid-2019; Pandemia da covid	covid	Uniformização	Não

	Servidores técnicos-administrativos; Técnicos administrativos	técnicos_administrativos	Uniformização	Não
	gestão do conhecimento; gestão de conhecimento	gestão_de_conhecimento	Uniformização	Não
	Gestão dos recursos/gestão de recursos	gestão_de_recursos	Uniformização	Não
	Avaliação do desempenho; Avaliação de desempenho	avaliação_de_desempenho	Uniformização	Não
Sinonímia	Trabalho remoto; Teletrabalho	teletrabalho	Sinonímia de controle	Não
	Tribunal de Contas da União; Tribunal de Contas dos Estados	tribunal_de_contas	Unificação terminológica	Não
	Executivo, Legislativo, Judiciário	poder_legislativo poder_executivo poder_judiciário	Unificação terminológica	Não

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

O uso do underscore "_" viabilizou o reconhecimento dos termos formados por duas (bigramas), três (trigramas) ou mais palavras (n-gramas) pelo IRaMuTeQ como uma única unidade lexical, equivalente à UR da AC de Bardin (2011). Tal prática é recomendada no manual de uso do *software* e adotada por outros pesquisadores quanto ao tratamento do corpus, principalmente se estabelecido um tratamento prévio (Salviati, 2017), como no caso da pesquisa realizada.

Normalizados os dados, na forma de texto sem formatação, foram organizados em dois corpora, identificados por IES: i) corpus global de títulos; ii) corpus global de resumos. Em seguida, iniciou-se a **fase exploratória** no IRaMuTeQ. Para o processamento dos dados aplicou-se o padrão de configuração de Lima, Amaral-Rosa e Ramos (2021) e também previsto na literatura (Camargo; Justo, 2021; Salviati, 2017): língua portuguesa, construção de segmentos de texto (ST) por ocorrências, tamanho de segmento de texto de 40 palavras, pontuação de escore absoluta e número de 100 ST. Demais ajustes foram automáticos.

Para os títulos utilizou-se a análise estatística do *software* (estatística automatizada), o ranqueamento e a nuvem de palavras. Para o corpus de resumos, além dessas ferramentas, recorreu-se à Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Nela, filtrando-se por substantivos, adjetivos e formas não reconhecidas, o agrupamento automático estabeleceu classes, a partir dos ST de 40 palavras. Definiu-se que, caso a CHD resultasse em classes não

temáticas (em razão da própria estruturação do gênero textual resumo), essas seriam excluídas e proceder-se-ia à constituição de um "subcorpus temático puro".

A partir do subcorpus temático obtido pelo agrupamento das classes não metodológicas, quatro novas CHDs foram geradas: uma geral (abrangendo o total das dissertações) e uma por IES, a partir dos segmentos de texto correspondentes. Nesse caso, em todas as CHDs, foi observado se cada classe correspondia a, no mínimo, 10% do total de ST classificados e se havia retenção mínima de 75% dos segmentos de texto, a fim de legitimar o uso como base analítica, a partir do que recomenda a literatura e o manual de utilização do *software* (Camargo; Justo, 2021; Sousa, 2021).

Aproximando novamente a ferramenta automatizada à AC de Bardin (2011), para a **fase dos resultados e inferência**, foi realizada a leitura integral dos segmentos de texto mais característicos de cada uma das classes formadas, segundo a associação por qui-quadrado (χ^2) dos termos da classe[10]. A leitura cuidadosa e sistemática de todos os segmentos permitiu a identificação dos núcleos de sentido e conduziu à atribuição de nomes a essas categorias. Esse foi o procedimento para a identificação das temáticas.

3.3.2 Verificando as metodologias

Da leitura das seções metodológicas dispostas na planilha, classificaram-se as pesquisas segundo: 1) os objetivos mais gerais (exploratória, descritiva, explicativa), em Gil (2021); 2) a natureza dos dados (quantitativa, qualitativa, mista) em Gil (2017); 3) os meios de investigação (pesquisa de campo, laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso), em Vergara (2016); 4) o instrumento de coleta (questionário, entrevista, observação, grupo focal e formulário), em Vergara (2016); 5) a técnica de análise (análise de conteúdo, análise estatística, análise qualitativa, entre outras); 6) e o horizonte temporal (longitudinal, transversal), em Kruger (2023).

Como protocolo de verificação, foi registrada a caracterização metodológica atribuída pelo próprio autor no texto ou, na ausência dessa informação, aquela decorrente do procedimento efetivamente adotado e descrito na seção metodológica do estudo. Nesse caso, para essa inferência, foram observadas as características apresentadas pelos autores de

[10] No IRaMuTeQ, a "associação (χ^2)" indica o quanto um termo ocorre acima do esperado em uma classe. Os segmentos mais característicos são listados porque contêm termos com maiores contribuições χ^2 (geralmente com significância estatística, $p < 0,05$) (Salviati, 2017; Camargo; Justo, 2021). Assim, optou-se por usar não apenas a frequência, porque o qui-quadrado melhor representa a associação do termo com a classe e não apenas os termos mais comuns.

metodologia referenciados para cada uma das classificações de pesquisa tomadas por base: Gil (2021, 2017), Vergara (2016) e Kruger (2023).

A organização dos dados das seções metodológicas segundo a classificação adotada gerou uma segunda planilha de análise no Microsoft Excel. A partir de então, nesse mesmo *software*, verificou-se a frequência de apresentação de tais escolhas metodológicas para o total das dissertações e por IES. A técnica utilizada foi a Estatística Descritiva simples, com análise das frequências de ocorrência para cada categoria e o emprego de representações visuais correspondentes (Sampaio; Lycarião, 2021).

Para as categorias da análise metodológica que admitem múltiplas escolhas por estudo (meios de investigação e instrumentos de coleta de dados), empregou-se a contabilização por cada ocorrência, em vez de por estudo. Apesar de com isso o somatório das frequências ser passível de ultrapassar o número de dissertações, tal escolha foi motivada por melhor refletir o delineamento multifacetado dos estudos e evitar a perda de informação sobre as combinações possíveis. Esse foi o procedimento para a verificação do delineamento metodológico.

3.3.3 Mapeando padrões, aproximações e lacunas

O mapeamento de padrões, aproximações e lacunas das temáticas utilizou-se das ferramentas de Análise de Similitude e valor-teste (v.test) do IRaMuTeQ. A Análise de Similitude permite mapear relações pela força de coocorrência entre termos, o que evidencia núcleos de sentido e comunidades lexicais em um mapa de conexões semânticas (Camargo; Justo, 2013), enquanto o v.test representa a significância dos termos em relação a cada uma das classes estabelecidas, revelando a especificidade (Salviati, 2017). Por isso, foi justificável o uso de ambos para esse fim.

Para o conjunto das dissertações, a partir do subcorpus temático de resumos, novamente filtrando-se por substantivos, adjetivos e formas não reconhecidas, foram gerados dois mapas de similitude, adotando frequência efetiva de forma eff $\geq$ 10: um com coocorrência global e formação de comunidades (Mapa de comunidades do subcorpus temático de resumos) e outro com identificação cromática de pertencimento institucional (Mapa de similitude por instituição associada).

Para a análise por IES, a fim de confirmar os repertórios temáticos de cada instituição associada, optou-se pelo valor-teste (v.test) de especificidade, com critério v.test $\geq$ 2,00; eff $\geq$ 10, sendo eff a frequência efetiva da forma no subcorpus. Foi mitigado o risco de enviesamento, porque os resumos das dissertações foram considerados isoladamente, sem

cotejo entre IES com contagem bruta, e no caso de alta incidência de marcadores geográficos e institucionais, decidiu-se inicialmente por desconsiderá-los para a verificação de temas e metodologias. Os resultados das análises de similitude e v.test foram cotejados com a CHD e a estatística automatizada.

Em relação ao delineamento metodológico dos estudos, o mapeamento de aproximações, dessemelhanças e lacunas existentes foi obtido pela comparação dos achados, a partir da análise de frequência para o corpo completo das dissertações e por IES. Discutiram-se os resultados com a literatura sobre a produção científica na área de Administração e Administração Pública contemplada no referencial teórico e com metaestudos do PROFIAP em outras instituições associadas, todos referenciados no Capítulo 2.

3.4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Com foco nos padrões e nas aproximações temáticas e metodológicas identificadas, a partir da CHD, da Análise de Similitude (ambas no IRaMuTeQ) e da Estatística Descritiva (no Excel), a interpretação foi realizada à luz da Teoria Institucional, em uma articulação hermenêutica entre o que foi exposto no referencial teórico e os achados da pesquisa. Adotou-se a vertente neoinstitucionalista, a partir dos conceitos de campo organizacional, institucionalização, isomorfismo, legitimidade, pilares institucionais (regulativo, normativo e cultural-cognitivo) e pressões coercitivas, normativas e miméticas.

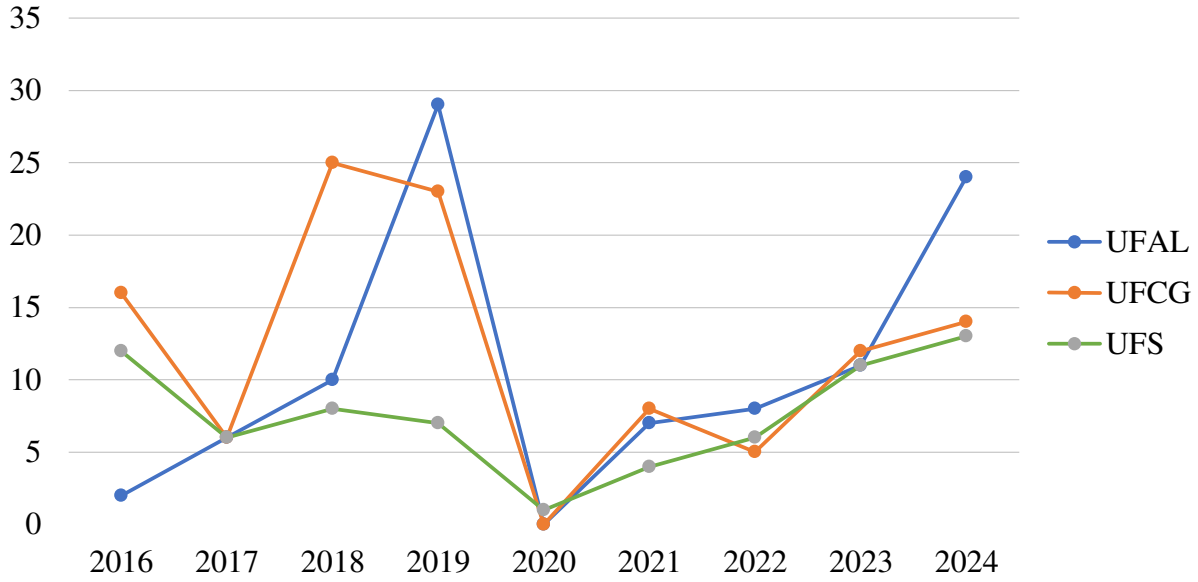
Enquadraram-se o PROFIAP, as instituições associadas e os demais atores envolvidos com a oferta da pós-graduação no país no conceito de campo organizacional, de Scott (2014). Em seguida, o isomorfismo de DiMaggio e Powell (2005) orientou a leitura das aproximações. As convergências encontradas foram relacionadas às pressões coercitivas, normativas e miméticas previstas pelos autores para a compreensão da homogeneização da configuração temático-metodológica observada no programa, bem como aos pilares de legitimidade propostos por Scott (2014).

Por fim, a partir de exemplos empiricamente observados do que foi encontrado na CHD e na Análise de Similitude, procedeu-se à inferência de efeitos dessas pressões coercitivas, normativas e miméticas no desenho das pesquisas desenvolvidas no programa, buscando elucidar, em diálogo com a literatura, questões como homogeneização, limites e continuidade do estudo no campo da Administração Pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como demonstrado na subseção 3.2, das 277 dissertações localizadas, 274 atenderam aos critérios estabelecidos e constituíram a base da análise (n=274; UFCG n=109; UFAL n=97; UFS n=68). Houve picos de produção na UFCG e UFAL em 2018 e 2019, seguidos de declínio nas três instituições em 2020, com uma média aproximada de produções nos anos seguintes e retomada do crescimento até 2024, conforme Gráfico 1. Em termos absolutos, entre 2014 e 2024, as três instituições renderam 24,9 dissertações/ano, com a UFCG e a UFAL respondendo, em média, por aproximadamente 9,9 e 8,8 dissertações/ano, respectivamente.

GRÁFICO 1 - Número de dissertações por ano x IES



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

O decréscimo registrado entre 2019 e 2020 coincidiu com o período do *lockdown* decorrente da pandemia da COVID-19 e com a pausa nas atividades letivas em todo o país até a adoção do ensino remoto emergencial. Ainda assim, ao longo dos dez anos de existência do programa, o volume de trabalhos foi expressivo, a partir do qual se passa a apresentar os achados da pesquisa. Nas subseções seguintes, são apresentados os resultados para cada um dos quatro objetivos específicos estabelecidos.

4.1 A CONFIGURAÇÃO TEMÁTICA DAS DISSERTAÇÕES

Na **fase de pré-análise**, como diagnóstico do vocabulário, para as palavras-chave mais citadas, dentre substantivos, verbos, advérbios e adjetivos, apresentaram-se 25 UR. Conforme o ranking bruto do Quadro 5, o resultado trouxe um panorama inicial, destacando os termos "gestão", "administração", "políticas", "ensino", "eficiência", "desempenho" e "avaliação". Verificaram-se ainda ocorrências como "governança", "sustentabilidade", "saúde", "transparência", "informação" e "universidades".

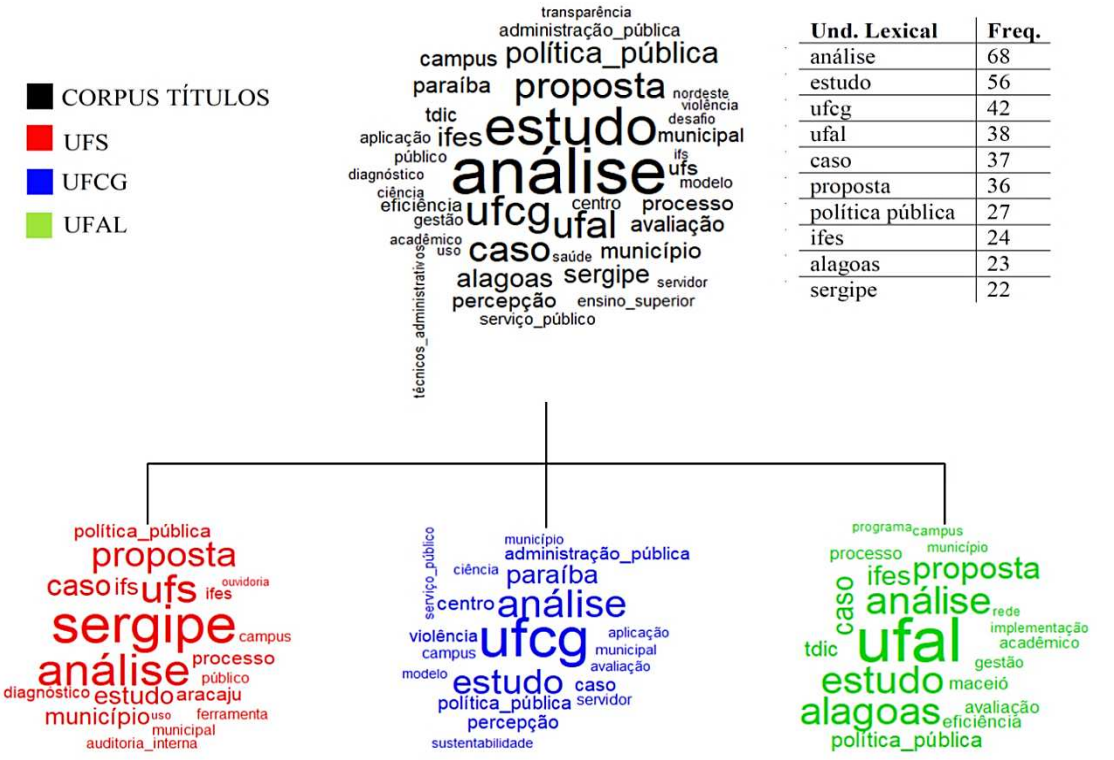
QUADRO 5 - Ranking bruto de palavras (palavras-chave)

Palavra	**Freq.**	**%**
pública	98	16,04
gestão	95	15,55
administração	56	9,17
públicas	49	8,02
políticas	29	4,75
ensino	27	4,42
público	26	4,26
eficiência	23	3,76
superior	21	3,44
desempenho	21	3,44
avaliação	19	3,44
governança	19	3,44
instituições	19	3,11
educação	19	3,11
transparência	15	2,45
informação	15	2,45
universidade	14	2,29
organizacional	14	2,29
serviço	14	2,29
desenvolvimento	14	2,29
saúde	13	2,13
processos	13	2,13
compras	12	1,96
pessoas	12	1,96
federal	12	1,96

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

As variações gramaticais correspondentes, principalmente em número e gênero ("público", "pública" e "públicas"; "universidade", "universidades" e "universitárias"), ratificaram a necessidade de normalização dos dados. Assim, realizada a normalização, a partir dos títulos das dissertações, obteve-se a estatística automatizada, cujo resultado é apresentado na árvore analítica da Figura 2, com ranqueamento e nuvens de palavras para o corpus global dos títulos e por instituição de ensino associada, identificadas em cores.

FIGURA 2 - Árvore analítica dos títulos (ranqueamento e nuvens de palavras do corpus global e por IES)



Und. Lexical	Freq.
análise	68
estudo	56
ufcg	42
ufal	38
caso	37
proposta	36
política pública	27
ifes	24
alagoas	23
sergipe	22

Und. Lexical	Freq.
sergipe	22
análise	18
ufs	16
proposta	14
caso	11
estudo	9
município	8
ifs	8
aracaju	6
política pública	6

Und. Lexical	Freq.
ufcg	42
análise	28
estudo	25
paraíba	17
centro	12
percepção	11
política pública	11
caso	11
administração pública	10
violência	9

Und. Lexical	Freq.
ufal	38
alagoas	22
estudo	22
proposta	17
caso	15
ifes	14
tdic	10
política pública	10
maceió	8
eficiência	8

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A **análise dos títulos** revelou a prevalência de termos como “análise”, “estudo”, “caso”, “proposta”, compatíveis com a natureza do texto tomado por verificação, qual seja: produções científicas fruto de pesquisas desenvolvidas dentro de um programa de pós-graduação *stricto sensu*. Sinalizadores das metodologias das pesquisas, essas ocorrências sucederam tanto no corpus global de títulos, quanto no corpus por instituição associada, sendo denominadas de *marcadores metodológicos*.

A estatística automatizada e as nuvens de palavras do corpus global de títulos indicaram também *marcadores institucionais e geográficos:* “ufal”, “ufcg”, “ufs”, “ifs”, “ifes”, “sergipe”, “alagoas”, “paraíba”. Por instituição, houve correspondência entre os termos e a localização geográfica das IES. No ranqueamento dos títulos por IES, o estado da

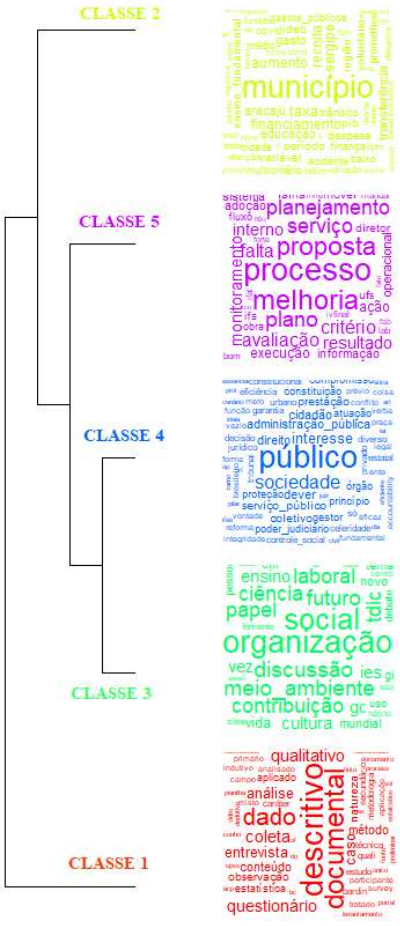
federação da instituição associada ocupou lugar dentre as 4 unidades lexicais mais presentes, com frequência considerável: “sergipe” (n=22), “alagoas” (n=22), “paraíba” (n=17).

Ainda nos títulos, no ranking do corpus global, “política_pública” teve 27 ocorrências, sendo registrada entre as 10 mais presentes por IES. A força do bigrama corroborou uma das linhas de atuação do mestrado (Políticas Públicas) e ratificou a aderência apontada por De Deus, Paula e Paiva (2024), em Minas Gerais, entre as pesquisas desenvolvidas e a estruturação do programa PROFIAP. Dos demais termos, observaram-se “tdic”, “eficiência”, “gestão”, “serviço_público”, “violência”, “transparência” e “saúde”.

O processamento do corpus global de resumos no IRaMuTeQ resultou em 80.918 ocorrências (palavras contadas) e 4.738 formas (palavras únicas), enquanto o percentual de hápax (termos de único aparecimento) representou 2,17% das palavras contadas e 37,13% das formas únicas. Assim como nos títulos, houve presença expressiva de marcadores metodológicos: “pesquisa”, “estudo”, “análise”, “dado”, “descritivo”, “resultado”, “documental”, “objetivo”, “qualitativo”, conforme ranking constante à esquerda da Figura 3.

FIGURA 3 - Resultado da análise estatística e CHD do corpus de resumos

Und. Lexical	Freq.
pesquisa	588
estudo	417
dado	311
análise	302
processo	191
resultado	287
público	164
ação	241
objetivo	236
instituição	235
gestão	206
servidor	188
descritivo	163
forma	154
documental	151
informação	142
abordagem	140
gestor	138
qualitativo	137
relação	135
município	134
sistema	132
recurso	130
administração_pública	127
presente	127

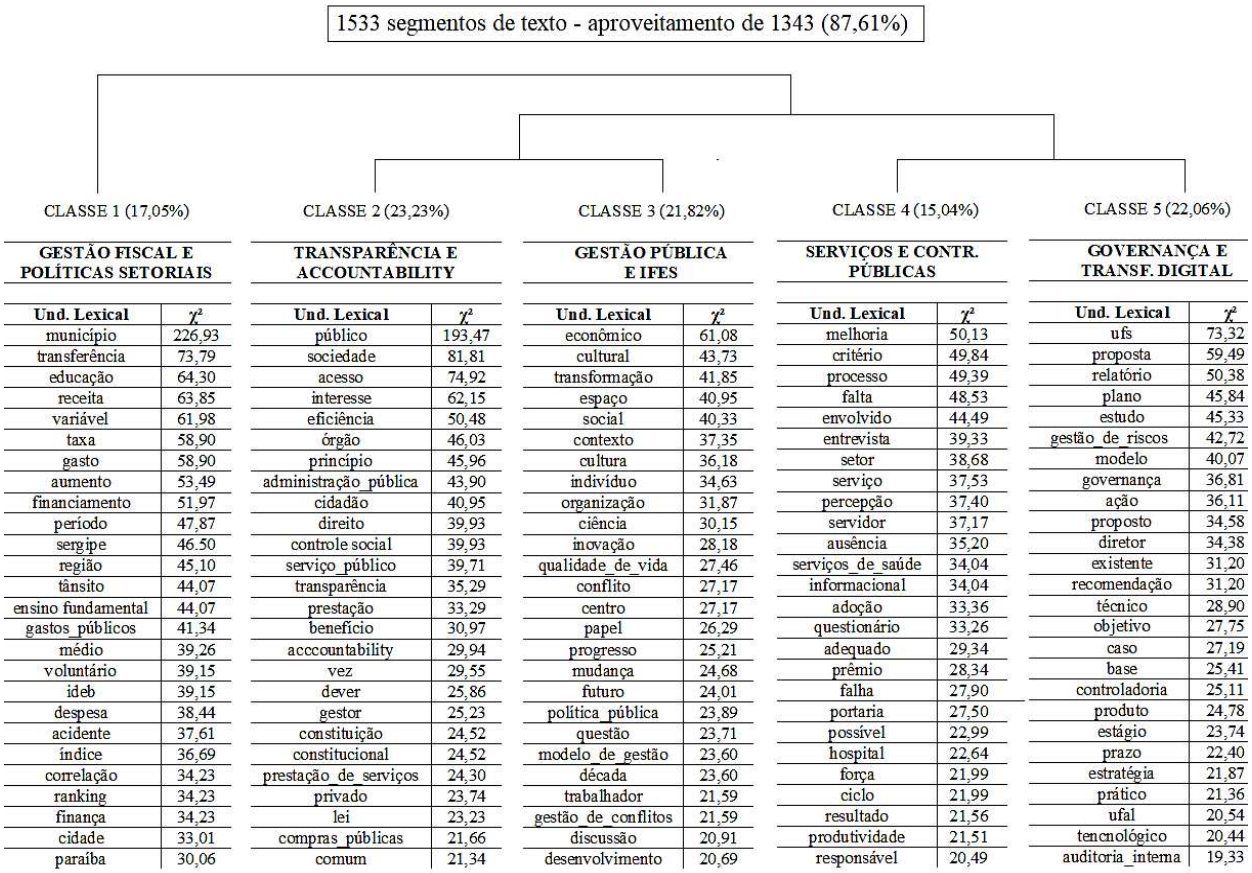


Fonte: elaborado pelo autor (2025)

De modo análogo, conforme o dendograma à direita da Figura 3, na CHD do corpus global de resumos, estabeleceram-se cinco classes[11], uma eminentemente metodológica, a Classe 1, reunindo 20,6% dos segmentos de texto classificados na análise (n = 398/1.931). Nela, as cinco unidades lexicais mais características por qui-quadrado (χ^2) foram: descritivo (χ^2 578; 96,1%), qualitativo (χ^2 509; 97,0%), documental (χ^2 486; 92,9%), dado (χ^2 418; 68,8%) e abordagem (χ^2 410; 90,0%).

O subcorpus de resumos obtido da exclusão da Classe 1 rendeu 55.754 ocorrências e 4.087 formas, com percentual de 39,93% para formas únicas e taxa de retenção de 87,61%. Na estatística automatizada predominaram "processo", "público", "resultado", "estudo", "pesquisa", "ação", "instituição", "gestão", "objetivo", "servidor", "recurso", "forma", "análise", "administração_pública", "melhoria", "sistema", "eficiência", "informação", "organização", "município". Já a CHD correspondente gerou **cinco classes temáticas puras**, isto é, sem segmentos de texto (ST) de caráter metodológico, como disposto na Figura 4.

FIGURA 4 - CHD do subcorpus temático



GESTÃO FISCAL E POLÍTICAS SETORIAIS		TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY		GESTÃO PÚBLICA E IFES		SERVIÇOS E CONTR. PÚBLICAS		GOVERNANÇA E TRANSF. DIGITAL	
Und. Lexical	**χ^2**	**Und. Lexical**	**χ^2**	**Und. Lexical**	**χ^2**	**Und. Lexical**	**χ^2**	**Und. Lexical**	**χ^2**
município	226,93	público	193,47	econômico	61,08	melhoria	50,13	ufs	73,32
transferência	73,79	sociedade	81,81	cultural	43,73	critério	49,84	proposta	59,49
educação	64,30	acesso	74,92	transformação	41,85	processo	49,39	relatório	50,38
receita	63,85	interesse	62,15	espaço	40,95	falta	48,53	plano	45,84
variável	61,98	eficiência	50,48	social	40,33	envolvido	44,49	estudo	45,33
taxa	58,90	órgão	46,03	contexto	37,35	entrevista	39,33	gestão_de_riscos	42,72
gasto	58,90	princípio	45,96	cultura	36,18	setor	38,68	modelo	40,07
aumento	53,49	administração_pública	43,90	indivíduo	34,63	serviço	37,53	governança	36,81
financiamento	51,97	cidadão	40,95	organização	31,87	percepção	37,40	ação	36,11
período	47,87	direito	39,93	ciência	30,15	servidor	37,17	proposto	34,58
sergipe	46.50	controle social	39,93	inovação	28,18	ausência	35,20	diretor	34,38
região	45,10	serviço_público	39,71	qualidade_de_vida	27,46	serviços_de_saúde	34,04	existente	31,20
tânsito	44,07	transparência	35,29	conflito	27,17	informacional	34,04	recomendação	31,20
ensino fundamental	44,07	prestação	33,29	centro	27,17	adoção	33,36	técnico	28,90
gastos_públicos	41,34	benefício	30,97	papel	26,29	questionário	33,26	objetivo	27,75
médio	39,26	acccountability	29,94	progresso	25,21	adequado	29,34	caso	27,19
voluntário	39,15	vez	29,55	mudança	24,68	prêmio	28,34	base	25,41
ideb	39,15	dever	25,86	futuro	24,01	falha	27,90	controladoria	25,11
despesa	38,44	gestor	25,23	política_pública	23,89	portaria	27,50	produto	24,78
acidente	37,61	constituição	24,52	questão	23,71	possível	22,99	estágio	23,74
índice	36,69	constitucional	24,52	modelo_de_gestão	23,60	hospital	22,64	prazo	22,40
correlação	34,23	prestação_de_serviços	24,30	década	23,60	força	21,99	estratégia	21,87
ranking	34,23	privado	23,74	trabalhador	21,59	ciclo	21,99	prático	21,36
finança	34,23	lei	23,23	gestão_de_conflitos	21,59	resultado	21,56	ufal	20,54
cidade	33,01	compras_públicas	21,66	discussão	20,91	produtividade	21,51	tencnológico	20,44
paraíba	30,06	comum	21,34	desenvolvimento	20,69	responsável	20,49	auditoria_interna	19,33

Fonte: adaptado do IRaMuTeQ

[11] Dos 2238 ST filtrados, 1931 foram retidos. O percentual de 86,28% segmentos classificados, portanto, justificou o uso da CHD, dentro do que recomenda a literatura (Camargo; Justo, 2021).

Cada classe correspondeu a mais de 10% do total de ST classificados pelo *software*, sendo, portanto, justificável o uso como base analítica.

A classe 1 (229 de 1343 ST) agregou segmentos de texto que tratavam primordialmente do financiamento municipal e da eficiência do gasto no contexto do federalismo fiscal. Foi evidente a discussão do tema no âmbito da educação, porém, envolveu também saúde, meio ambiente e transporte. Dentre as unidades lexicais mais características, pela associação χ^2, destacaram-se: "município", "educação", "transferência", "receita", "gasto", "taxa", "aumento" e "financiamento". Por isso, foi denominada **"Gestão Fiscal e Políticas Setoriais"**, já que articulou mecanismos de financiamento a agendas setoriais, especialmente no âmbito municipal.

Os excertos, tal como apresentados no *software*, explicitam a aproximação temática:

> por fim, no **índice** de eficiência **total** do **gasto** com **educação** (IETGE), os municípios mais **eficientes** também ocuparam **posições** intermediárias no **ranking** do **financiamento** da **educação,** confirmando a inferência de que certa **quantidade** de **gastos públicos** é benéfica à eficiência dos **municípios** (eficiência no gasto; Score χ^2= 572.68) [UFCG-2016-ID016]
>
> os **resultados** encontrados confirmaram a relevância das **transferências voluntárias** na ampliação das **receitas orçamentárias municipais**, assim como demonstraram que a maioria dos **municípios** apresentou **baixo grau** de estabilidade na captação desses **recursos** (Transferências voluntárias; Score χ^2= 456.13) [UFAL-2024-ID080]
>
> especificamente, esse estudo buscou examinar os critérios ambientais para o **repasse** da **receita** do **icms** utilizados pelos estados que já adotaram esse mecanismo, analisar **indicadores** de **gestão_ambiental** dos **municípios** de **sergipe** e demonstrar de que forma se apresentam esses **indicadores** no contexto de um modelo de **icms ecológico** para o estado de **sergipe** (Meio ambiente; Score χ^2= 416.75) [UFS-2017-ID018]
>
> no âmbito da **operação rodovia,** os **indicadores** relativos à **quantidade** e à **gravidade** dos **acidentes** têm sido reduzidos, comprovando a eficácia do **programa**. a pesquisa sofreu limitações oriundas das subnotificações de **acidentes** de **trânsito** e da falta de integração entre o banco de dados do ministério da saúde e da **prf**. (Trânsito; Score χ^2= 179.99) [UFCG-2018-ID045]

A classe 2 (312 de 1343 ST) voltou-se ao dever de prestar contas da administração pública aliado aos mecanismos de controle, sendo nomeada como **"Transparência e *Accountability*"**. "Público", "sociedade", "acesso", "interesse", "eficiência", "órgão", "princípio" e "administração_pública" apareceram como unidades lexicais mais características. Ao passo que os segmentos de texto também corroboraram o enfoque no dever

de prestação de contas, ao evidenciarem a participação digital, lei de acesso à informação, controle externo pelas cortes de contas, prestação de contas e controle das contratações públicas.

> busca-se demonstrar as ferramentas **eletrônicas** disponibilizadas pela justiça_eleitoral que favorecem a **accountability** vertical; destacar as **formas** e possibilidades de **participação** virtual **cidadã**, por meio dos **mecanismos digitais** disponibilizados nos portais institucionais da justiça_eleitoral, no **controle** dos **recursos empregados** nos pleitos **eleitorais** (Accountability eleitoral; χ^2= 179.99) [UFCG-2019-ID055]
>
> de um modo em geral, e, concomitantemente, alcançar os objetivos planejados para o bem da ies, visto que a **administração_pública** atualmente se caracteriza pela escassez de **recursos**, enquanto a **sociedade** tem uma **maior demanda** por **prestação_de_contas** por parte dos **gestores públicos** (prestação de contas; χ^2= 381.50) [UFAL-2022-ID060]
>
> os **tribunal_de_contas** do **brasil** são instituições centenárias que desempenham o papel **constitucional** de fiscalizar as contas dos **gestores públicos**, emitindo, assim, pareceres **prévios** a **fiscalização** sobre os **órgãos fiscalizadores** também **deve** existir, principalmente pela **sociedade** (Controle externo; χ^2= 94.85) [UFAL-2023-ID073]
>
> nesse contexto, o presente trabalho teve o objetivo de analisar como a **atuação** dos **gestores** e fiscais da companhia **brasileira** de trens **urbanos**, regional maceió, alagoas, contribui para a **contratações_públicas administrativos** de **aquisição_de_bens** e **prestação_de_serviços** (contratações públicas; χ^2= 94.98). [UFAL-2021-ID048]

A classe 3 (293 de 1343 ST), **"Gestão Pública e Ifes"**, reuniu segmentos que se relacionavam a aspectos da gestão em Ifes. Sobressaíram termos como "econômico", "transformação", "espaço", "social", "cultura", "organização", "inovação" e "qualidade de vida". Ademais, verificando-se os de maior associação no qui-quadrado ($p<0,0001$), além do enfoque em "modelo de gestão" (χ^2=73,33), foram encontradas variações de gestão no âmbito das IES: "gestão de pessoas", "gestão de conflitos", "gestão administrativa", "gestão escolar" e "gestão de desempenho", conforme apresentado nos recortes seguintes da classe.

> eficácia e qualidade dos serviço_público prestados à sociedade e o **desenvolvimento** permanente dos **servidores_públicos** nesse **contexto**, o objetivo deste estudo é analisar como a aplicação do modelo_de_gestão_por_competências nos processos de **gestão_de_pessoas** é vivenciada pelos **servidores** técnico-administrativos do **centro** de **ciências jurídicas** e **sociais** (**ccjs**) da **ufcg** (Gestão de pessoas; χ^2=217.83) [UFCG-2018-ID042]
>
> nessa **perspectiva**, essa pesquisa tem como objetivo analisar o **modelo_de_gestão** e **gestão_administrativa** do **centro** de **ciências** e

> **tecnologia** agroalimentar (ccta) da **ufcg** à luz da sustentabilidade **ambiental**. **(Gestão administrativa;** χ^2=125.17**)** [UFCG-2019-ID065]
>
> porém, as recorrentes alegações de dificuldades para tornar a gestão ambiental **realidade**, justificaram este estudo, que tem como objetivo analisar a institucionalização da **gestão_ambiental** nas ifes **brasileiras**. (Gestão ambiental; χ^2=99.87) [UFAL-2018-ID009]

A classe 4 (202 de 1343 ST) foi denominada **"Serviços e Contratações Públicas"** por dizer respeito ao planejamento e aos processos de compras, bem como aos critérios de avaliação, capacitação de equipes e controle/monitoramento de serviços. Da CHD correspondente despontaram "melhoria", "critério", "processo", "falta", "envolvido", "entrevista", "setor" e "serviço". Tais unidades lexicais apareceram de forma recorrente nos segmentos de texto da classe, como demonstrado nos excertos seguintes, mas via de regra relacionadas à estruturação das contratações e da prestação de serviços.

> o **planejamento ineficiente**, a **ausência** de **capacitação** dos **servidores**, a **morosidade** do **processo** e a escassez de recursos humanos. a partir da **análise**, sugere-se a **adoção** de **medidas** que contribuam para a **melhoria** do **processo** (processo e melhoria de serviços; χ^2=279.83) [UFCG-2018-ID031]
>
> os **resultados** apontam **desafios** significativos na gestão_de_riscos no órgão, como a **falta** de **metodologia clara** e sistematizada, bem como a **necessidade** de aprimoramentos na **identificação**, **análise**, **avaliação**, **respostas**, **monitoramento** e **comunicação** dos riscos nas grandes **contratações** (riscos em contratações; χ^2 = 163,04**)** [UFS-2023-ID049]
>
> dentre as maiores **dificuldades encontradas** para **adoção** de cps estão: **oferta** de produtos e **serviços** sustentáveis ainda incipiente; legislação; **alto custo** envolvido; baixo nível de **capacitação** e **treinamento** dos **envolvidos**; cultura **interna** da **empresa** (compras sustentáveis; χ^2 = 252,83) [UFAL-2017-ID005]

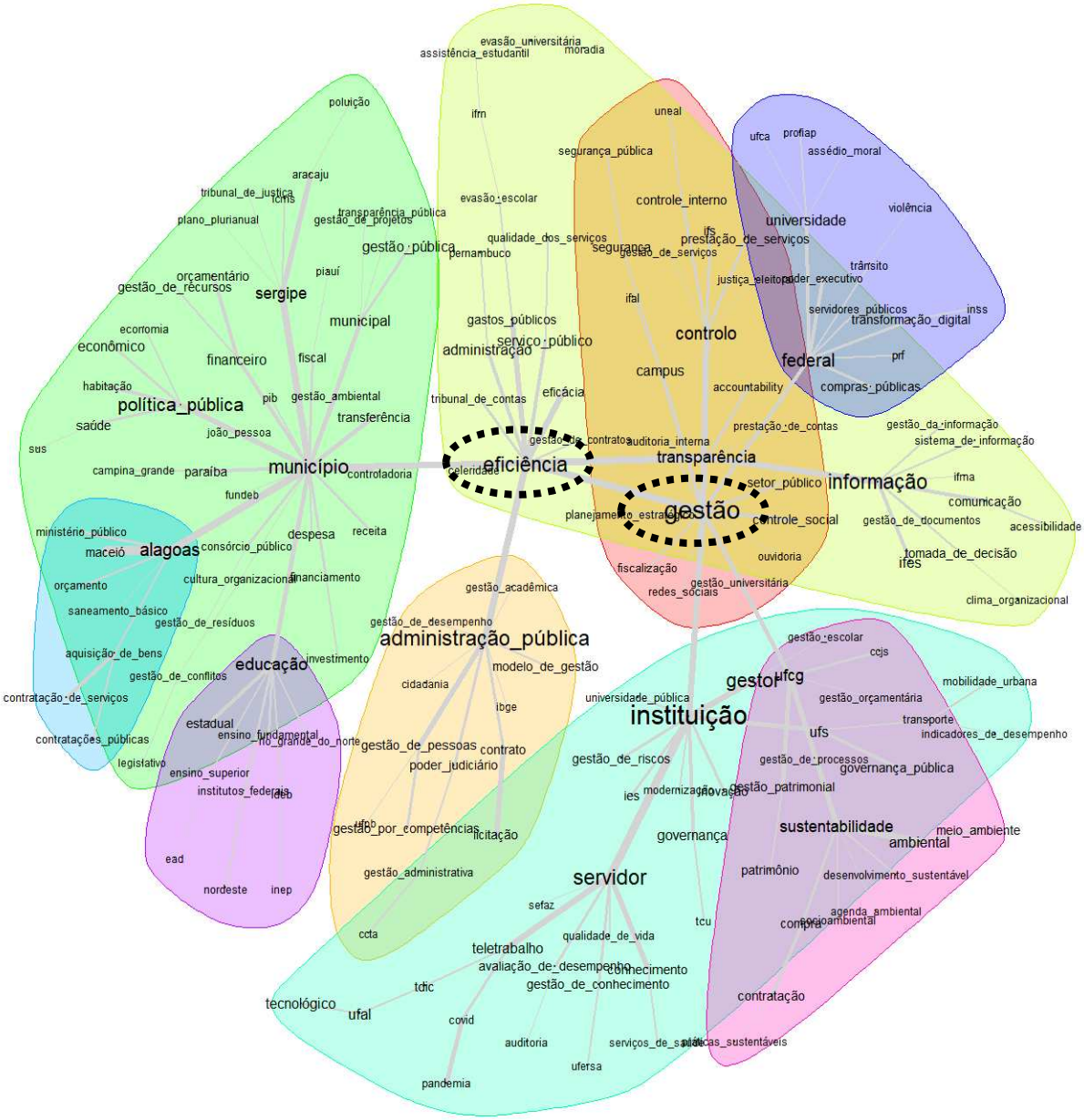
A classe 5 (307 de 1343 ST), por fim, trouxe por núcleo central a direção e o controle das instituições públicas para atingir os fins pretendidos. Tal perspectiva foi aliada à transformação digital de processos, sistemas e serviços, com predominância em Ifes como campo empírico (principalmente UFS, UFAL, UFCG), embora com ocorrências em outros órgãos, como o INSS. Os termos mais característicos foram "ufs", "proposta", "relatório", "plano", "estudo", "gestão de riscos", "modelo", "governança" e "ação". Desse modo, foi intitulada "**Governança e Transformação Digital".** Nos excertos é possível confirmar o núcleo de sentido:

> o **estudo** tem como **objetivo** propor um **modelo** de **ações** integradas para o aperfeiçoamento da **governança** de pessoal da **ufs** para atender o **relatório** do igovpessoas – **tcu** (governança de pessoas; χ^2 = 325.26) [UFS-2024-ID058]
>
> considerando o cenário exposto, o **presente estudo** teve como **objetivo** analisar a **estrutura** de **governança** eletrônica e a **integração** dos **processos** de **transformação_digital** da **ufs**, frente a **normas** e **regimentos** federais (transformação digital; χ^2 = 252,60) [UFS-2023-ID050]
>
> este trabalho de **pesquisa** tem como **objetivo** mapear um **procedimento** de controle na gestão da frota de veículos oficiais da **ufal**, na execução do **relatório** de **viagem** da **gerência** de transportes, com vistas a possibilitar o desenvolvimento de **aplicativo** para **dispositivos móveis**. (serviços digitais; χ^2 = 154.89) [UFAL-2019-ID035]
>
> nessa linha, o **presente estudo** analisa um dos **aspectos** do **processo** de **transformação_digital** do **ifs** , sob enfoque da sua carta de serviços ao usuário. para tanto, foi efetuada **pesquisa** documental, com **base** na legislação de **referência** (transformação digital; χ^2 = 130,16) [UFS-2022-ID041]
>
> o **objetivo** deste trabalho é analisar a **influência** da **transformação_digital** no desempenho do atendimento do inss, e propor melhorias a partir da **concepção** de um **diagnóstico**, construído a partir da **aplicação** de questionários **exploratórios**, **relatórios** de **auditorias** realizadas pela **controladoria geral** da união e **estudos** anteriores sobre o tema (transformação digital; χ^2 = 198,94) [UFAL-2024-ID077]

Em linhas gerais, a partir dos valores do qui-quadrado (χ^2), a CHD do subcorpus temático demonstrou que as pesquisas desenvolvidas nas três IES se organizaram em cinco categorias temáticas, conforme os termos mais característicos. Com um maior número de segmentos de texto analisados, os achados aprofundaram o inicialmente indicado no diagnóstico por palavras-chave e no corpus global de títulos nas etapas anteriores. Todas as classes atenderam ao critério mínimo de 10% dos ST e o subcorpus apresentou retenção de 87,61%, conferindo robustez à base analítica.

Em relação a padrões, aproximações e lacunas, para o conjunto das dissertações, a Análise de Similitude do subcorpus temático de resumos, realizada de modo automático pelo IRaMuTeQ, formou comunidades lexicais. Os termos dispuseram-se por associação semântica em 9 comunidades interligadas, representadas no mapa da Figura 5, com a força das aproximações indicadas pelo tamanho dos “nós” do mapa e pela espessura das conexões estabelecidas. As cores indicam os grupos estruturados.

FIGURA 5 - Mapa de comunidades do subcorpus temático de resumos



Fonte: resultados do IRaMuTeQ (2025)

O mapa evidenciou “gestão” e “eficiência” como “nós estruturantes”, a partir dos quais se ramificaram outras ocorrências de destaque, como “administração_pública”, “instituição”, “informação”, “transparência” e “controle”. Apesar de o número de comunidades (n=9) retornado pelo *software* ter excedido o das classes obtidas na CHD (n=5), não houve contradição. Como ferramentas distintas de verificação, ambas evidenciaram temas comuns. Observando atentamente, tanto os termos mais centrais quanto os mais externos do mapa de comunidades estavam presentes nas categorias da CHD.

As comunidades formadas em torno de “município”, “política_pública”, “alagoas”, “sergipe” e “paraíba” vinculam-se à primeira classe da CHD (Gestão Fiscal e Políticas Setoriais), enquanto aquelas centradas em “administração_pública”, “informação”, “transparência”, “controle” e “eficiência” correspondem à segunda classe (Transparência e *Accountability*). Já as comunidades associadas a “gestão”, “instituição” e “servidor” relacionam-se à terceira classe (Gestão Pública e IFES); as que articulam “educação”, “prestação_de_serviços” e “contratação_de_serviços” vinculam-se à quarta classe (Serviços e Contratações Públicas); e aquelas que reúnem “federal”, “universidade”, “sustentabilidade” e “tecnológico” associam-se à quinta classe (Governança e Transformação Digital).

Nesse conjunto de resultados da CHD e da Análise de Similitude, a presença de ocorrências como “governança”, “eficiência” e “transformação_digital” dialoga com tendências temáticas internacionais, como “governança, eficiência, big data”, apontados por Ismail e Hartati (2023); e com “tecnologia e avaliação”, defendidos por Wei, Liu e Lyu (2024). Verifica-se também uma convergência parcial com Hansen e Tummers (2020) quanto a “desempenho e transparência”, embora outros tópicos tenham sido menos evidentes.

No plano nacional, as categorias da CHD e as ocorrências do mapa de comunidades convergem com padrões descritos por Souza (1998), Pacheco (2003) e Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Júnior (2008): foco em políticas públicas, ênfase em gestão e recorrência de estudos em instituições de ensino. Ao passo que, em um direcionamento local, “administração pública e políticas públicas” e “universidade”, “federal” e “governança” também aparecem, em diferentes combinações, nos metaestudos realizados no âmbito do PROFIAP por De Deus, Paula e Paiva (2024), Pinto *et al.* (2023) e Lauros e Silva (2023).

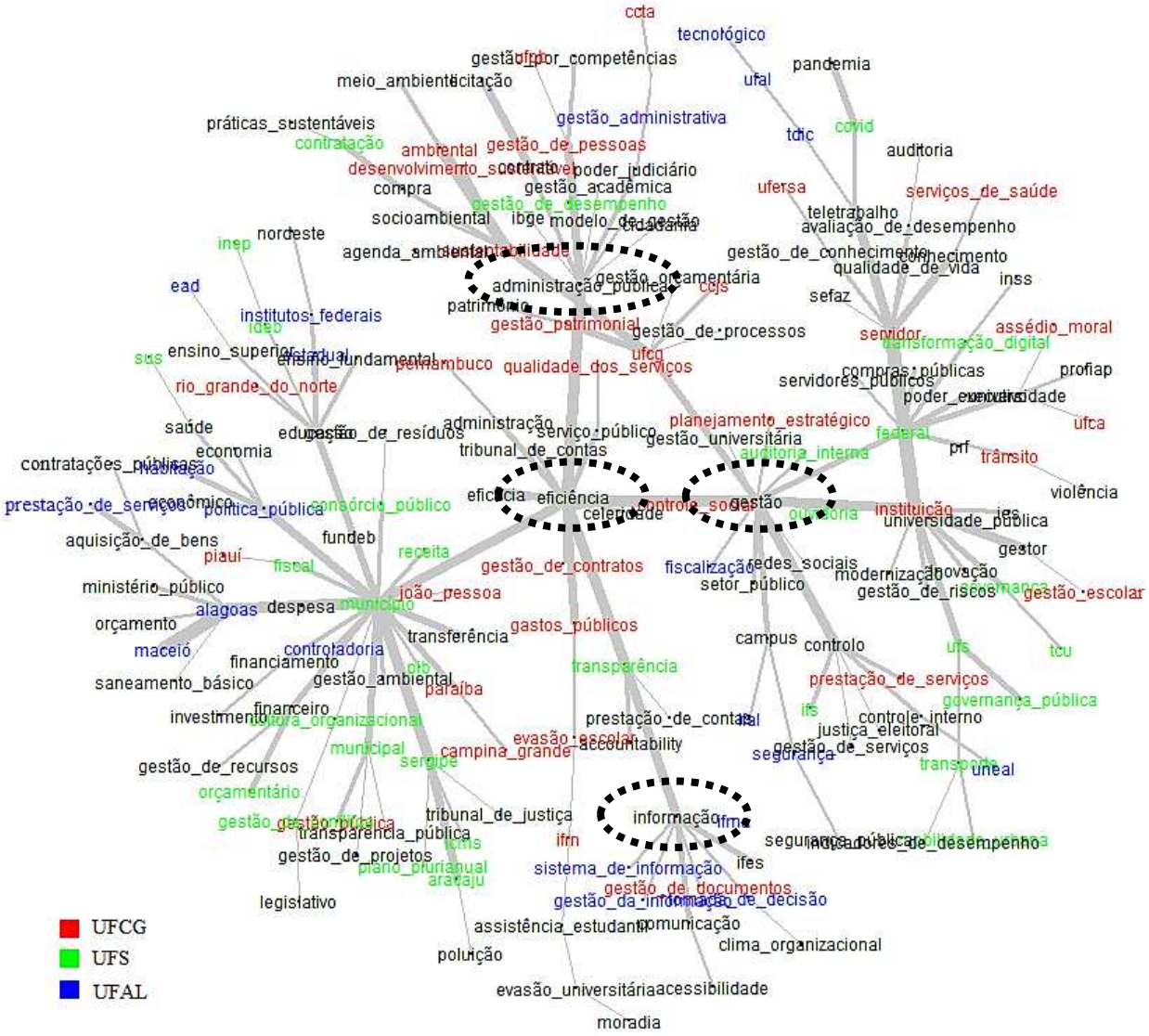
Assim como ocorreu na análise das palavras-chave e dos títulos, marcadores geográficos e institucionais foram evidentes na Análise de Similitude. Nesse caso, além das IES associadas, sobressaíram: “ifs”, “ifal”, “ifpb”, “ifba”, “ifrn”, “ufpb”, “ufpe”, “ufrn”, “uneal”, “ufersa”, “ifpe”, “ifma”, “ifce” e “ifpi”. Enquanto os marcadores geográficos, novamente, apontaram para a área de inserção geográfica das instituições associadas: “nordeste”, “paraíba”, “alagoas”, “sergipe”, “joão_pessoa”, “campina_grande”, “maceió”, “aracaju”.

Em parte, a presença expressiva de tais elementos se aproximou do encontrado na produção do PROFIAP do estado de Minas Gerais por De Deus, Paula e Paiva (2024) quanto ao fato de a maioria das dissertações das instituições associadas daquele estado tratar de problemas das IES, em contextos em que os próprios discentes eram servidores dessas organizações. Convergiu, ainda, com o enfoque geográfico no estado de Rondônia, e em

instituições de ensino locais, para as dissertações do PROFIAP em funcionamento na Unir (Lauros; Silva, 2023).

Direcionado o olhar a cada IES, a Análise de Similitude revelou que o termo "eficiência" ocupa posição central no léxico dos resumos. O mapa de similitude por instituição associada, com a identificação de relação predominante das ocorrências por instituição, evidenciou o padrão inicialmente observado no mapa de comunidades e confirmou que as variações têm derivação comum. Sem que se formem "ilhas de pesquisa", há uma estrutura temática que articula as dissertações produzidas, conforme Figura 6[12].

FIGURA 6 - Mapa de similitude por instituição associada



Fonte: resultados do IRaMuTeQ com destaques do autor (2025)

[12] Enquanto o Mapa de comunidades do subcorpus temático de resumos (Figura 5) mostrou os núcleos gerais, o mapa de similitude por IES (Figura 6) evidencia as variações institucionais em torno desses núcleos.

Considerando a coocorrência dos termos e a espessura das conexões, nota-se aproximação entre os "nós estruturantes" evidenciados no mapa de comunidades da Figura 5, com destaque para "gestão" e "eficiência", que aparecem como núcleo em torno do qual se associam termos como "administração_pública" e "informação". Neste mapa de similitude por IES, "eficiência" figura de modo ainda mais nítido como eixo articulador das associações entre as três IES. Trata-se, assim, de "nós de similitude", a partir dos quais se segmentam outras questões verificadas por cada instituição, mas que (em maior ou menor medida) guardam relação.

Complementarmente à Análise de Similitude por IES, o v.test de especificidade (com critério v.test ≥ 2,00; eff ≥ 10) do subcorpus temático de resumos também apresentou marcadores institucionais e geográficos. Na UFAL sobressaíram: "alagoas" (36,56), "ufal" (24,03) e "maceió" (8,76); na UFS, "sergipe" (34,47), "ufs" (28,71) e "ifs" (9,57); e na UFCG, "ufcg" (23,59) e "paraíba" (8,68). Desconsiderados esses marcadores, em relação às temáticas, outra vez os achados convergiram com as classes definidas na CHD, apresentando ênfases nos repertórios de cada instituição.

Para a UFAL, como termos mais característicos (v.test ≥ 2,00) destacaram-se segurança (3,49), tecnologia (3,48), política_pública (3,27), tomada_de_decisão (2,25), tdic (2,12), cultura (2,10) e fiscalização (2,02). Para a UFCG, sustentabilidade (14,42), trânsito (4,82), gestão_patrimonial (3,74), planejamento_estratégico (2,75), gestão_administrativa (2,68), consumo (2,68), qualidade_dos_serviços (2,34), gestão_pública (2,09), gestão_de_pessoas (2,06), administração_pública (2,05). Enquanto para a UFS, governança (8,32), transformação_digital (7,45), consórcio_público (6,87), covid (4,23), transporte (3,75), governança_pública (3,42), município (3,06), transparência (2,84), contratação (2,32), fiscal (2,07) e responsabilidade (2,01).

O resultado novamente aproximou-se dos achados de De Deus, Paula e Paiva (2024) em relação às instituições associadas de Minas Gerais, quando afirmaram que, nas dissertações analisadas, houve tendência em se discutir o serviço público em IES. Em certa medida, confirmou o defendido por Fadul *et al*. (2011, 2014) quanto ao fato de as agendas governamentais e tendências temáticas do período terem forte influência nos temas pesquisados, direcionando, mesmo que discreta e indiretamente, a perspectiva de investigação dentro da área da Administração Pública.

Além das ênfases evidenciadas pelo v.test de especificidade nos repertórios temáticos por instituição associada, as frequências absolutas das formas comuns[13] (eff ≥ 10) presentes no subcorpus temático de resumos das três IES confirmaram um núcleo compartilhado, com destaque para unidades lexicais como "gestão" (eff = 163), "recurso" (eff = 121) e "informação" (eff = 107), que, à exceção de "recurso", já haviam sido encontradas nos mapas de similitude. Tais ocorrências confirmaram que temas ligados à gestão, à alocação de recursos e à informação atravessam a produção das três IES, independentemente do enfoque local.

Assim, como aproximações temáticas entre as dissertações, evidencia-se a existência de um repertório temático comum (padrão temático), a partir do qual se distendem os repertórios de cada uma das três instituições associadas. Desconsiderados os marcadores institucionais e geográficos e tomadas em conjunto as evidências da CHD, dos mapas de similitude e do v.test de especificidade, há um **núcleo temático** comum de pesquisa: **gestão, eficiência, informação, transparência, controle e recursos.**

Como variações, apresentam-se as ênfases por IES: UFAL (tecnologia; tdic; segurança; tomada_de_decisão), UFCG (sustentabilidade; trânsito; gestão_patrimonial; planejamento_estratégico) e UFS (governança; transformação_digital; consórcio_público; transparência).

Em relação às lacunas, afastando-se da agenda global da área (Wei; Liu; Lyu, 2024) e da prevalência observada em metaestudos internacionais (Hansen; Tummers, 2020), no conjunto de dissertações analisadas, à luz das frequências lexicais do subcorpus temático e dos mapas de similitude apresentados, houve baixa representatividade de temas que envolvessem "liderança", "participação cidadã", "avaliação de resultados" e "impacto no usuário" do serviço público.

Ainda que a quarta classe temática da CHD tenha se relacionado a serviços públicos, no léxico, não sobressaíram termos que remetessem diretamente à avaliação do impacto na perspectiva do usuário (como "usuário" e "satisfação"). Nas poucas ocorrências de "percepção" identificadas, a leitura dos segmentos de texto indicou, em geral, referências a percepções internas, de servidores e equipes das instituições. De modo similar, não se destacaram unidades lexicais como "liderança", "líder", "chefia", "gestor", "participação", "engajamento", o que reforça a leitura de que esses temas não se configuraram como eixo central das dissertações analisadas.

[13] No IRaMuTeQ, "formas comuns" são aquelas com alta frequência no subcorpus (eff) e sem especificidade por grupo (Salviati, 2017).

Em cotejo com os metaestudos nacionais, permaneceram pouco explorados temas apontados por Souza (1998) e Pacheco (2003): “ações coletivas”, com baixa ocorrência mesmo quando associadas à coordenação entre atores na gestão de problemas públicos; “implementação de políticas públicas”, indicada pela pouca expressão de termos ligados à execução e ao acompanhamento de políticas públicas e programas (como “implementação” e “monitoramento”); e “avaliação de resultados”, evidenciada na baixa incidência de vocábulos relacionados à mensuração de desempenho e resultados (“avaliação”, “desempenho”, “indicadores”).

Ao mesmo tempo, a identificação lexical permitiu verificar que foram incorporadas na agenda de pesquisa as temáticas “governança pública”, “processos”, “transparência”, “*accountability*” e “responsabilidade fiscal”, outrora apontadas como pouco exploradas na área por Souza (1998), Pacheco (2003) e Fadul, Silva e Cerqueira (2011).

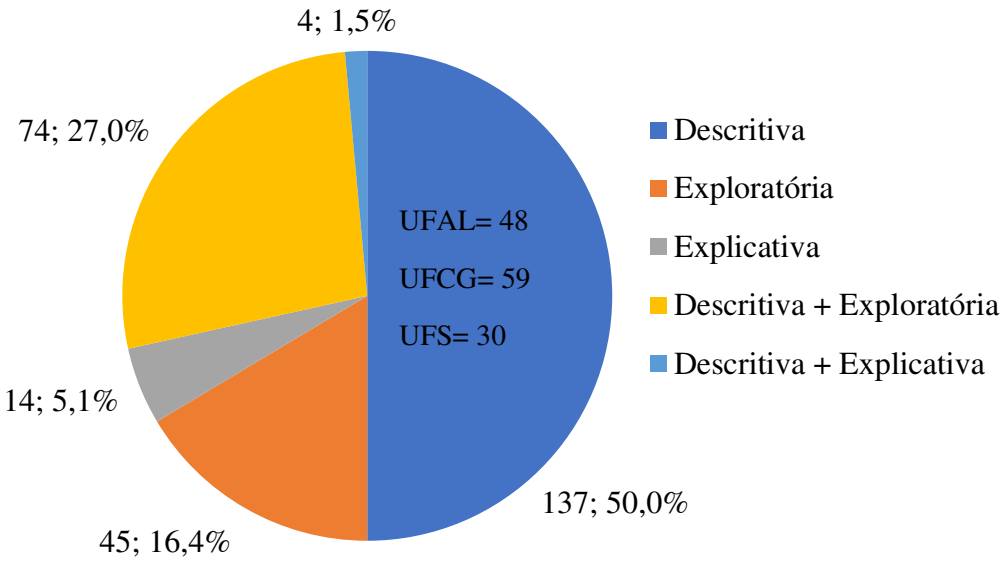
4.2 O DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Todas as dissertações analisadas continham seção metodológica específica, e embora muitas (seguindo o padrão do gênero textual) apresentassem no resumo a classificação da metodologia empregada, em parte delas, observou-se uso não uniforme da terminologia metodológica, cuja caracterização ficou melhor compreendida a partir da leitura e inferência dos protocolos efetivamente empregados no desenvolvimento das investigações.

Em alguns casos, as caracterizações não faziam referência explícita à literatura metodológica, o que em certa medida dialoga com os debates sobre desafios teórico-metodológicos apontados por Fadul *et al.* (2014), Souza (1998), Pacheco (2003) e Corrêa *et al.* (2019) para o campo da Administração e com as dificuldades de explicitação das metodologias utilizadas nas dissertações do PROFIAP na Unir, identificadas por Lauros e Silva (2023).

Feitas essas ressalvas, passa-se a apresentar o delineamento metodológico dos estudos. Como mostra o Gráfico 2, em relação aos objetivos mais gerais, ou seja, quanto à tipologia do objetivo adotado, das 274 dissertações, 78,5% (n=215) apresentavam objetivo descritivo, sendo 50,0% (n=137) exclusivamente descritivas. As categorias de pesquisa exclusivamente exploratória e explicativa foram minoritárias, juntas correspondendo a 21,5% (n=59) do total de dissertações.

GRÁFICO 2 - Dissertações quanto aos objetivos mais gerais (todas as IES)



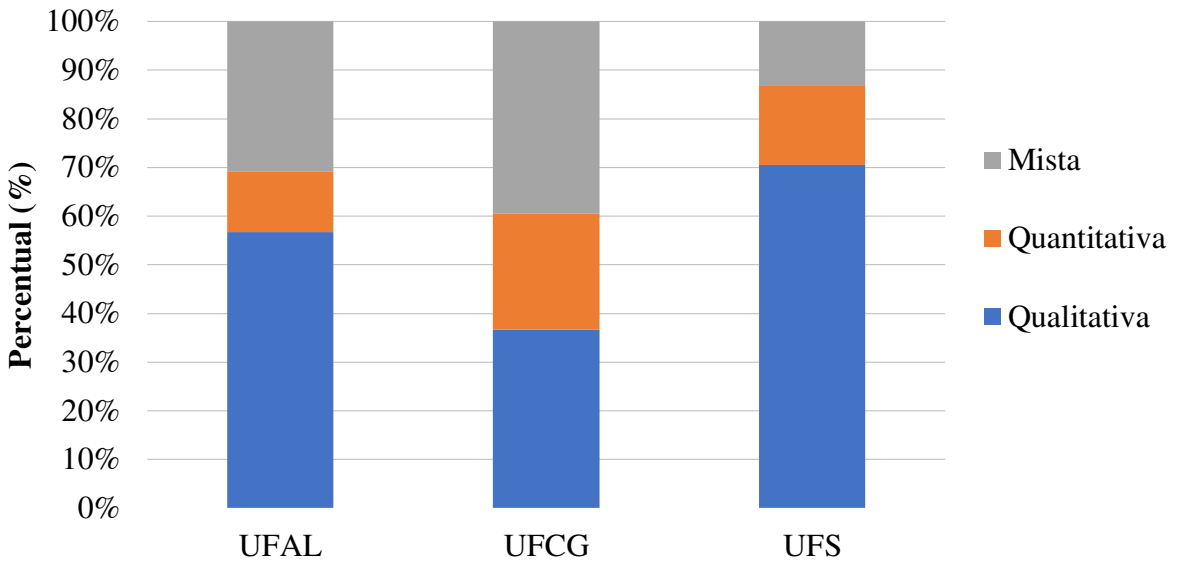
Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Por IES, manteve-se o mesmo padrão descritivo sinalizado para o conjunto das dissertações, com 48 ocorrências de pesquisa do tipo na UFAL, 59 na UFCG e 30 na UFS. Nas três instituições associadas, o menor número registrado foi de pesquisas de objetivo explicativo, encontrando-se registros de combinações “descritiva-exploratória” e “descritiva-explicativa” em todas elas.

Quanto à natureza dos dados, observou-se um predomínio de 52% (n=143) na abordagem qualitativa, seguido de 29,9% (n=82) na mista e 17,9% (n=49) na quantitativa. A verificação por instituição confirmou a tendência à pesquisa qualitativa, observada nos estudos de Lauros e Silva (2023) no PROFIAP da Unir e de Pinto *et al*. (2023) em relação à UFMS. Demonstrou, porém, a existência de peculiaridades para cada uma das três associadas.

Conforme o Gráfico 3, houve maior equilíbrio entre as abordagens na UFCG: pesquisas qualitativas corresponderam a 36,7% (n=40), mistas a 39,4% (n=43) e quantitativas a 23,9% (n=26). Ainda assim, considerado o total das produções da instituição (n=109), foram escassos os estudos quantitativos. Esse perfil converge com o predomínio de objetivos descritivos e com o uso combinado de “pesquisa documental e estudo de caso”, observado na amostra.

GRÁFICO 3 – Dissertações quanto à natureza dos dados (por IES)



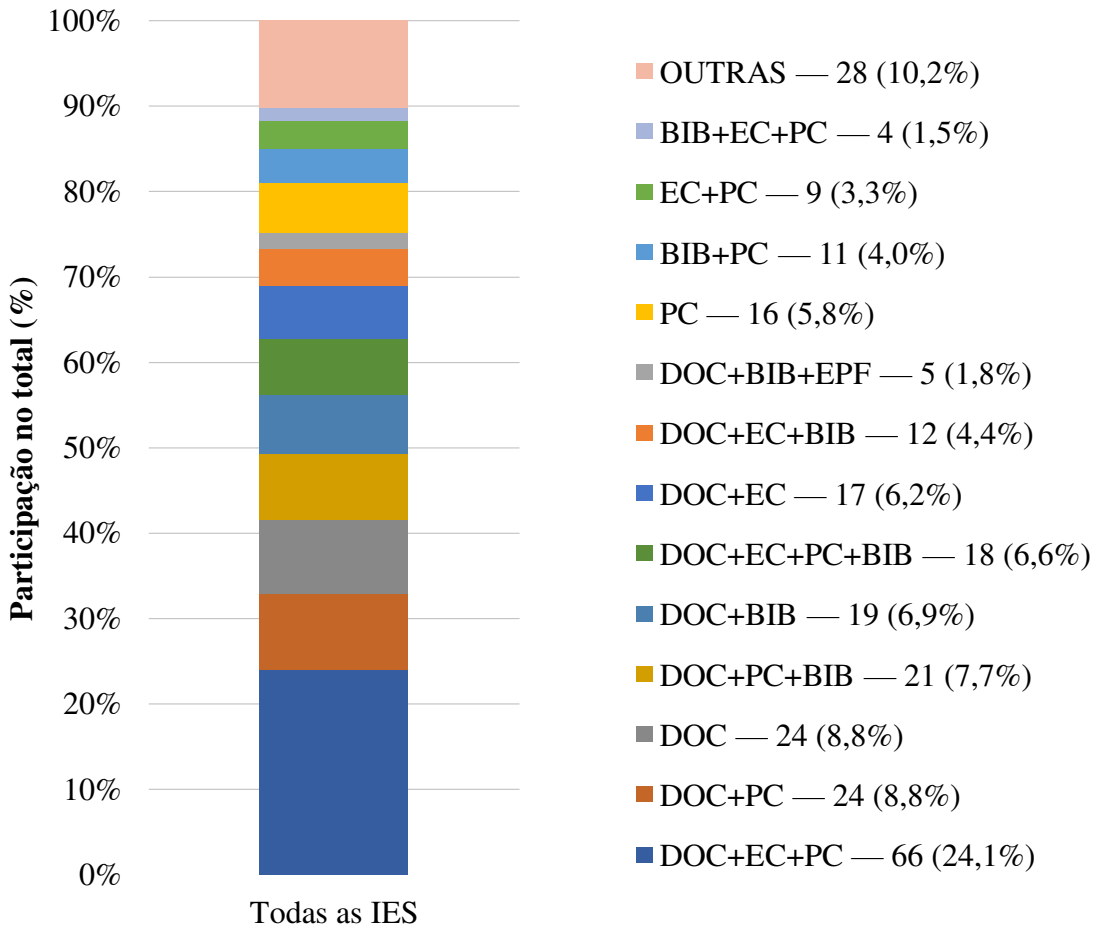
Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Em relação aos meios de investigação, a maioria dos estudos empregou dois ou mais deles, quase sempre incluindo a pesquisa documental ou estudo de caso, presentes em 75,2% (n=206) e 46% (n=126) das pesquisas, respectivamente. Dentre os arranjos formados, o mais prevalente foi pesquisa documental (DOC), estudo de caso (EC) e pesquisa de campo (PC), representando 24,1% (n=66) dos estudos, um conjunto coerente com o predomínio de objetivos descritivos evidenciado.

Para o conjunto das pesquisas, poucas utilizaram um único meio de investigação, notadamente o documental (8,8%; n=24) ou de campo (5,8%; n=16). Menos estudos se valeram da pesquisa-ação, pesquisa participante e experimental, correspondendo, conjuntamente, a 10,2% (n=28) do total dos estudos. Quanto a isso, a prevalência de delineamentos exploratórios e descritivos, com menor espaço para arranjos explicativos e experimentais, parece convergir com os pontos de atenção levantados por Pacheco (2003) e por Hocayen-da-Silva *et al.* (2008) quanto à pesquisa no campo da Administração.

Por IES, manteve-se o baixo uso de meio único de investigação. Prevaleceu, igualmente, a tríade "pesquisa documental, estudo de caso e pesquisa de campo" (20,6% na UFAL, 15,6% na UFCG e 42,6% na UFS), seguida de outros agrupamentos que incluíam o meio documental de investigação. Como diferencial, a utilização do meio experimental ocorreu apenas na UFAL (n=2), registrando-se em todas as instituições, mesmo que em reduzido número, pesquisa participante (UFAL=8; UFCG=1; UFS=2), pesquisa-ação (UFAL=4; UFCG=3; UFS=1) e *ex post facto* (UFAL=4; UFCG=6; UFS=1).

GRÁFICO 4 - Meios de investigação empregados (todas as IES)



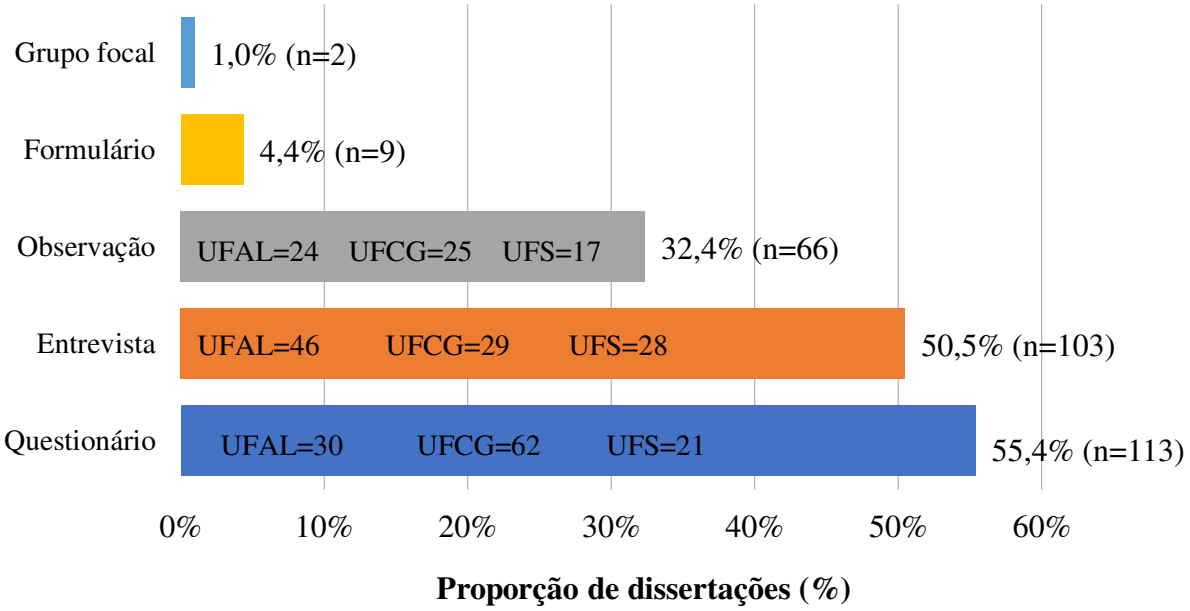
Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Sobre os instrumentos de coleta de dados, 204 dissertações detalharam o uso de algum instrumento específico, e a maior parte delas registrou mais de um por pesquisa, o que fez com que a soma das ocorrências por instrumento (considerando os múltiplos por estudo) excedesse o número de dissertações. Todavia, como descrito em 3.3.2, essa contagem foi adotada por refletir o delineamento multifacetado dos estudos e evitar a perda de informação sobre as combinações.

No conjunto das dissertações, foram registrados usos dos cinco instrumentos previstos por Vergara (2016): questionário, entrevista, observação, formulário e grupo focal. Porém, algumas indicavam como instrumentos itens que constituíam técnicas de análise (análise documental, análise bibliográfica, análise envoltória de dados, estatística descritiva), suportes de registro (como notas de campo), registros observacionais (áudio, fotografias) e outras técnicas (*brainstorming*, *brainwriting*, bibliometria, ciclo PDCA, regressão, diagrama de Ishikawa e Matriz SWOT). Tais ocorrências não foram contabilizadas.

Das dissertações que declararam o uso de instrumento de coleta de dados propriamente dito (n=204), 55,4% (n=113) recorreram ao questionário, 50,5% (n=103) às entrevistas e 32,4% (n=66) à observação. O uso de formulário e grupo focal, contabilizados conjuntamente, alcançou pouco mais de 5% (n=11) dos casos, como apontado no Gráfico 5. A prevalência de questionário e entrevista repetiu-se nas três instituições. Além disso, apenas na UFCG (n=1) e na UFAL (n=1) houve grupo focal declarado.

GRÁFICO 5 – Instrumentos de coleta de dados empregados (todas as IES)[14]



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Sobre a subclassificação dos instrumentos de coleta, 87,4% (n=90) das entrevistas seguiram a forma semiestruturada, padrão encontrado nas três instituições de ensino (UFAL=78,3%; UFCG=96,6%; UFS=92,9%). Além disso, 69,9% (n=72) delas foram realizadas presencialmente, 21,3% (n=22) à distância e 5,8% (n=6) de forma híbrida. Os questionários, por sua vez, prevalentemente adotaram o modelo estruturado, tanto para o conjunto das instituições (69,9%; n=79), quanto em cada IES (UFAL=63,3%; UFCG=72,6% e UFS=71,4%). Nesse caso, contudo, a maior parte foi aplicada de forma online (72,6%; n=82).

Em relação à natureza da observação, em todas as IES, a pesquisa participante foi frequente (n=27; 40,9%), geralmente na forma de observação direta (n=64; 97%). Apenas

[14] Nota. Percentuais sobre as dissertações que declararam instrumentos (n=204); havendo, em alguns casos, mais de um por trabalho.

dois registros de observação indireta foram contabilizados, um na UFS e outro na UFCG. Um padrão compatível com o caráter profissional do mestrado objeto da pesquisa, visto que muitas pesquisas são desenvolvidas no ambiente de trabalho dos mestrandos, com acesso direto ao local de observação, assim como apontado no perfil "discente-servidor" por De Deus, Paula e Paiva (2024).

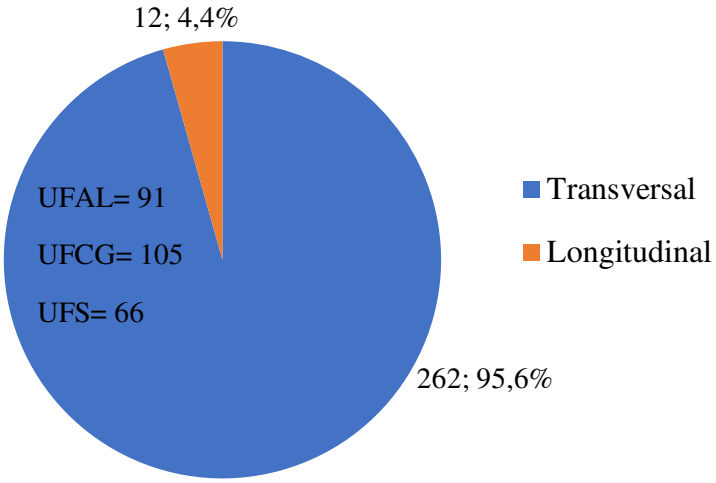
Para o desenvolvimento das análises, muitos estudos recorreram a mais de uma técnica, de modo a também nesse caso ter sido adotada contagem multirrótulo por estudo, calculada por IES e, no consolidado, para o total. Do total dos que explicitavam pelo menos uma técnica de análise (n=212), a maioria empregou a Análise de Conteúdo ou a Análise Temática (56,1%; n=119), seguida da estatística descritiva (35,8%; n=76) e da análise documental (11,3%; n=24). Resultado correspondente à prevalência na utilização de dados de natureza qualitativa, também demonstrada no corpus analisado.

A utilização de outras técnicas (7,5%; n=16), métodos multicritério (3,3%; n=7), e estatística inferencial ou multivariada (1,9%; n=4) foi menos expressiva. Como técnicas multicritério consideraram-se o método de organização de preferências por enriquecimento de avaliações (PROMETHEE), análise envoltória de dados (DEA) e processo de análise hierárquica (AHP); enquanto, em outras análises, alocaram-se estudos que descreveram como técnicas a análise qualitativa básica, a análise de componentes principais, a análise interpretativa e a análise fatorial.

Dentro do conjunto de estudos que adotaram a Análise de Conteúdo, embora esse aspecto não tenha sido quantificado de modo formal, a leitura da seção metodológica sugeriu considerável referência ao método francês de Laurence Bardin, observado em todas as instituições associadas. Nesse aspecto, estudos epistemológicos recentes têm discutido a respeito do uso recorrente da análise de conteúdo bardiniana no país, indicando que nem sempre há detalhamento das etapas recomendadas pelo protocolo metodológico (Sampaio *et al.*, 2022).

Em relação ao horizonte temporal, poucas dissertações trouxeram a nomenclatura de Kruger (2023). No entanto, a identificação por meio da leitura da seção metodológica em busca da descrição do espaço temporal de análise e da forma de coleta dos dados, evidenciou predomínio transversal, mesmo havendo estudos com séries temporais. Em 95,6% (n=262) dos estudos, a coleta dos dados foi realizada de uma só vez, em um único recorte temporal, enquanto que em apenas 4,4% deles (n=12) o pesquisador acompanhou um mesmo fenômeno em dois ou mais momentos distintos, conforme Gráfico 6.

GRÁFICO 6 – Dissertações por horizonte temporal (todas as IES) [15]



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Dos estudos longitudinais assim inferidos, 6 pertenciam à UFAL, 2 à UFS e 4 à UFCG, corroborando o padrão metodológico de pesquisas transversais também em relação a cada instituição associada. Trata-se de um achado contextualmente compreensível, dado o tempo de duração da pós-graduação em nível de mestrado costumeiramente adotado no país e replicado no programa (2 anos) e o fato de que estudos longitudinais demandam, além de mais tempo, maior investimento de recursos, sejam eles materiais, financeiros ou humanos (Kruger, 2023).

O delineamento metodológico das pesquisas do programa revelou, então, primazia pela pesquisa **descritiva** e de abordagem **qualitativa**, que se utiliza, em geral, de combinações entre os meios de investigação **documental**, de **estudo de caso** e de **campo**, que coleta dados por **questionário** e **entrevista** e que, na maioria das vezes, os analisa por meio da **Análise de Conteúdo**. Um arranjo, em regra, replicado nas três IES associadas ao PROFIAP e que, em parte, converge com as preferências descritas pela literatura para a atividade científica da área de Administração.

No plano internacional, o padrão identificado alinha-se com os achados de Ospina, Esteve e Lee (2018), quanto à expressiva presença de estudos de caso; de Hendren *et al.* (2022), em relação à menor utilização de métodos mistos; e de Hansen e Tummers (2020), a respeito da pouca experimentação no campo da Administração Pública. No plano nacional,

[15] Nota. Longitudinal = observação ou análise de um mesmo fenômeno em ≥ 2 momentos; caso contrário, transversal.

coaduna-se também com a preferência por pesquisas de abordagem qualitativa e estudos de caso, apontados por Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Jr. (2008) e com os delineamentos metodológicos indicados por Pacheco (2003) para a Administração Pública.

De forma diretamente relacionada ao PROFIAP, o predomínio de abordagens qualitativas nas dissertações, também observado por Pinto *et al.* (2023) na UFMS e por Lauros e Silva (2023) na Unir, bem como a dificuldade de identificação de elementos teórico-metodológicos apontada pelas últimas autoras em relação às dissertações da Universidade Federal de Rondônia, em parte, convergem com os achados deste estudo. Já quanto às lacunas metodológicas, verificou-se presença reduzida de estudos quantitativos e explicativos (em consonância com a baixa participação desses delineamentos nas dissertações do PROFIAP-UFMS e PROFIAP-Unir) e a oportunidade do desenvolvimento de estudos de horizonte temporal longitudinal.

4.3 INTERPRETAÇÃO À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

Com base nos padrões temáticos e metodológicos descritos nas subseções 4.1 e 4.2, esta subseção interpreta os achados à luz da Teoria Institucional. A identificação das temáticas, a verificação do delineamento metodológico e o mapeamento de padrões, aproximações e lacunas no conjunto das dissertações e por instituição associada se apresentaram conforme aspectos da Teoria Institucional, principalmente em relação aos pressupostos do neoinstitucionalismo, apresentados na subseção 2.3.2 desta dissertação.

Estruturado em rede e capilarizado em diversas IES pelo país, ao longo de dez anos de existência, o PROFIAP se apresenta tanto como ator quanto como campo organizacional. Como campo, ele reúne coordenações nacional e local, diretorias, comissões, docentes, discentes, técnicos-administrativos, egressos, conselhos de pesquisa e outros envolvidos. Como ator, ele interage com outros programas de pós-graduação e órgãos, como o Ministério da Educação, a Capes, a Andifes e a Anpad.

Nesta interpretação, a partir dos resultados, considera-se o PROFIAP ator do **campo organizacional** "Pós-graduação" e "Pesquisa em Administração" no país, no sentido dado por DiMaggio e Powell (2005). Considerados os padrões encontrados, as escolhas metodológicas e as normativas existentes, a interpretação dos achados parte da leitura interorganizacional. As dissertações produzidas passaram a ser vistas como expressão da rede, registros que transparecem isomorfismos, legitimidade e, eventualmente, desacoplamento nela existentes,

nos termos de Meyer e Rowan (1986); e que, em certa medida, influenciam “o que” e “como” se pesquisa.

Na identificação das temáticas, a indicação de que há um núcleo temático comum ou repertório comum (gestão, eficiência, informação, transparência, controle e recursos), a partir do qual os repertórios temáticos das IES são desenvolvidos, é consistente com o conceito de **isomorfismo** proposto por DiMaggio e Powell (2005). De modo análogo, a convergência metodológica observada nas dissertações (pesquisa descritiva, qualitativa, documental, estudo de caso e transversal) reforça a compreensão de um movimento de homogeneização. Há um padrão de pesquisa que não parece ser fruto do acaso, mas que decorre de estímulos ou **pressões** (utilizando-se do termo preconizado na TI) de naturezas distintas, como tipificadas por DiMaggio e Powell (2005): coercitivas, normativas e miméticas.

As pesquisas são desenvolvidas considerando não apenas a atividade de investigação científica, mas também o atendimento às normativas do programa: há uma estrutura apropriada (TCC, PTT, Relatório Técnico Conclusivo) e requisitos a serem cumpridos (prazos, qualificação, defesa, publicações em qualis específicos). Além disso, conforme estabelecido em regimento, e dado o caráter profissional do mestrado, as produções devem trazer uma devolutiva à sociedade, contribuindo para a “produtividade e efetividade das organizações públicas, bem como para a disponibilização de instrumentos, modelos e metodologias de referência para a melhoria da gestão pública” (PROFIAP, 2023, p. 3).

Os estímulos/pressões decorrem também do processo de **institucionalização** do próprio PROFIAP, na acepção de Tolbert e Zucker (1999) e de Meyer e Rowan (1986). Como ente orgânico adaptativo do campo organizacional da pós-graduação (que também passou por processo de institucionalização, conforme apresentado no Capítulo 2), ele interage com outras organizações e busca a **legitimação**, o reconhecimento como organização aceita e referencial, no sentido proposto por Scott (2014). Com isso, o enfoque na estruturação em rede e na constituição de diretrizes que atendam aos *inputs* de órgãos superiores (Capes, MEC e outras) revela um enquadramento institucional que se projeta nas dissertações sob a forma de **isomorfismo coercitivo**.

Em relação aos resultados, o isomorfismo coercitivo torna-se visível no recorte predominantemente transversal (95,6%) dos estudos e nos “nós estruturantes” de temas como “gestão” e “eficiência”, evidenciados nas análises de similitude (Figuras 5 e 6). O recorte transversal, com coleta de dados em único momento e menor emprego de recursos materiais, financeiros e humanos, mostra-se compatível com o prazo usual de desenvolvimento das pesquisas. Além disso, esses mesmos temas coadunam com a perspectiva de pesquisa útil à

gestão pública, a orientação aplicada do curso e a predominância de assuntos relacionados à regulação e controle no setor público.

Ainda em relação ao delineamento metodológico verificado nos estudos, a preferência pela pesquisa descritiva, qualitativa, documental ou estudo de caso, com Análise de Conteúdo (presente em todas as IES), também guarda relação com um **isomorfismo normativo e mimético.**

Esse padrão metodológico pode ser visto como resultante da matriz comum de formação cumprida pelas instituições associadas e da socialização metodológica da área da pesquisa em Administração e Administração Pública no país. Mas também pode decorrer da tendência à repetição de "casos que deram certo" e de formatos que sejam epistemologicamente "bem aceitos". Talvez por isso os resultados apontaram preferência pela Análise de Conteúdo e recorrência de referências ao método de Bardin, sedimentado na pesquisa qualitativa desenvolvida no país (Sampaio *et al.,* 2022). Em síntese, a formação comum (caráter normativo) e a imitação de casos aceitos (caráter mimético) reforçam a configuração de pesquisa observada.

Os marcadores geográficos e institucionais encontrados na análise temática, ao revelarem que há modulação das pesquisas em relação ao contexto e ao pertencimento das instituições, são também compreensíveis à luz do institucionalismo. Conforme a teoria, a noção de **ambiente** de Carpes *et al.* (2015) e Quinello (2007) indica que ele não é apenas fonte de recursos materiais, mas de recursos simbólicos. Além disso, a legitimação muitas vezes está assentada em um **pilar cultural-cognitivo**, na formulação de Scott (2014). Os marcadores sugerem que a atividade do pesquisador não está desvinculada da realidade, mas que busca responder a expectativas e rotinas locais. Ou seja, o repertório temático das IES espelha demandas e linguagens do lócus.

Nesse aspecto, porém, a presença expressiva de estudos que trataram das IES leva a questionar se tal fato não se deveu à imersão autoral no contexto de pesquisa, observada em outros metaestudos sobre o programa, com a figura do "mestrando-servidor" apontada por De Deus, Paula e Paiva (2024). Embora tal constatação não tenha sido resultado da pesquisa desenvolvida, o fato de os pesquisadores fazerem parte do próprio meio tomado para investigação (o que requer postura reflexiva quanto a possíveis vieses) se soma ao conceito de isomorfismo e à existência de padrões temáticos e metodológicos. Isso não anula a contribuição aplicada dos estudos, mas suscita atenção quanto ao alcance inferencial.

A interpretação conduz ainda ao entendimento de que, a despeito da homogeneização observada, o arranjo em rede e a orientação aplicada do PROFIAP difundem soluções úteis à

gestão pública em diferentes realidades institucionais. Em um cenário em que, como apontado por Fadul *et al.* (2014), ainda há poucas pós-graduações "puro-sangue" não atreladas a "negócios", o programa tem grande capacidade de contribuir para a recentralização da Administração Pública no âmbito da pesquisa em Administração no país e para combater a resistência que (em parte) subsiste em relação aos mestrados profissionais.

Diante do padrão de pesquisa observado e interpretado, que carece de ser confrontado em outras IES e/ou confirmado para a rede, algumas possibilidades se apresentam, tendo em vista que a institucionalização, na perspectiva neoinstitucional, não necessariamente constitui um caminho retilíneo, mas um processo que envolve desvios, ajustes e reinterpretações graduais das práticas no interior de um campo organizacional em constante transformação.

5 RECOMENDAÇÕES

A partir dos resultados apresentados, discutidos com base na literatura e interpretados à luz da Teoria Institucional, em consonância com o previsto nas Normas Acadêmicas do PROFIAP, este capítulo apresenta recomendações decorrentes da análise situacional realizada. Com caráter propositivo (e não propriamente avaliativo), constituem sugestões, com o objetivo de ofertar subsídios para o desenvolvimento das pesquisas e para a gestão acadêmico-administrativa do PROFIAP diante das aproximações, padrões e lacunas identificadas.

A inserção do elaborador no ambiente de pesquisa não impediu a busca por uma postura analítica imparcial, uma vez que partiram de achados de um protocolo de pesquisa replicável, conforme descrito no Capítulo 3. Ademais, embora devam ser consideradas em um plano macro, já que o campo empírico da pesquisa se restringiu à UFAL, UFS e UFCG, tais recomendações merecem atenção e podem subsidiar reflexões em nível nacional, por terem sido verificadas todas as dissertações produzidas durante o decênio da existência do programa (2014-2024) nas três instituições, vinculadas à rede desde sua criação.

As sugestões apresentadas integram um Relatório Técnico Conclusivo, intitulado "DISSERTAÇÕES DO PROFIAP EM INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS DO NORDESTE: relatório técnico de recomendações ao programa". Ao dialogar os achados com a Política de Impacto do PROFIAP (declarada no Relatório de Impacto 2021-2024), com as Normas Acadêmicas (2025) e com o Regimento do Programa (2023), as recomendações estão

organizadas em dois grupos: 1) quanto à formação e ao desenvolvimento das pesquisas; 2) quanto à gestão acadêmico-administrativa do PROFIAP.

5.1 QUANTO À FORMAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DAS PESQUISAS

i) META PARA ESTUDOS DE NATUREZA QUANTITATIVA E MISTA

Em razão de os resultados terem apontado os percentuais de 52% dos estudos com natureza qualitativa dos dados, 29,9% com natureza mista e 17,9% com natureza quantitativa, evidenciando baixa participação de estudos quantitativos e de métodos mistos, recomenda-se a adoção de uma meta de que, em 5 anos (2026-2030), o programa alcance pelo menos 25% de dissertações com delineamento metodológico de natureza quantitativa e que o patamar de pesquisas com métodos mistos, para o mesmo período, não seja inferior a 30%.

Motivo: predomínio de estudos com abordagem qualitativa no período analisado.
Responsável: Comitê Gestor Nacional e Diretoria Acadêmica Nacional (definição da meta); Comissão Acadêmica Local (monitoramento e execução).

ii) TRILHA DE FORMAÇÃO METODOLÓGICA COMPLEMENTAR

Em paralelo à formação-base prevista nas Normas Acadêmicas do PROFIAP, recomenda-se a instituição de uma "Trilha de Formação Metodológica Complementar", com a promoção de *workshops,* seminários*,* mesas-redondas*,* minicursos e simpósios, com enfoque nas possibilidades metodológicas de pesquisa para o campo da Administração Pública.

Com registro de presença e exigindo-se o cumprimento mínimo de 15h/ano, a participação em eventos dessa natureza pode ser computada como carga horária complementar do primeiro ano de curso, considerando que nesse período são desenvolvidos os projetos de pesquisa. Não se estaria infringindo o previsto nas Normas Acadêmicas, item 7, quanto à vedação do emprego de atividades remotas assíncronas para o cômputo de carga horária didática.

Na realização dos eventos, recomenda-se, ainda, a aplicação de avaliação diagnóstica própria, com pré-teste e pós-teste com os participantes, a fim de verificar a aprendizagem, bem como a adesão do corpo discente à iniciativa. Os eventos podem ser realizados de maneira remota, síncrona, promovendo-se a participação de docentes de outras instituições, pesquisadores e especialistas da área.

Motivo: fomento à formação metodológica.
Responsável: Comissão Acadêmica Local de cada instituição associada (planejamento e execução).

iii) CHECK-LIST DE RELATO METODOLÓGICO PARA A QUALIFICAÇÃO

Em razão do uso não uniforme da terminologia metodológica em parte das dissertações, sugere-se a adoção de um formulário na qualificação dos projetos. Na forma de *check*-list, o formulário pode conter a caracterização da pesquisa quanto aos objetivos, meios, natureza, instrumentos, técnica de análise e horizonte temporal. Além disso, nele podem constar a(s) teoria(s) de sustentação do estudo.

Motivo: uso não uniforme da terminologia metodológica em parte das dissertações.
Responsável: Comissão de Currículo Acadêmico (verificação da pertinência) e Comissão de Legislação e Normas (previsão em normativa).

iv) ELABORAÇÃO DE UM "GUIA DE BOAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS" OU UMA "VITRINE DE BOAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS"

Elaborado em diálogo com o referencial teórico da matriz de disciplinas do programa, um "Guia de boas práticas metodológicas" pode ser útil como instrumento de apoio no delineamento metodológico das pesquisas. Outra alternativa, a partir da premiação existente dos 10 melhores PTTs, é utilizar os eventos bienais realizados na rede PROFIAP para apresentar uma "Vitrine de boas práticas metodológicas" das pesquisas que os originaram. Não se estaria alterando requisitos formais de Trabalho de Conclusão de Curso ou Produto Técnico-Tecnológico, mas apenas reconhecendo boas práticas na rede e ofertando subsídios para as escolhas metodológicas.

Motivo: reconhecer boas práticas na rede e ofertar exemplos para as escolhas metodológicas.
Responsável: Comitê Gestor Nacional (elaboração e divulgação).

v) ENCONTROS SOBRE TEMAS EMERGENTES

Por ter sido notado distanciamento em relação a alguns temas, considera-se pertinente a promoção de encontros sobre temáticas emergentes. Os encontros podem ser realizados semestralmente, contando com a participação de pesquisadores da área e especialistas.

Diferentemente da “Trilha de Formação Metodológica Complementar” proposta, as atividades não estariam voltadas à formação metodológica propedêutica, mas sim à atualização do estado da arte no âmbito da Administração Pública e nas tendências temáticas nacionais e internacionais. No caso das três IES analisadas nesta pesquisa, por exemplo, podem voltar-se a temas como “liderança”, “participação cidadã”, “avaliação de resultados” e “impacto no usuário” do serviço público.

Motivo: ampliação do repertório temático, em diálogo com tendências nacionais e internacionais.
Responsável: Comitê Gestor Nacional (fomento e promoção de encontros para a rede) e Comissão Acadêmica Local (planejamento e execução).

vi) ESTRUTURAÇÃO DE GRUPOS DE PESQUISA

Sugere-se a estruturação de grupos de pesquisa no âmbito do PROFIAP a partir de duas frentes: 1) mapeamento e formalização dos grupos já existentes junto ao CNPq; 2) criação de outros grupos de pesquisa, vinculando-os a linhas e a parcerias com órgãos públicos, com monitoramento de metas factíveis de produção e impacto. Diante dos achados, essa sugestão tende a formalizar, fortalecer e consolidar a rede de pesquisa dentro do campo da Administração Pública.

Motivo: fortalecimento e formalização da rede de pesquisa no âmbito do PROFIAP.
Responsável: Comitê Gestor Nacional (planejamento) e Comissão Acadêmica Local (execução).

5.2 QUANTO À GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DO PROFIAP

i) MONITORAMENTO DE META DENTRO DA AUTOAVALIAÇÃO

Considerando o caráter contínuo que é atribuído à autoavaliação no PROFIAP, sugere-se incluir como instrumento diagnóstico (inserção no item 18 das Normas Acadêmicas) o monitoramento da meta sugerida para o quinquênio 2026-2030, visando ao atingimento de percentual mínimo de estudos de natureza quantitativa (≥ 25%) e mista (≥ 30%). Se incluído, o monitoramento passa a constar em relatório da Comissão Acadêmica Local, a ser apreciado pela Diretoria Acadêmica Nacional e encaminhado ao Comitê Gestor.

Pode-se, ainda, instituir um painel de acompanhamento (*dashboard)*, viabilizando a verificação, em tempo real, do alcance da meta pelo Comitê Gestor. Utilizando as comissões existentes no programa, o monitoramento da meta estimularia também uma maior diversidade de delineamentos diante do padrão metodológico relativamente estável encontrado (pesquisa descritiva, qualitativa, documental, de estudo de caso e de campo).

Motivo: predomínio de estudos com abordagem qualitativa no período analisado.
Responsável: Comissão de Legislação e Normas (previsão em normativa) e Comissão de Autoavaliação Acadêmica (monitoramento e execução).

ii) REVISÃO DE LINHAS DE ATUAÇÃO

Dentro da área de concentração de Administração Pública, prevista nas Normas Acadêmicas do PROFIAP, sugere-se considerar uma revisão das linhas de atuação para três ou quatro linhas mais específicas. Pela abrangência do campo, a atual estruturação em apenas duas linhas, em certa medida, pode contribuir para uma menor aderência temática dos estudos, principalmente em razão da formação diversa dos que ingressam no curso.

Empiricamente, as "classes" surgidas na Classificação Hierárquica Descendente e o núcleo temático comum obtido da Análise de Similitude e do v.test de especificidade no IRaMuTeQ, embora restritos ao recorte das três IES, indicaram um rearranjo que excede os dois grandes grupos das linhas de atuação vigentes no PROFIAP. Além disso, considerando o caráter de pesquisa aplicada já evidenciado, a reestruturação sugerida poderia dar maior enfoque aos projetos, PTTs e grupos de pesquisa, facilitando a organização e a avaliação da produção científica.

Motivo: aproximação entre as linhas de atuação e os núcleos temáticos observados em mapeamentos.
Responsável: Comissão de Legislação e Normas e Comissão de Currículo Acadêmico (previsão), Comissão Acadêmica Local (execução e acompanhamento).

iii) BANCO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS CONCLUSIVOS

Considera-se pertinente criar um banco unificado de Relatórios Técnicos, Recomendações e Produtos Técnico-Tecnológicos.

Apesar de haver previsão no item 15.1 das Normas Acadêmicas vigentes, no sentido de que os TCCs devem ser obrigatoriamente publicados nos sítios eletrônicos das Instituições

Associadas e do PROFIAP Nacional, durante a realização desta pesquisa, até 17/11/2025, não foi encontrado banco específico para Relatórios Técnicos, Recomendações e Produtos Técnico-Tecnológicos, mas apenas das dissertações e dos PTTs premiados no evento bienal da rede.

Motivo: ausência, no período analisado, de repositório que reúna não apenas as dissertações.
Responsável: Comissão de Sites e Redes Sociais (criação e monitoramento).

iv) CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO PARA PESQUISA APLICADA

O Relatório de Impacto 2021-2024 apontou que, no quadriênio de análise, foram estabelecidos convênios com o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul (TCE-MS), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS) e o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE), com o correspondente fomento à pesquisa aplicada junto a esses órgãos (PROFIAP, 2025b).

No entanto, para as associadas cujas dissertações foram analisadas, os achados da pesquisa (principalmente por meio dos marcadores geográficos e institucionais) indicaram forte enfoque em IES e contextos educacionais, sugerindo que as próprias universidades têm predominado como campo empírico. Sugere-se, assim, dentre as demais conveniadas, verificar propostas de acesso a bases de dados administrativas e ao desenvolvimento de pesquisas que as tomem por objeto de investigação.

Além disso, sugere-se que sejam firmados convênios de cooperação para pesquisa aplicada com outras instituições interessadas em receber atuação científica da rede. Nesse caso, poderia ser revista a previsão de convênios institucionais no Regimento do PROFIAP (item 19), hoje restrita à reserva de vagas com organizações e não necessariamente à realização de pesquisas ou à adoção dessas entidades como campo empírico.

Motivo: campo empírico frequentemente direcionado às IES.
Responsável: Comissão de Legislação e Normas (alteração normativa), Comissão de Convênios e Comissão Acadêmica Local (execução e acompanhamento).

v) COORIENTAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Diante da existência de um núcleo temático comum, constituído por “gestão”, “eficiência”, “informação”, “transparência”, “controle” e “recursos”, e da identificação de

repertórios temáticos derivados para cada instituição associada, com vistas à ampliação das temáticas e à maior integração no panorama da pesquisa nacional, recomenda-se estimular a coorientação em perspectiva interinstitucional, quer com docentes de outras instituições associadas, quer com docentes de instituições externas.

Tal mudança coadunaria com a previsão, no Regimento do PROFIAP, da figura do coorientador e da participação de docentes visitantes e colaboradores na rede, bem como com a previsão, nas Normas Acadêmicas, de membro externo de outra IES nas bancas de defesa. Estaria também alinhada com a perspectiva de constituição de rede de pesquisa, enfatizada no Relatório de Impacto 2021-2024 pelo programa.

Motivo: estímulo à cooperação interinstitucional e à ampliação das temáticas.
Responsável: Comissão de Legislação e Normas (alteração normativa); Comissão Acadêmica Local (execução).

vi) VOCABULÁRIO CONTROLADO DE REFERÊNCIA PARA INDEXAÇÃO

Recomenda-se adotar um banco de descritores e indexadores do PROFIAP, para orientar (sempre que possível) a escolha das palavras-chave dos resumos. As palavras-chave teriam controle de referência, de modo a favorecer a padronização da indexação no repositório institucional e a facilitar mapeamentos. Não como controle rígido, mas como padrão de orientação.

Ademais, a criação desse "vocabulário controlado de referência para indexação" é coerente com as Normas Acadêmicas do PROFIAP (PROFIAP, 2025a) e com a previsão existente na Política de Impacto do programa de que os resumos das dissertações da Rede PROFIAP necessariamente precisam "evidenciar o impacto do trabalho realizado, demonstrando a relevância prática dos estudos [...]" (PROFIAP, 2025b, p. 4).

Motivo: padronização para indexação e mapeamentos.
Responsável: Comissão de Legislação e Normas e Comissão de Currículo Acadêmico (elaboração); Comissão de Sites e Redes Sociais (execução e monitoramento).

vii) OBRIGATORIEDADE DA DISCIPLINA "MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA"

Em razão da baixa participação de estudos quantitativos observada, considerando que há previsão na Matriz Curricular, disposta nas Normas Acadêmicas, da disciplina "Métodos

quantitativos aplicados à Administração Pública", recomenda-se torná-la componente curricular obrigatória. Recomenda-se, ainda, que tal adoção seja precedida por estudo sobre a frequência com que ela tem sido ofertada nas instituições associadas e/ou cursada pelos discentes.

Motivo: baixa participação de pesquisas de abordagem quantitativa.
Responsável: Comissão de Currículo Acadêmico e Comissão de Legislação e Normas (estudo prévio e alteração normativa); Comissão Acadêmica Local (oferta e execução).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foram analisadas as temáticas e as metodologias das dissertações do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional nas três primeiras IES associadas do NE: a UFCG, a UFS e a UFAL. Por meio de uma estratégia metodológica de pesquisa que associou a Análise Categorial de Bardin (2011) ao *software* IRaMuTeQ e recorreu à Estatística Descritiva, objetivou-se identificar as temáticas das dissertações, verificar o delineamento metodológico dos estudos, mapear padrões, aproximações e lacunas, e interpretar os achados à luz da Teoria Institucional. Com efeito, os objetivos foram alcançados, a questão de pesquisa foi respondida e as escolhas metodológicas mostraram-se adequadas.

Os resultados apontaram a existência de um padrão temático-metodológico de pesquisa para o conjunto das instituições, uma configuração, em regra, presente nas três IES. Revelaram, ainda, a frequente utilização de um campo empírico aproximado ao contexto e ao pertencimento das instituições que integram o programa PROFIAP, por meio da presença expressiva de "marcadores institucionais" e "marcadores geográficos" que, via de regra, remetiam às próprias IES ou ao contexto geográfico, semelhantemente ao observado por estudos realizados no âmbito das associadas do estado de Minas Gerais.

Em relação às temáticas, a Análise Categorial aliada à Classificação Hierárquica Descendente demonstrou que as pesquisas se organizaram em cinco classes, denominadas conforme a relevância do que tratavam: "Gestão Fiscal e Políticas Setoriais"; "Transparência e *Accountability*"; "Gestão Pública e Ifes"; "Serviços e Contratações Públicas"; e "Governança e Transformação Digital". A Análise de Similitude e o v.test de especificidade

evidenciaram um núcleo temático comum, a partir da presença de nós temáticos de similitude e unidades lexicais de maior frequência e especificidade no subcorpus temático de resumos.

A partir desse repertório comum, em torno de “gestão”, “eficiência”, “informação”, “transparência”, “controle” e “recursos”, desdobraram-se as ênfases para cada uma das associadas. Na análise por IES, confirmando esse núcleo temático, sem que se constituíssem “ilhas de pesquisa”, verificou-se que na UFAL a ênfase esteve nos temas de “tecnologia”, “segurança” e “tomada_de_decisão”; na UFS, nos temas de “governança”, “transformação_digital”, “consórcio_público” e “transparência”; e na UFCG, nos temas de “sustentabilidade”, “trânsito” e “gestão_patrimonial”.

Em relação às lacunas temáticas, para o conjunto das IES, em comparação com agendas internacionais e metaestudos da área, a produção apresentou baixa representatividade de “liderança”, “participação cidadã”, “avaliação de resultados” e “impacto no usuário” do serviço público, bem como menor ênfase em “ações coletivas” e “implementação de políticas públicas”. Ao mesmo tempo, observou-se a presença de temáticas “governança pública”, “processos”, “transparência”, “*accountability*” e “responsabilidade fiscal”, outrora apontadas por metaestudos como escassas.

Em relação ao desenho metodológico, verificou-se haver predomínio da pesquisa de objetivo descritivo, de abordagem qualitativa e que utiliza mais de um meio de investigação, com presença expressiva do arranjo “pesquisa documental”, “estudo de caso” e “pesquisa de campo”. Para a coleta de dados, geralmente, os pesquisadores se utilizaram de questionários estruturados ou entrevistas semiestruturadas, e em casos pontuais houve o acompanhamento de fenômenos no tempo, com estudos de horizonte temporal longitudinal. Dentre as técnicas de análise de dados, primou-se pela Análise de Conteúdo ou Análise Temática e pela Estatística Descritiva, com uso menos frequente de outros procedimentos.

Ainda no tocante à metodologia, em determinadas pesquisas, observou-se uso não uniforme da terminologia e caracterizações que, em alguns casos, não explicitavam a literatura de referência. Nesse aspecto, os resultados aproximaram-se de metaestudos que apontam a prevalência de pesquisas qualitativas, a menor frequência de abordagens experimentais e desafios quanto à explicitação metodológica em torno da atividade científica em Administração Pública. Convergiram, ainda, com o predomínio qualitativo das dissertações do programa, relatado em estudos realizados na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e, especialmente, na Universidade Federal de Rondônia, em cujo estudo também se registrou dificuldade de identificação de alguns elementos teórico-metodológicos.

Na interpretação dos achados, à luz da Teoria Institucional, compreendeu-se que o padrão temático e metodológico nas IES não aparenta ser fruto do acaso. As dissertações transparecem o processo de institucionalização do próprio programa, inserido no macrocampo da Pós-graduação e da Pesquisa em Administração no país. As semelhanças entre "o que" e "como" se pesquisa na UFCG, na UFAL e na UFS podem ser vistas como resultado de processos isomórficos, da busca por legitimação e de estímulos/pressões de naturezas distintas (coercitivas, normativas e miméticas). Essas pressões envolvem o atendimento de requisitos, o caráter aplicado do mestrado, a necessidade de devolutiva à sociedade, a matriz comum de formação, a socialização metodológica da área da pesquisa em Administração no país, além da repetição de "casos que deram certo" ou "formatos bem aceitos".

Diante disso, a pesquisa realizada trouxe contribuições ao campo da Administração Pública e para o programa. Para o campo, trouxe um recorte regional em perspectiva ainda não realizada no âmbito de um mestrado profissional em rede, já que existiam estudos semelhantes sobre o PROFIAP apenas na UFMS, na Unir e nas instituições associadas de Minas Gerais. Trouxe contribuições para o PROFIAP na medida em que, a partir da análise situacional realizada, apresentou recomendações. As treze sugestões ao Comitê Gestor Nacional, detalhadamente apresentadas no Capítulo 5, foram idealizadas com vistas a fortalecer ainda mais a formação metodológica dos discentes, a ampliar a agenda temática das pesquisas, a contribuir com a gestão acadêmico-administrativa do PROFIAP e a fomentar a visibilidade da produção científica.

Como todo estudo científico que busca analisar a realidade e o faz por meio de escolhas teórico-metodológicas daquele que se propõe à atividade científica, este trabalho apresentou limites que precisam ser reconhecidos. Apesar de o recorte geográfico ter considerado o pioneirismo e a maturidade acumulada no período de 2014 a 2024 nas três primeiras instituições associadas do NE, a restrição do campo empírico para a UFCG, a UFAL e a UFS, dentre 41 instituições que compõem a rede PROFIAP, foi uma das limitações. Além disso, ainda no aspecto metodológico, também o fato de a análise temática ter sido conduzida com base nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave pode ser visto como ressalva.

Para investigações futuras, sugere-se replicar o protocolo de pesquisa desenvolvido e descrito no capítulo metodológico (com a associação do IRaMuTeQ à Análise Categorial e à Estatística Descritiva) em outras instituições associadas do PROFIAP ou mesmo em outros programas de pós-graduação, a fim de verificar se a configuração temático-metodológica repete-se em outras IES da rede ou se está presente em outros programas profissionais ou

acadêmicos do campo. Pesquisas podem tomar por objeto específico as lacunas identificadas. No âmbito do programa, é possível analisar se há relação entre o processo formativo curricular e as decisões metodológicas dos autores ou, ainda, verificar o impacto da produção científica correspondente.

Desta feita, a investigação não esgotou o tema, mas ratificou o PROFIAP enquanto coesa rede de pesquisa e pertinente objeto de investigação. Os resultados apresentados, especialmente as recomendações ao Comitê Gestor Nacional, podem subsidiar decisões de gestão e de formação. Longe de serem vistos como ressalvas, eles não devem ser observados de forma isolada, mas sim como um retrato que dialoga com o campo mais amplo da pesquisa em Administração no país. Nesse cenário, apesar da relativa homogeneização observada e interpretada, o arranjo em rede e a orientação aplicada do PROFIAP reforçam seu potencial de difundir soluções úteis à gestão pública e de recentralizar a Administração Pública no campo da pesquisa em Administração no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. S. M.; FLORES, R. F.; SANTOS, S. M. dos; CABRAL, A. C. de A.. ESTUDO BIBLIOMÉTRICO SOBRE A TEORIA INSTITUCIONAL: UMA CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA. **Contabilidade em Texto**, Porto Alegre, v. 19, n. 42, p. 1-15, 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/68774. Acesso em: 21 out. 2025.

ALVES, F. R. V. Rede Nordeste de Ensino (RENOEN) e algumas considerações sobre a noção de Doutorado Acadêmico x Doutorado Profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação,** v. 18, n. 39, p. 1–34, 2022. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1825. Acesso em: 11 maio 2025.

ARAÚJO, G. D.; MORAES, A. F. G. Do Descredenciamento à Reestruturação: o Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPB e os PNPGs. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 4, p. 195–203, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4501. Acesso em: 21 abr. 2025.

ANDIFES. PROFIAP amplia rede de 20 para 41 universidades federais**. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior**, Brasília-DF, 21 fev. 2024. Disponível em: https://www.andifes.org.br/2024/02/21/profiap-amplia-rede-de-20-para-41-universidades-federais/. Acesso em: 14 mai. 2025.

ASSUNÇÃO, P.; ZUIN, J. A. A. Avaliação do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional na perspectiva dos discentes. **Revista de Ciência**

Humanas, v. 20, n. 2, p. 106-127, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/11656/6362. Acesso em: 2 out. 2024.

BARBOSA, T. R. da C. G. **Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP.** Universidade Federal de Viçosa-UFV, 2014. Disponível em: https://www.ppg.ufv.br/wp-content/uploads/2014/06/profiap.pdf. Acesso em: 27 abr. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, E. C.; VALENTIM, M. C.; MELO, M. A. A. O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v.2, n.4, p. 124-138, 2005. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/84. Acesso em: 29 abr. 2025.

BERTERO, C. O. **Ensino e pesquisa em administração.** São Paulo: Cengage Learning, 2006.

BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba-PR, v. 3, n. 1, p. 147-178, jan./abr., 1999. Disponível em: https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/63. Acesso em: 22 jan. 2025.

BONAZZI, G**. Storia del pensiero organizzativo**. Collana di sociologia. Milano, Italia: Franco Agneli, 2000.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer CFE nº 977, de 3 de dezembro de 1965**. Brasília, DF: Conselho Federal de Educação, 1965. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES nº 79/2002**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2002/pces079_02.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucao-ces-2001. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78281-rces007-17-pdf/file. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007**. Estabelece normas para o

funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=858. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 60, de 20 de março de 2019.** Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=884. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação**. Portaria nº 922, de 24 de outubro de 2014.** Reconhece os cursos de Pós-graduação stricto sensu recomendados pelo Conselho Técnico-Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: https://prpg.usp.br/pt-br/138-administracao/legislacao/portarias-mec/8025-portaria-mec-922,-de-24-10-2014. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009.** Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009a. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=762. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009b. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=753. Acesso em: 11 maio 2025.

BRASIL. **Portaria número 131, de 28 de junho de 2017.** Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2017a. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1051. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRASIL. **Portaria número 389, de 23 de março de 2017.** Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017b. Ministério da Educação. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/24032017-portaria-no-389-de-23-de-marco-de-2017-pdf. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRUDNEY, Jeffrey L.; ENGLAND, Robert E. Toward a definition of the coproduction concept. **Public Administration Review,** v. 43, n. 1, p. 59-65, 1983. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/975300. Acesso em: 11 maio 2025.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto-SP, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez., 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 out. 2025.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **IRaMuTeQ: manual/tutoriais de instalação e análises textuais**. Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021**.**

CARPES, A. M.; SCHERER, F. L. ; SANTOS, M. B. ; FAGUNDES, M. C. S. ; HAHN, I. S. O uso da teoria institucional nas pesquisas científicas e os tópicos relacionados: uma amostra do panorama mundial. **Diálogo**, v. 2, n. 30, p. 125-143, 2015. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/2238-9024.15.18. Acesso em: 12 ago. 2025.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; SILVA, S. M. G. A trajetória conservadora da Teoria Institucional. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, n. especial, p. 469-496, dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/21893. Acesso em: 05 dez. 2024.

CABRAL, T. L. de O.; SILVA, F. C. da; PACHECO, A. S. V.; MELO, P. A. de . A CAPES e suas sete décadas: trajetória da Pós-Graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 16, n. 36, p. 1–22, 2020. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1680. Acesso em: 21 abr. 2025.

CAMPOMAR, M. C. **Carta aos coordenadores de cursos de especialização**: MBA do departamento de Administração da FEA/USP, de outros cursos de outros departamentos ou unidades, diretores da FIA e de outras fundações. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 21 nov. 2002. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/pesquisa-eaesp-files/arquivos/impacto_dos.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

COELHO, F. de S. **História do ensino de Administração Pública no Brasil (1854-2006):** antecedentes, ciclos e a emergência do Campo de Públicas. Brasília: Enap, 2019.

CORRÊA, V.; COELHO, F. de S.; TROTTMANN, P.; SARTI, F. M. Produção Científica e Rede de Pesquisadores em Administração Pública no Brasil: uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 3, p. 1–23. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5847. Acesso em: 22 abr. 2025.

COSTA, F. J. da; MACHADO, M. A. V.; CÂMARA, S. F. Por uma orientação ao impacto social da pós-graduação em administração no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 823–835, 2022. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/88188/82928. Acesso em: 15 jan. 2025.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE DEUS, L. A.; PAULA, C. E. A.; PAIVA, A. L. Análise das Dissertações do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) do estado de Minas Gerais. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 17, n. 34, p. 8–34, 2024. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/8764. Acesso em: 12 maio 2025

DIAS, T. de L.; SILVA, A. M. da; GIANORDOLI, V. Práticas na Gestão Pública Brasil e Portugal: uma análise bibliométrica. **PRISMA.COM**, n. 49, p. 03–23, 2024. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/14355. Acesso em: 15 maio 2025.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais (versão do artigo de 1983). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74–89, abr./jun, 2005. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rae/article/download/37123/35894. Acesso em: 13 abr. 2025.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** Tradução: Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FACHIN, R. C.; MENDONÇA, J. R. C. O conceito de profissionalização e da teoria institucional. *In:* VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Organizações, Instituições e Poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 29-45.

FADUL, E.; COELHO, F. de S.; COSTA, F. L. da; GOMES, R. C. Administração pública no Brasil: reflexões sobre o campo de saber a partir da Divisão Acadêmica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (2009-2013). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1329-1354, 2014. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/33376. Acesso em: 11 mai. 2025.

FADUL, E.; SILVA, L. P. da; CERQUEIRA, L. S. Análise do Campo da Administração Pública Através da Produção Científica Publicada nos Anais dos ENAPGS. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 59, p. 151-166, 2011. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3753. Acesso em: 25 abr. 2025.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, 2011. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7016. Acesso em: 21 abr. 2025.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. MPA FGV EAESP, primeiro programa de mestrado profissional do Brasil, completa 30 anos. **FGV EAESP**, 8 ago. 2023. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/noticias/mpa-fgv-eaesp-primeiro-programa-mestrado-profissional-brasil-completa-30-anos. Acesso em: 11 maio 2025.

FONSECA, V. S. da. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimento contemporâneos. *In:* VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Organizações, Instituições e Poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 47-67.

FRAUCHES, C. da C. A pós-graduação lato sensu, a lei e as normas do MEC. Brasília: **ABMES**, 06 out. 2014. Disponível em: https://abmes.org.br/documentos/detalhe/352/a-pos-graduacao-lato-sensu-a-lei-e-as-normas-do-mec. Acesso em: 28 jan. 2025.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GUARIDO FILHO, E. R.; MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Institucionalização da teoria institucional no contexto dos estudos organizacionais no Brasil**.** *In:* Encontro da Anpad, n. 33, 2009, São Paulo. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2009. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/EOR2085.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

HANSEN, J. A.; TUMMERS, L. A Systematic Review of Field Experiments in Public Administration. **Public Administration Review**, v. 80, n. 6, p. 921–931, 2020. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/puar.13181. Acesso em: 7 maio 2025.

HENDREN, K.; NEWCOMER, K.; PANDEY, S. K.; SMITH, M.; SUMNER, N. How qualitative research methods can be leveraged to strengthen mixed methods research in public policy and public administration? **Public Administration Review**, v. 83, n. 3, p. 468-485, 2022. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/puar.13528. Acesso em: 7 maio 2025.

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; ROSSONI, L.; FERREIRA JÚNIOR, I. F. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 655-680, 2008. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6649/5233. Acesso em: 24 abr. 2025.

HUGHES, E. C. O Aspecto ecológico das instituições. Tradução: Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 17, n. 50, p. 31-38, agosto de 2018. Disponível em: https://www.cchla.ufpb.br/rbse/HughesKouryTradArtago18.pdf. Acesso em 11 abril 2025.

IKEDA, A. A.; CAMPOMAR, M. C.; VELUDO DE OLIVEIRA, T. M. A pós-graduação em administração no Brasil: definições e esclarecimentos. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 6, n. 12, p. 33-41, 2005. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/215. Acesso em: 20 abr. 2025.

ISMAIL, I.; HARTATI, S. Trend on public administration research: bibliometric analysis. **Journal of Governance & Regulation**, Bandung, v. 12, n. 1, p. 401-410, 2023. Disponível em: https://virtusinterpress.org/IMG/pdf/jgrv12i1siart18.pdf. Acesso em: 5 mai. 2025.

KRUGER, J. M. **Metodologia da pesquisa em Administração:** em linguagem descomplicada. 1. ed. Curitiba-PR: Editora Bagai, 2023.

LAMAS, D. E.; REZENDE, V. A.; MENDONÇA, F. M. D. O perfil do aluno do mestrado profissional em administração pública na rede nacional brasileira: uma análise de expectativas e motivações. **Education Policy Analysis Archives** , v. 29, p. 50, 2021. Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5870. Acesso em: 11 mai. 2025.

LAUROS, F. R.; SILVA, M. L. Análise bibliométrica das dissertações do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Administração Pública da Fundação Universidade Federal de Rondônia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.15, n. 2, 2023. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/7109. Acesso em: 5 dez. 2024.

LIMA FILHO, D. de S.; CARNEIRO, T. C. J. Formação de Administradores Públicos: a importância do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 3, n. 2, p. 128–131, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32246. Acesso em: 19 abr. 2025.

LIMA, V. M. do R.; AMARAL-ROSA, M. P.; RAMOS, M. G. Análise Textual Discursiva apoiado por software: IRaMuTeQ e a análise de subcorpus**. New Trends in Qualitative Research***,* v. 7, p. 1–9, 2021. Disponível em: https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/298. Acesso em: 11 maio 2025.

MACHADO-DA-SILVA, C. L, GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. 1. p. 159-196, 2006. Disponível em: https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/806/803. Acesso 13 dez. 2024.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; NASCIMENTO, M. R. do; OLIVEIRA, P. T. Institucionalização da mudança na sociedade brasileira: o papel do formalismo. *In:* VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Organizações, Instituições e Poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 179-202.

MARTINS, P. E. M. Revisitando os clássicos da RAP. **Rev. Adm. Pública**, v. 41, p. 49-65, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/g7TGz9jHXpdss3T8sd8Ff3s/ Acesso em: 06 jan. 2025.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. **Organizações institucionalizadas: mito e cerimonial de sua estrutura formal***.* Versão em português do artigo de 1977. Tradução: Manuel Girard. Brasília: IPEA/SEPLAN, 1986. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/efdd7535-5e31-4803-87e4-b11c851cc6ec/content. Acesso em 3 maio 2025.

NASCIMENTO, G. C.; RODRIGUES, V. J. R. J.; MEGLIORINI, E. Conceitos da teoria institucional: fonte propulsora de evolução para a gestão de desempenho. *In:* XVII Congresso Brasileiro de Custos, 2010, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Fortaleza: CBC, 2010. Disponível em: https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/761/761. Acesso em 10 maio 2025.

OLIVEIRA, J. de S. **A estrutura de poder tradicional no stricto sensu: o caso do mestrado profissional em administração pública em rede nacional**. 2014. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: https://ppgprofiap.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/120/2016/12/FernandoPSO_TESE.pdf. Acesso em: 05 out. 2024.

OSPINA, S. M.; ESTEVE, M.; LEE, S. Assessing qualitative studies in public administration research. **Public Administration Review**, v. 78, n. 4, p. 593-605, 2018. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/puar.12837. Acesso em: 7 maio 2025.

OYADOMARI, J. C.; MENDONÇA, O. R. de; CARDOSO, R. L.; LIMA, M. P. de. Fatores que influenciam a adoção de artefatos de controle gerencial nas empresas brasileiras: um estudo exploratório sob a ótica da teoria institucional. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 55-70, 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2352/235217215005.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

PACHECO, R. S. Administração Pública nas revistas especializadas - Brasil, 1995-2002. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 4, 63-71, out-dez, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/wWd4v7tHHL6X9tZtnfXBzSk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 abr. 2025.

PAULA, A. P. P. de. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. Resenha de: KEINERT, T. M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000. 212 p. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 235–238, mar./abr. 2001. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/download/6378/4963/12168. Acesso em: 28 out. 2025.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2006. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/4959. Acesso em: 25 ago. 2025.

PEREIRA, J. S.; SILVA, J. D. L.; REZENDE, V. A. Agenda Pública e o Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP: uma análise a partir do Model Multiple Streams, de Kingdon. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 16, n. 31, p. 225–250, 2023. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/7530. Acesso em: 12 mai. 2025.

PEREIRA, F. A. de M.. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Revista Organizações em Contexto**, v. 8, n. 16, p. 275-295, 2012. Disponível em: https://biblat.unam.mx/hevila/Revistaorganizacoesemcontexto/2012/no16/11.pdf. Acesso em: jun. 2025.

PICORELI, T. **Importância do regimento interno do PROFIAP/Unir: fundamentos e desafios na Administração Pública.** 2024. 81 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2024. Disponível em: https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/5330/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20e%20PTT%20-%20Tatiane%20Picoreli%20-%20Vers%c3%a3o%20Final.pdf. Acesso em: 1 jan. 2025.

PINTO, M. S; SANTOS JÚNIOR, A. J; SILVA, C. M.; CASAGRANDA, Y. G. ASPECTOS DA PESQUISA CIENTÍFICA NO PROFIAP-UFMS. *In*: Primeiro Congresso Internacional e Segundo Congresso Nacional em Administração Pública da Rede Nacional PROFIAP. **Anais** [...]. Maceió: Even3, 2023. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/1ciap-profiap2023/667028-aspectos-da-pesquisa-cientifica-no-profiap-ufms/. Acesso em: 12 mai. 2025.

PROFIAP. **Regimento Nacional do PROFIAP.** 2023a. Disponível em: https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2025/03/Regimento-061023.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

PROFIAP. **Edital 017/2023 – Expansão da Rede de Instituições Associadas ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP**. Expansão da rede, 2023b. Disponível em: https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2023/11/edital-017-2023-expansao-da-rede-de-instituicoes-associadas-ao-mestrado-profissional-em-administracao-publica-em-rede-nacional-profiap.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

PROFIAP. **Normas Acadêmicas Nacionais**. Fórum de Coordenadores: Maceió-AL, 2023c. Disponível em: https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2023/02/normas-academicas.pdf. Acesso em: 08 set. 2025.

PROFIAP. **Edital n.º 001/2015 – Chamada à Propostas de Adesão ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP**. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2582015-edital-de-adesao-ao-profiap-pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

PROFIAP. **História do PROFIAP.** Universidade Federal de Goiás. 2024. Disponível em: https://profiap.fct.ufg.br/p/35625-historia. Acesso em: 01 dez. 2024.

PROFIAP. **Normas Acadêmicas Nacionais**. Fórum de Coordenadores: Natal-RN, 2025a. Disponível em: https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2025/06/normas-academicas-atualizado-em-05-06-2025.pdf. Acesso em: 08 set. 2025.

PROFIAP. **Regulamento Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional PROFIAP.** Vitória-ES, 2019. Disponível em: https://ppgprofiap.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/120/2019/08/profiap-regulamento-28-06-19.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

PROFIAP. **Regimento Nacional do PROFIAP.** 2021. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/profiap/profiap-regimento-nacional-aprovado-em-09-07-2021-versao-02.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

PROFIAP. **Regulamento do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional**. 2020. Atualizado em 28 de junho de 2019, Reunião de Coordenadores, Vitória/ES. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/RESOLUCOES-CEPEC/2020/Res.%20040_Aprovar%20o%20novo%20Regulamento%20do%20Mestrado%20Profissional%20em%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20%20em%20Rede%20da%20UFGD%20da%20Faculdade%20de%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Ci%C3%AAncia%20%20cont%C3%A1beis%20%20e%20economia%20-%20FACE..pdf?utm_source. Acesso em: 14 maio 2025.

PROFIAP. **Relatório de Impacto PROFIAP 2021-2024.** Brasília, DF: PROFIAP, 2025b. Disponível em: https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-de-Impacto-PROFIAP-2021-2024_anexos.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025.

QUINELLO, R. **A Teoria Institucional aplicada à Administração:** entenda como o mundo invisível impacta na gestão dos negócios. São Paulo: Novatec Editora, 2007.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. *In:* CLEGG, S.; C. HARDY, C.; NORD, W. **Handbook de estudos organizacionais.** Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1998.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/72. Acesso em: 11 mai. 2025.

RIBEIRO, R. J. Ainda sobre o Mestrado Profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 313-315, dez. 2006. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/113. Acesso em: 19 abr. 2025.

RIBEIRO, R. J. Para que serve a avaliação da pós-graduação. A visão da CAPES. **Revista Argentina de Educación Superior**, v. 4, n. 5, p. 6, out. 2012. Disponível em: https://untref.edu.ar/raes/documentos/raes_5_ribeiro.pdf. Acesso em: 14 maio 2025**.**

RODIGHERI, S; SOUSA, M. R. de; BINOTTO, E.; ALMEIDA, V. L. A implantação do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional: o caso de uma universidade. *In:* XVI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. **Anais** [...]. Arequipa: UFSC, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/172029/OK%20-%20103_00461%20OK.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 dez. 2024.

SAMPAIO, R. C.; SANCHEZ, C. S.; MARIOTO, D. J. F.; ARAUJO, B. C. dos S.; HERÉDIA, L. H. O.; PAZ, F. S.; TIGRINHO, C. S.; SOUZA, J. R. de. Muita Bardin, pouca qualidade: uma avaliação sobre as análises de conteúdo qualitativas no Brasil. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 10, n. 25, p. 464-494, set./dez, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.25.547. Acesso em: 10 out. 2025.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial:** manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021.

SARFATI, G. Professional master's degree: Another "jabuticaba" or a bridge between theory and practice? **Innovations in Education and Teaching International**, v. 59, n. 5, p. 555–563, 2021. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14703297.2021.1947344. Acesso em: 11 maio 2025.

SALVIATI, M. E. **Manual do aplicativo IRaMuTeQ** (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2. 3). Planaltina, 2017. Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati/view. Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, N. S. Vertentes e principais aspectos da teoria institucional para o estudo das organizações e sua sustentabilidade. *In:* XI Colóquio de Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade: Reinvenções Organizacionais em Tempos de Transição, 2020, Belém. **Anais** [...]. Belém: Unama, 2020. Disponível em: https://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/2266. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, V. C.; TROTTMANN, P; COELHO, F. de S.; SARTI, F. M. A Produção Científica em Administração Pública no Brasil: descrição e análise de alguns resultados de uma investigação para o período 2000-2010. *In:* XXXVIII Encontro da ANPAD. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/68/2013_EnANPAD_APB2268.pdf. Acesso em: 12 mai. 2025.

SOUSA, Y. S. O. O uso do software IRaMuTeQ: fundamentos de Lexicometria para pesquisas qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1541–1560, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/64034. Acesso em: 20 out. 2025.

SIENA, O; BRAGA, A. A.; OLIVEIRA, C. M. de; CARVALHO, E. M. de. **Metodologia da Pesquisa Científica e Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. Belo Horizonte - MG: Editora Poisson, 2024.

SMOLSKI, F. M. da S.; DALCIN, D.; VISENTINI, M. S.; BAMBERG, J.; KERN, J. S. Análise do perfil da produção científica da Revista de Administração Pública (RAP) no período 2003-16. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 6, p. 1139–1163, 2017. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/72850. Acesso em: 25 abr. 2025.

SOUZA, C. Pesquisa em administração pública no Brasil: uma agenda para o debate. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 43-61, 1998. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7780. Acesso em: 24 abr. 2025.

SCOTT, W. Richard. **Institutions and Organizations: Ideas, Interests, and Identities.** 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. *In:* CLEGG, S. **Handbook de estudos organizacionais I.** São Paulo: Atlas, 1999, v. 3, p. 196-219.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. Sobre Organizações, Instituições e Poder. *In:* VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Organizações, Instituições e Poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 11-26.

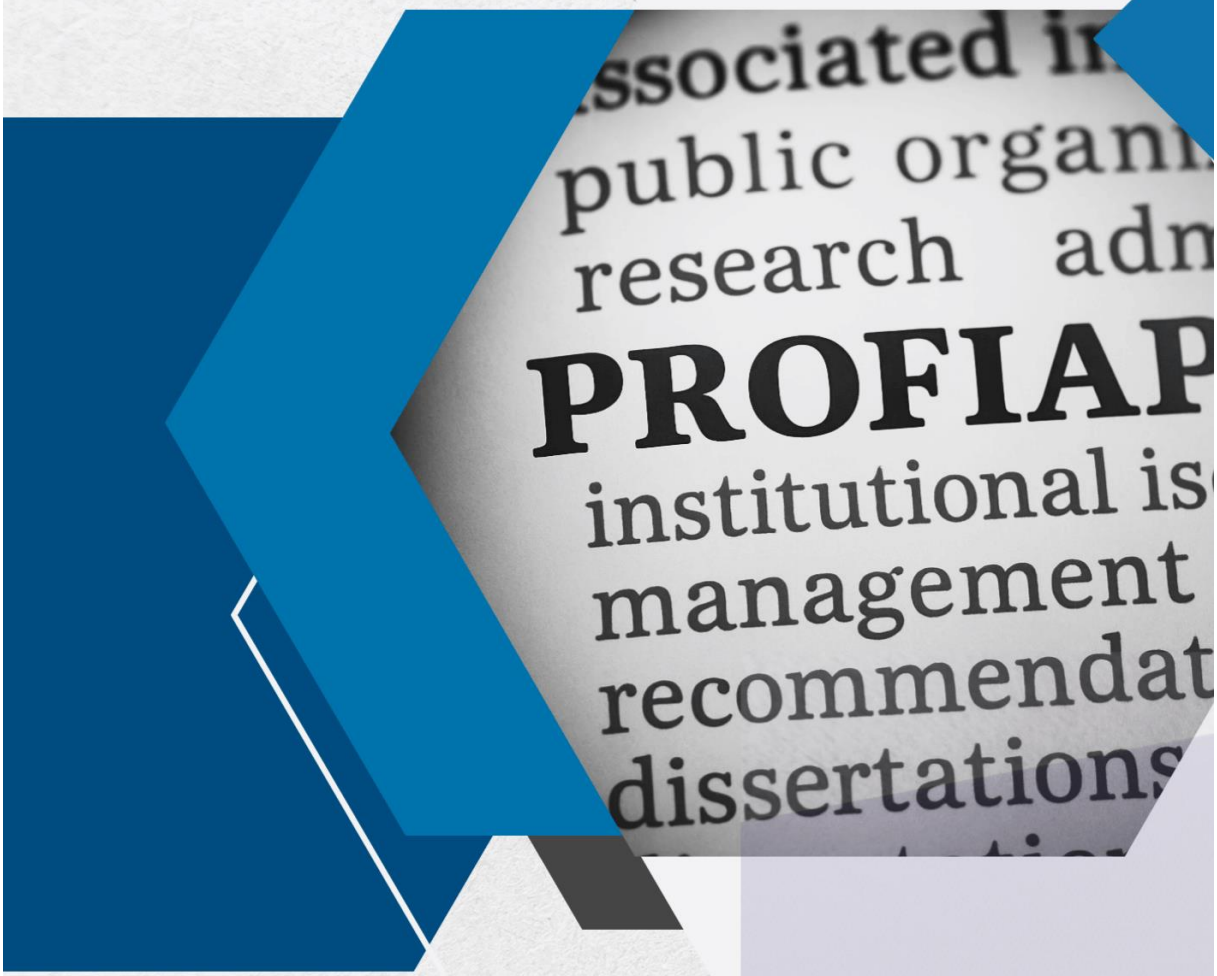
WAIANDT, C.; FISCHER, T. O ensino dos estudos organizacionais nas instituições brasileiras: um estudo exploratório nos cursos de pós-graduação stricto sensu de administração. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 14, n. 4, p. 785–836, 2013. Disponível em: https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/53. Acesso em: 23 abr. 2025.

WEI, R.; LIU, X.; LYU, P. Bibliometrics of public administration research hotspots: Topic keywords, author keywords, keywords plus analysis. **Heliyon**, v. 10, n. 21, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e39352. Acesso em: 7 mai. 2025.

APÊNDICE A – RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UFCG
Universidade Federal de Campina Grande



DISSERTAÇÕES DO PROFIAP EM INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS DO NORDESTE

relatório técnico de recomendações ao programa

DISSERTAÇÕES DO PROFIAP EM INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS DO NORDESTE: RELATÓRIO TÉCNICO DE RECOMENDAÇÕES AO PROGRAMA

Relatório técnico apresentado pelo mestrando João Paulo de Sousa Ferreira ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede - PROFIAP, sob orientação da Profa. Dra. Marcleide Maria Macêdo Pederneiras e coorientação do Prof. Dr. Vorster Queiroga Alves, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



SUMÁRIO

Resumo 04

Contexto 05

Público-alvo 06

Descrição da situação-problema 07

Objetivos das recomendações 08

Diagnóstico e análise 09

Recomendações 10

Envolvidos na implementação 14

Responsáveis pela proposta e data 15

Referências 16

Protocolo de recebimento 17

RESUMO

A pesquisa que deu origem às recomendações deste Relatório Técnico Conclusivo objetivou analisar a configuração temático-metodológica das dissertações do PROFIAP nas três primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) associadas da Região Nordeste (NE): Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Analisaram-se 274 dissertações produzidas entre 2014 e 2024. A identificação das temáticas recorreu à Análise Categorial (AC) de Bardin (2011), associada ao software IRaMuTeQ; enquanto a verificação do delineamento metodológico, à Estatística Descritiva e ao Microsoft Excel. Os resultados foram discutidos com a literatura da área e cotejados com metaestudos nacionais e estrangeiros. A interpretação considerou a Teoria Institucional. Apontou-se a existência de um padrão temático e metodológico de pesquisa. As temáticas partiram de um núcleo comum, presente nos repertórios das três instituições associadas: "gestão", "eficiência", "informação", "transparência", "controle" e "recursos".

No delineamento metodológico, predominou a pesquisa descritiva, qualitativa, com combinações de meios de investigação documental, de estudo de caso e de campo, em horizonte temporal transversal. Os achados convergiram com outros metaestudos do PROFIAP e, em parte, com o panorama da atividade científica em Administração Pública. Houve baixa representatividade de estudos sobre "liderança", "participação cidadã", "avaliação de resultados", "impacto no usuário" do serviço público, "ações coletivas" e "implementação de políticas públicas", bem como espaço para diversificar o tratamento metodológico. Concebendo-se o PROFIAP como ator do macrocampo organizacional da "Pós-graduação" e da "Pesquisa em Administração" no país, as semelhanças temático-metodológicas guardam relação com isomorfismos coercitivos, normativos e miméticos. Apesar do campo empírico restrito às três IES, este relatório apresenta recomendações e sinaliza possibilidades de ampliação da agenda temática, de diversificação do tratamento metodológico e de gestão acadêmico-administrativa do programa.



"este relatório apresenta recomendações e sinaliza possibilidades de ampliação da agenda temática, de diversificação do tratamento metodológico e de gestão acadêmico-administrativa do programa ".

CONTEXTO

Desde a década de 1970, a pós-graduação no Brasil se expandiu de forma desigual. No caso da Administração Pública, foi sobretudo após a Constituição Federal de 1988, com a busca pela profissionalização da gestão pública, que se ampliou a oferta de cursos *stricto sensu* na área (Coelho, 2019; Fadul *et al.*, 2014).

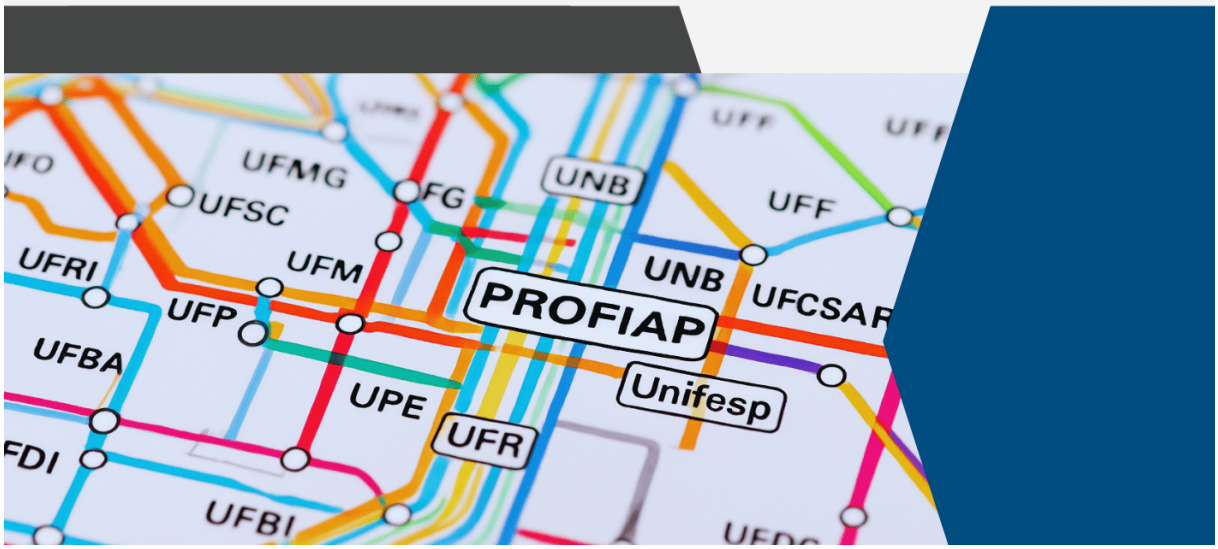
Assim, a carência de pós-graduações em regiões mais desassistidas motivou a concepção de um mestrado em rede em Administração Pública e, em 2014, nasceu o PROFIAP, com o propósito de capacitar gestores públicos em todo o território nacional e contribuir para a mitigação de desigualdades regionais (Lima Filho; Carneiro, 2013).

Estruturado em rede, o PROFIAP iniciou as atividades em 9 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e, em 2024, reunia 41 instituições associadas espalhadas pelo país (Andifes, 2024).

Em paralelo a isso, no cenário da expansão da produção científica em Administração e Administração Pública, há algum tempo metaestudos têm se voltado a discutir e avaliar as escolhas metodológicas, a pertinência temática e o impacto das pesquisas para o campo (Bertero; Caldas; Wood Jr., 1999; Silva *et al.*, 2013; Corrêa *et al.*, 2019).

Desta feita, por ocasião do decênio de funcionamento do PROFIAP e da correspondente produção intelectual na área, com base na análise da configuração temático-metodológica das dissertações do mestrado em Administração Pública PROFIAP em três instituições associadas da Região Nordeste (NE), neste relatório técnico são apresentadas recomendações ao programa.

> O PROFIAP iniciou as atividades em 9 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e, em 2024, reunia 41 instituições associadas espalhadas pelo país (Andifes, 2024)".



PÚBLICO-ALVO

As recomendações são dirigidas principalmente ao PROFIAP enquanto programa, em suas instâncias de gestão: Comitê Gestor Nacional, Diretoria Acadêmica Nacional, comissões temáticas (Currículo Acadêmico, Legislação e Normas, Autoavaliação, Sites e Redes Sociais, Convênios etc.) e coordenações locais das instituições associadas, responsáveis pela definição de metas, revisões normativas e ações de gestão. Indiretamente, alcançam também docentes, orientadores e discentes do PROFIAP, na medida em que incidem sobre a concepção, a orientação e o desenvolvimento das pesquisas realizadas na rede.

DESTINATÁRIOS DIRETOS

- Comitê Gestor Nacional do PROFIAP;
- Diretoria Acadêmica Nacional;
- Comissões do PROFIAP (Currículo, Legislação e Normas, Autoavaliação, Sites, Convênios, dentre outras);
- Coordenações locais das instituições associadas.

PÚBLICO IMPACTADO

- Docentes e orientadores do PROFIAP;
- Discentes do mestrado;
- Instituições associadas e órgãos públicos parceiros.

PROFIAP



DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Apesar da expansão do PROFIAP e do decênio de produção de dissertações entre 2014 e 2024, ainda não se dispunha de uma análise que, na linha de mapeamentos já realizados na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na Universidade Federal de Rondônia e nas instituições associadas de Minas Gerais, contemplasse o pioneirismo, a maturidade acumulada e a configuração temático-metodológica de pesquisa nas três primeiras instituições associadas do Nordeste. Verificou-se a existência de uma configuração temático-metodológica de pesquisa que, em certa medida, guarda proximidade com o que aponta a literatura sobre a produção científica da área e com os desafios que se colocam para o campo, o que fundamenta as recomendações apresentadas neste relatório. Os resultados detalhados são apresentados na seção Diagnóstico e análise.

OBJETIVO DAS RECOMENDAÇÕES

Oferecer subsídios para o desenvolvimento das pesquisas e para a gestão acadêmico-administrativa do PROFIAP, com base na análise temático-metodológica das dissertações produzidas entre 2014 e 2024 em três instituições associadas do Nordeste.

Objetivos específicos

- Favorecer a formação metodológica dos discentes e a diversificação de abordagens de pesquisa;
- Estimular a atualização da agenda temática, em diálogo com temas emergentes e lacunas da literatura nacional e internacional;
- Contribuir com a gestão do PROFIAP em áreas-chave da sua estruturação (linhas de atuação, grupos de pesquisa, autoavaliação, convênios, coorientação);
- Fomentar a visibilidade da produção do programa, com medidas de organização e padronização da produção técnica.



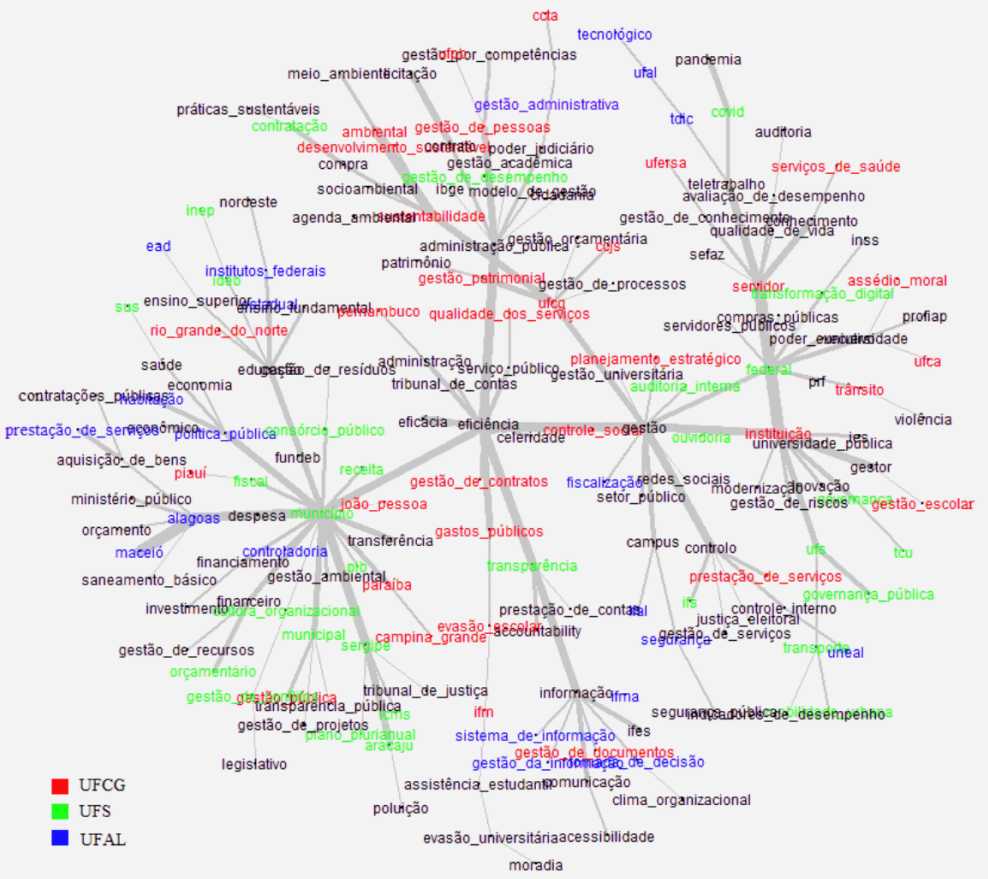
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

TEMÁTICAS

A partir da Classificação Hierárquica Descendente no IRaMuTeQ, observou-se que as pesquisas se organizaram em cinco classes temáticas: "Gestão Fiscal e Políticas Setoriais"; "Transparência e *Accountability*"; "Gestão Pública e Ifes"; "Serviços e Contratações Públicas"; e "Governança e Transformação Digital". A Análise de Similitude (exposta no mapa abaixo) e o v.test de especificidade permitiram verificar que as temáticas partiram de um núcleo comum: "gestão", "administração pública", "instituição", "informação", "transparência", "controle" e "eficiência". Há um repertório temático comum (padrão temático), a partir do qual se desdobraram outros repertórios por instituição, que em maior ou menor medida guardam relação com esse núcleo.

Em relação às lacunas, em comparação com agendas internacionais e metaestudos da área, a produção apresentou baixa representatividade de "liderança", "participação cidadã", "avaliação de resultados" e "impacto no usuário" do serviço público, bem como menor ênfase em "ações coletivas" e "implementação de políticas públicas". Ao mesmo tempo, observou-se a incorporação de temáticas como "governança pública", "processos", "transparência", "*accountability*" e "responsabilidade fiscal".

Governança e Transformação Digital	Gestão Pública e Ifes	Serviços e Contratações Públicas	Gestão Fiscal e Políticas Setoriais	Transparência e *Accountability*



Fonte: resultados do IRaMuTeQ (2025)

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

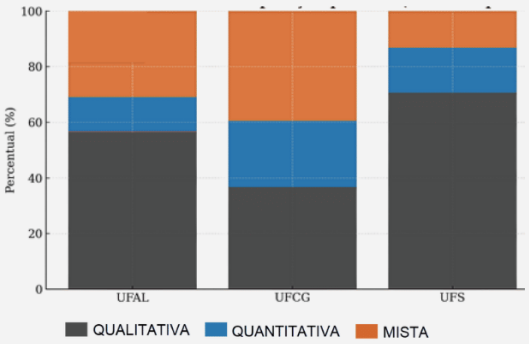
DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A análise das dissertações revelou uma configuração metodológica relativamente estável. Predominaram pesquisas de objetivo descritivo (77,7%) e com abordagem qualitativa (52%). Quanto aos meios de investigação, geralmente recorrendo a mais de um deles, os mais utilizados foram pesquisa documental (75,3%), estudo de caso (46,1%) e pesquisa de campo (61,8%), arranjo muito presente nas três instituições associadas.

Na coleta de dados, sobressaíram questionários estruturados (69,9%) e entrevistas semiestruturadas (78,3%), frequentemente utilizados em conjunto, além de observação direta. Quanto às técnicas de análise de dados, primou-se pela Análise de Conteúdo ou Análise Temática (56,1%) e pela Estatística Descritiva (35,8%), com uso menos expressivo de outros procedimentos.

Apesar de todas as dissertações apresentarem seção metodológica, em parte delas, observou-se variação de terminologia e caracterizações que não faziam referência explícita à literatura sobre métodos de pesquisa, em linha com debates nacionais sobre desafios teórico-metodológicos na pesquisa em Administração. Delineamentos quantitativos (23,9%), explicativos (5,8%), experimentais (0,7%) e de pesquisa-ação/participante (6,9%) foram menos frequentes. Assim como se mostraram pontuais estudos longitudinais (4,4%), isto é, com acompanhamento ao longo do tempo.

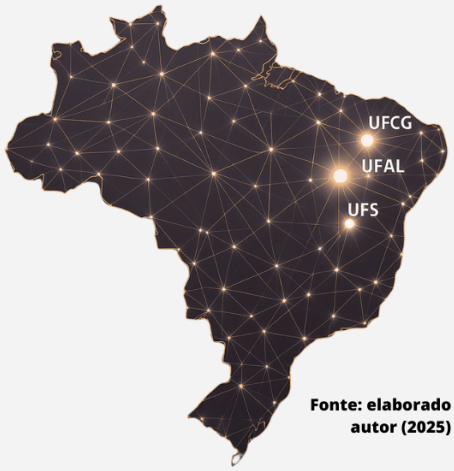
Dissertações quanto à natureza dos dados (por IES)



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

CAMPO EMPÍRICO

A presença expressiva de unidades lexicais que, para fins da análise, foram denominadas "marcadores geográficos" apontou para uma maior ênfase investigativa em contextos locais específicos. De modo complementar, unidades denominadas "marcadores institucionais" sinalizaram maior recorrência de estudos sobre o serviço público, tendo as Instituições de Ensino Superior como principal campo empírico, na linha do verificado por De Deus, Paula e Paiva (2024) em instituições associadas do PROFIAP em Minas Gerais.



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Marcadores institucionais*:

"ifs", "ifal", "ifpb", "ifba", "ifrn", "ufpb", "ufpe", "ufrn", "uneal", "ufersa", "ifpe", "ifma", "ifce" e "ifpi".

Marcadores Geográficos*:

"paraíba", "alagoas", "sergipe", "joão_pessoa", "campina_grande", "maceió", "aracaju".

*** rol exemplificativo, dentre os mais característicos.**



RECOMENDAÇÕES

Diante das aproximações, configuração de pesquisa e das lacunas identificadas em parte das dissertações, as recomendações seguintes são apresentadas como sugestões, com o objetivo de oferecer subsídios para o desenvolvimento das pesquisas e para a gestão acadêmico-administrativa do PROFIAP.

O fato de terem sido elaboradas por um pesquisador que estava inserido no ambiente de pesquisa não obstou a busca por uma postura analítica imparcial, uma vez que foram elaboradas com base em achados decorrentes de um protocolo de pesquisa replicável, conforme descrito no texto integral da Dissertação.

Ademais, embora devam ser consideradas em um plano macro, já que o campo empírico da pesquisa se restringiu à UFAL, UFS e UFCG, tais recomendações merecem atenção e podem subsidiar reflexões em nível nacional por terem sido verificadas todas as dissertações produzidas durante o decênio da existência do programa (2014-2024) nessas três instituições, que estão vinculadas à rede desde a sua criação.

RECOMENDAÇÕES QUANTO À FORMAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DAS PESQUISAS

i) Meta quinquenal para estudos de natureza quantitativa e mista

Definir, em nível de rede, uma meta quinquenal (2026-2030) para elevar a participação de dissertações quantitativas (≥ 25%) e de métodos mistos (≥ 30%), atenuando a atual concentração na abordagem qualitativa.

ii) Trilha de formação metodológica complementar

Criar uma trilha anual de formação metodológica (workshops, minicursos, seminários, dentre outros eventos), articulada às disciplinas do programa. A participação seria computada como carga horária complementar do primeiro ano de curso e contribuiria para um melhor delineamento das pesquisas desde a fase de projeto.

iii) Check-list de relato metodológico para a qualificação

Instituir um formulário-padrão de qualificação que requeira explicitação metodológica clara de objetivos, natureza, meios, instrumentos, técnicas de análise, horizonte temporal e bases teóricas da pesquisa em desenvolvimento.

iv) "Guia" ou "Vitrine de Boas Práticas Metodológicas"

Elaborar um guia (ou vitrine) de boas práticas metodológicas, com exemplos de dissertações e PTTs bem estruturados, para melhor orientar os discentes na escolha e no relato dos seus delineamentos. O guia poderia somar-se à premiação existente no âmbito do programa para os melhores PTTs e aos eventos bienais realizados pela rede.

v) Encontros sobre temas emergentes

Promover encontros semestrais, com a participação de pesquisadores da área e especialistas, sobre temáticas emergentes em Administração Pública, mantendo a agenda de pesquisa do PROFIAP próxima das discussões nacionais e internacionais mais atuais.

vi) Estruturação de grupos de pesquisa

Mapear, fortalecer e criar grupos de pesquisa vinculados às linhas do PROFIAP e aos órgãos públicos parceiros, com metas factíveis de produção e impacto que consolidem a rede de pesquisa do programa.

RECOMENDAÇÕES QUANTO À GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DO PROGRAMA

i) Monitoramento de meta dentro da Autoavaliação

Incluir nas normas e nos relatórios de autoavaliação o acompanhamento sistemático da meta quinquenal de ampliar estudos quantitativos e mistos. Nesse caso, pode ser adotado um *dashboard* para acompanhar o cumprimento dos percentuais definidos.

ii) Revisão de linhas de atuação

Rever a atual divisão do programa em duas linhas de atuação e avaliar a viabilidade de reestruturá-las em três ou quatro mais específicas (considerando, entre outros subsídios, evidências temáticas deste e de outros estudos), de modo a melhor viabilizar a aderência das dissertações à área de concentração e a gestão da produção científica.

iii) Banco de Relatórios Técnico Conclusivos

Criar um repositório unificado, em nível de rede PROFIAP, que reúna relatórios técnicos, recomendações e PTTs, assim como há um para dissertações. Essa medida poderia aumentar a visibilidade desses produtos e viabilizar melhor consultas sistemáticas.

iv) Convênios de cooperação para pesquisa aplicada

Instituir "convênios de cooperação para pesquisa aplicada" com organizações interessadas em receber atuação científica da rede, distintos daqueles voltados apenas às IES ou à reserva de vagas para servidores, de modo a ampliar o campo empírico de pesquisa e a reduzir a concentração de estudos em IES.

v) Coorientação interinstitucional

Estimular coorientações entre docentes de diferentes instituições associadas ao PROFIAP (incluindo docentes externos à rede), aproveitando a figura do coorientador já prevista nas normas, para diversificar agendas de pesquisa e fortalecer a rede acadêmica do programa.

vi) Vocabulário controlado de referência para indexação

Desenvolver um banco de descritores específicos do PROFIAP para orientar a escolha de palavras-chave nos resumos, padronizar a indexação nos repositórios e facilitar mapeamentos temáticos e análises de impacto do programa.

vii) Obrigatoriedade da disciplina "Métodos Quantitativos aplicados à Administração Pública"

Tornar obrigatória (após estudo de oferta e demanda) a disciplina de "Métodos quantitativos aplicados à Administração Pública", de modo a fortalecer a formação nessa abordagem e apoiar o incremento de pesquisas quantitativas.

ENVOLVIDOS NA IMPLEMENTAÇÃO

Instâncias nacionais

- Comitê Gestor Nacional do PROFIAP;
- Diretoria Acadêmica Nacional;
- Comissão de Planejamento;
- Comissão de Legislação e Normas;
- Comissão de Currículo Acadêmico;
- Comissão de Autoavaliação Acadêmica;
- Comissão de Convênios;
- Comissão de Sites e Redes Sociais.

Definem normas, metas e diretrizes em nível de rede PROFIAP.

Instâncias locais

- Comissão Acadêmica Local;
- Coordenação PROFIAP nas IES associadas;
- Docentes e orientadores do programa.

Implementam e acompanham, em cada instituição associada, ações decorrentes das decisões em nível de rede.



RESPONSÁVEIS PELAS RECOMENDAÇÕES

João Paulo de Sousa Ferreira

Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal de Campina Grande. Bacharel em Direito (UFCG) e em Segurança Pública (UEPB). Licenciado em Letras (UNICV). Especialista em Gestão e Direito de Trânsito (Focus). Oficial da Polícia Militar da Paraíba. Atua e pesquisa nas áreas de Administração Pública, Segurança Pública, Educação, Linguística, Direito Militar e Trânsito. Integrante do grupo de pesquisa Gestão em Administração Pública, Contabilidade, Turismo e Hotelaria (GAPCTUH) na linha de pesquisa Administração e Gestão Pública.

E-mail: joaopaulo.sousa48@gmail.com

Marcleide Maria Macêdo Pederneiras

Pós-Doutora em Contabilidade na Universidade do Minho-Portugal, Escola de Economia e Gestão-EEG. Doutora em Administração pelo PROPAD/UFPE. Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2003). Graduação em Ciências Contábeis - Unipê Centro Universitário de João Pessoa (1995). É Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba e professora permanente do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede PROFIAP (UFCG). Tem experiência na área de Ciências Contábeis, atuando nos temas: educação em contabilidade, adm. pública, medição de desempenho hoteleiro. É líder do GRUPO DE PESQUISA - GAPCTUH/CNPq/UFPB - Gestão em Adm. Pública, Contabilidade, Turismo e Hotelaria.

E-mail: marcleide@gmail.com

Vorster Queiroga Alves

Doutor em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2022), MBA em Gestão Empreendedora e Inovação (2017), Mestrado Acadêmico em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (2007), Especialização em Marketing pela UEPB (2003), Graduação em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba (2000). É professor da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sousa, nos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Professor do Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP. Tem experiência nas áreas de Tecnologia da Informação e Gestão organizacional.

E-mail: vorsterqueiroga@gmail.com



REFERÊNCIAS

ANDIFES. PROFIAP amplia rede de 20 para 41 universidades federais. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Brasília-DF, 21 fev. 2024. Disponível em: https://www.andifes.org.br/2024/02/21/profiap-amplia-rede-de-20-para-41-universidades-federais/. Acesso em: 14 mai. 2025.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba-PR, v. 3, n. 1, p. 147-178, jan./abr., 1999. Disponível em: https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/63. Acesso em: 22 jan. 2025.

COELHO, F. de S. História do ensino de Administração Pública no Brasil (1854-2006): antecedentes, ciclos e a emergência do Campo de Públicas. Brasília: Enap, 2019.

CORRÊA, V.; COELHO, F. de S.; TROTTMANN, P.; SARTI, F. M. Produção Científica e Rede de Pesquisadores em Administração Pública no Brasil: uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. Administração Pública e Gestão Social, v. 11, n. 3, p. 1–23. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5847. Acesso em: 22 abr. 2025.

DE DEUS, L. A.; PAULA, C. E. A.; DE PAIVA, A. L. Análise das Dissertações do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) do estado de Minas Gerais. Perspectivas em Políticas Públicas, v. 17, n. 34, p. 8–34, 2024. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/8764. Acesso em: 12 maio 2025.

FADUL, E.; SILVA, L. P. da; CERQUEIRA, L. S. Análise do Campo da Administração Pública Através da Produção Científica Publicada nos Anais dos ENAPGS. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 16, n. 59, p. 151-166, 2011. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3753. Acesso em: 25 abr. 2025.

LIMA FILHO, D. de S.; CARNEIRO, T. C. J. Formação de Administradores Públicos: a importância do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP. Pesquisa e Debate em Educação, v. 3, n. 2, p. 128–131, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32246. Acesso em: 19 abr. 2025.

PROFIAP. Normas Acadêmicas Nacionais. Fórum de Coordenadores: Palmas-TO, 2024a. Disponível em: https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2025/03/normas-academicas-atualizado-em-14-de-junho-de-2024-1.pdf. Acesso em: 02 out. 2024.

PROFIAP. Regimento Nacional do PROFIAP. 2023. Disponível em: https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2025/03/Regimento-061023.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

PROFIAP. Relatório de Impacto PROFIAP 2021-2024. Brasília, DF: PROFIAP, 2025. Disponível em: https://profiap.org.br/wp-content/uploads/2025/03/Relatorio-de-Impacto-PROFIAP-2021-2024_anexos.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025.

SILVA, V. C.; TROTTMANN, P; COELHO, F. de S.; SARTI, F. M. A Produção Científica em Administração Pública no Brasil: descrição e análise de alguns resultados de uma investigação para o período 2000-2010. In: XXXVIII Encontro da ANPAD. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2013. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/68/2013_EnANPAD_APB2268.pdf. Acesso em: 12 mai. 2025.

Protocolo de recebimento de Recomendações

Ao

Comitê Gestor Nacional do PROFIAP
Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional

Pelo presente, encaminhamos as recomendações intituladas "DISSERTAÇÕES DO PROFIAP EM INSTITUIÇÕES ASSOCIADAS DO NORDESTE: RELATÓRIO TÉCNICO DE RECOMENDAÇÕES AO PROGRAMA", derivado da dissertação de mestrado "DISSERTAÇÕES DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL: análise temático-metodológica em três instituições associadas do Nordeste", de autoria de João Paulo de Sousa Ferreira.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), instituição associada Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um relatório técnico conclusivo de recomendações, e seu propósito é apresentar recomendações ao PROFIAP para aprimorar o desenvolvimento das pesquisas e a estruturação do programa, com base na análise temático-metodológica das dissertações produzidas entre 2014 e 2024 em três instituições associadas do Nordeste.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do PROFIAP, por meio do endereço [inserir e-mail institucional da Coordenação Local do PROFIAP/UFCG].

Sousa-PB, 17 de novembro de 2025

Registro de recebimento

_____

Assinatura, nome e cargo (detalhado) do recebedor

Discente: João Paulo de Sousa Ferreira,
Mestrando em Adm. Pública

Orientadora: Marcleide Maria Macêdo Pederneiras
Doutora em Administração

Coorientador: Vorster Queiroga Alves
Doutor em Administração

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
17 de novembro de 2025.

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA